

2006. Um desafio do tamanho do Brasil.



2006 | Relatório Anual

As boas práticas no papel

Quando chegamos à fase final de definição do formato deste Relatório Anual, decidimos que ele deveria traduzir, em todos os detalhes, os valores que são caros para a Energias do Brasil. Como empresa empenhada nas boas práticas corporativas e na transparência empresarial, nosso desejo era utilizar um papel fabricado segundo processos que provocassem o menor impacto ambiental possível. Assim, adquirimos 2,8 toneladas do modelo Evergreen Write, um papel 100% reciclado pós-consumo e que acaba de chegar ao Brasil. Os 900 exemplares deste Relatório Anual estão entre os primeiros produtos do País a utilizar este papel reciclado de alta alvura e excelente qualidade, tornando a Energias do Brasil pioneira em mais uma iniciativa sustentável. Com o emprego do Evergreen, foram poupadas 75 árvores, 115.000 litros de água e 9.200 KWh de energia. Evitou-se, ainda, que 2,9 toneladas de gases e 1,6 tonelada de lixo sólido fossem lançadas no ambiente. Uma mostra de que nosso compromisso com uma administração socialmente responsável é integral: vai das grandes decisões estratégicas até a escolha do papel em que prestamos contas das nossas ações.



Energias do Brasil, para o Brasil.

Incentivo à educação infantil.



Índice



06



Introdução

- Perfil
- Informações sobre o Relatório
- Destaques de 2006
- Indicadores de Desempenho
- Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
- Mensagem do Diretor-Presidente
- Governança Corporativa
- Compromissos
- Engajamento das Partes Interessadas
- Estratégia e Modelo de Gestão

30



Desempenho Operacional e Financeiro

- O Negócio da Energias do Brasil
 - Distribuição
 - Geração
 - Comercialização
- Ambiente Regulatório
- Análise do Desempenho Econômico-Financeiro
- Mercado de Capitais
- Gestão de Riscos
- Ativos Intangíveis
- Investimentos e Perspectivas
- Metas Econômicas

50



Desempenho Social

- Práticas Trabalhistas
- Direitos Humanos
- Sociedade
- Responsabilidade pelo Produto
- Metas Sociais

02



Desempenho Ambiental

- Gestão Ambiental
- Metas Ambientais

96



Complementos

- Premiações e Reconhecimentos
- Informações Corporativas
- Sumário do Conteúdo GRI
- Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs)
- Créditos

2006. Um desafio do tamanho do Brasil.

Energia é o que move um país, mas é também o que une seu povo. O brasileiro é particularmente conhecido pela energia que tem para pensar soluções novas e driblar seus problemas. Em 2006, a Energias do Brasil comemorou seus 10 anos, elegendo como uma de suas prioridades o desenvolvimento sustentado. Por isso, além de buscar o equilíbrio entre produtividade e preservação ambiental, participou ativamente de projetos sociais de relevante importância na construção do bem-estar das comunidades em que atua e do Brasil como um todo. Muitos desses projetos foram, para nós, uma lição de como somar forças, multiplicar recursos e colher resultados surpreendentes. Esperamos, e torcemos, que este compromisso, aqui retratado, seja também uma inspiração para você.

Introdução



Nosso desafio é unir forças para crescer com responsabilidade.

Gestão do Capital Humano.





A Energias do Brasil atua como *holding* de um grupo de empresas de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica. O Grupo está presente nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte do País, com atividades nos Estados de São Paulo, do Espírito Santo, do Mato Grosso do Sul e do Tocantins. Controlada pela EDP - Energias de Portugal, uma das maiores operadoras europeias do setor elétrico, a Energias do Brasil tem suas ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), segmento que reúne empresas com as melhores práticas de governança corporativa.

Em **distribuição**, a companhia tem o controle integral das empresas Bandeirante Energia S.A. (Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo), Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa (Estado do Espírito Santo) e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul (Estado do Mato Grosso do Sul). O conjunto das empresas atende mais de 3,1 milhões de clientes e distribuiu 23,9 mil GWh em 2006.

Em **geração**, participa de empreendimentos que representavam 1.018 MW de capacidade instalada no final de 2006:

- EDP Lajeado Energia S.A. - Empresa controlada que administra a participação de 27,65% sobre o capital votante (23,05% do capital total) na Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), no Tocantins.
- Enerpeixe S.A. - Administra a Usina Peixe Angical, no Tocantins, concluída em 2006. A construção foi realizada pela Energias do Brasil (60% de participação no capital) em sociedade com Furnas Centrais Elétricas S.A. (40%).

- Energest S.A. - *Subholding* da Energias do Brasil que controla direta e indiretamente ativos de geração oriundos do processo de desverticalização da Escelsa e Enersul, detendo 16 usinas com potência total instalada de 316,8 MW.

Em **comercialização**, controla integralmente a Enertrade Comercializadora de Energia S.A., que atua no mercado livre de energia e comercializou 6,7 mil GWh em 2006.

Em 2006, a receita líquida de R\$ 4,6 bilhões representou crescimento de 5,5% comparativamente ao ano anterior. O EBITDA (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) somou R\$ 1,1 bilhão, evolução de 17,6%, e o lucro líquido totalizou R\$ 394,1 milhões, 10,3% inferior ao de 2005. Não considerando os efeitos extraordinários nos resultados de 2005 e 2006, o lucro líquido teria aumentado 34% (mais detalhes no item *Gastos operacionais*, na seção *Análise do Desempenho Econômico-Financeiro*). No final do ano, mantinha 3.010 colaboradores diretos.



Informações sobre o Relatório

Holding criada em 2005, a Energias do Brasil apresenta seu primeiro relatório anual de sustentabilidade baseado nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). Nesse modelo, estruturado nos critérios do GRI-G3, são apresentados os resultados e as práticas de sustentabilidade das empresas do Grupo.

O levantamento das informações e a consolidação deste documento, que cobre o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006, foram de aproximadamente quatro meses e representaram esforços de todas as áreas do Grupo. Os resultados basearam-se em levantamentos periódicos de indicadores de desempenho e satisfação próprios ou em atendimento à legislação atual.

A apresentação deste relatório tem como objetivo estreitar e fortalecer o relacionamento da Energias do Brasil com todos os seus públicos estratégicos, aqui compreendidos por colaboradores, acionistas, governo, comunidades, fornecedores e clientes. Compartilha informações relevantes sobre seus impactos e desempenhos social, ambiental e econômico nas regiões onde atua, assim como de iniciativas que visam ao desenvolvimento sustentável do Grupo e do País.

A inclusão de um capítulo específico sobre a responsabilidade na cadeia de produção atende à necessidade de apresentar os esforços na promoção de comportamentos sustentáveis de seus fornecedores.

Os indicadores econômico-financeiros deste relatório são auditados. Entre os indicadores de desempenho econômico, social e ambiental contemplados pelo GRI, foi verificado o indicador EN 22 (peso total de resíduos, por tipo e método de disposição) integrando trabalho realizado pela EDP - Energias de Portugal.

Em caso de dúvidas relativas a este relatório e seu conteúdo, o Grupo coloca à disposição diferentes canais de relacionamento. O contato pode ser feito por meio dos sites:

www.energiasdobrasil.com.br,
www.bandeirante.com.br,
www.escelsa.com.br,
www.enersul.com.br,
www.enertrade.com.br e
www.enerpeixe.com.br.

Além disso, os *call centers* também estão disponíveis para encaminhar as dúvidas apresentadas e podem ser acessados por meio dos seguintes telefones: Bandeirante - 0800 055 0800; Escelsa - 0800 390 196; Enersul - 0800 647 3196 e Enerpeixe - 0800 6464 555. As dúvidas também podem ser encaminhadas via Correios, para a Caixa Postal 55001, Santo Amaro, São Paulo, SP, CEP 04733-970.



Destques de 2006

- Conclusão das obras do aproveitamento hidrelétrico **Peixe Angical**, no Estado de Tocantins. O primeiro conjunto gerador da usina entrou em operação no mês de junho. A terceira e última turbina começou a funcionar em setembro, totalizando 452 MW de capacidade instalada.
- Iniciada em outubro, a operação comercial da quarta máquina da **Usina Hidrelétrica Mascarenhas**, no Estado do Espírito Santo, adicionou 50 MW de capacidade instalada à UHE.
- Conclusão das obras da **Pequena Central Hidrelétrica (PCH) São João**, no Estado do Espírito Santo, com capacidade instalada de 25 MW, cuja licença de operação foi obtida em fevereiro de 2007.
- Instituição de um **Programa de Demissão Voluntária (PDV)**. Os desligamentos serão escalonados até o final de 2007 e, considerando-se as substituições necessárias, implicarão redução de 16% no quadro de pessoal. Os custos relativos ao programa (R\$ 51,2 milhões) foram inteiramente reconhecidos no mês de junho e os benefícios serão integralmente capturados a partir de 2008.
- Emissão de **R\$ 851,5 milhões em debêntures** pelas distribuidoras Bandeirante, Escelsa e Enersul, com a finalidade de alongar o perfil do endividamento e reduzir o custo médio dos compromissos.
- Criação, em apoio ao Conselho de Administração, do **Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa**, responsável por zelar pela perenidade da empresa e assegurar a aplicação dos princípios éticos e de desenvolvimento sustentável em todas as decisões de negócios.
- Adesão aos princípios do **Pacto Global (Global Compact)**, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que propõe a cidadania corporativa como forma de contribuir para o avanço de uma economia global mais sustentável e inclusiva.
- Adoção de plano de cargos e salários uniforme para todo o Grupo, política de avaliação de desempenho e remuneração variável, política de recrutamento e seleção e programa de desenvolvimento e treinamento.
- Projetos de Tecnologia da Informação: **SitBrasil**, que tem como objetivo a unificação dos sistemas de informação baseados em geoprocessamento, com previsão de término em meados do primeiro semestre de 2007; **Integração**, que visa a promover melhorias nos processos de gestão comercial, com previsão de finalização no final de 2007.
- Ingresso das ações no **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**, da Bolsa de Valores de São Paulo. Os papéis também passaram a integrar importantes índices de mercado de capitais, entre eles o Índice Brasil (IBr-X), o Índice de Energia Elétrica (IEE) e o Índice Valor Bovespa (IVBX-2).
- **Prêmio IBGC de Governança Corporativa** na categoria Companhias Abertas. Reconhecimento público conferido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
- Conquista do **Prêmio Abamec de Melhor Companhia Aberta** de 2005 e Menção Honrosa da IR Magazine Awards 2006.

Indicadores de Desempenho



	2004	2005	2006	Varição % 06-05
Resultados (R\$ milhões)				
Receita bruta	5.107,6	5.862,7	6.221,8	6,1
Receita líquida	3.692,1	4.323,2	4.561,4	5,5
Gastos gerenciáveis e não-gerenciáveis	3.143,2	3.650,4	3.775,2	3,4
Resultado do serviço (EBIT)	548,9	672,8	786,2	16,9
EBITDA ⁽¹⁾	775,2	912,6	1.073,6	17,6
Resultado financeiro	-270,4	-279,2	-377,8	35,3
Lucro antes da participação minoritária	278,5	445,9	431,4	-3,3
Lucro líquido	106,9	439,4	394,1	-10,3
Margens (%)				
Margem EBITDA (EBITDA/Receita líquida)	21,0	21,1	23,5	2,4pp
Margem líquida (Lucro líquido/Receita líquida)	2,9	10,2	8,6	-1,6pp
Financeiros				
Ativo total (R\$ milhões)	7.761,9	8.955,4	9.577,6	6,9
Patrimônio líquido (R\$ milhões)	1.368,8	3.509,8	3.705,6	5,6
Participação de minoritários (R\$ milhões)	844,2	609,1	662,3	8,7
Dívida líquida (R\$ milhões) ⁽²⁾	2.344,7	1.701,7	1.879,4	10,4
Dívida líquida/Patrimônio líquido (vezes)	1,7	0,5	0,5	0,1
Dívida líquida/EBITDA (vezes)	3,0	1,9	1,8	0,1
Investimentos (R\$ milhões)	1.051,2	1.150,7	830,0	-27,9
Ações				
Nº de ações (mil)	-	165.017	165.017	-
Lucro líquido por ação (R\$)	-	2,66	2,39	-10,2
Preço de fechamento da ação - ON (R\$)	-	26,61	33,00	24,0
Valorização no ano (%)	-	52,2	24,0	NA
Capitalização de Mercado (R\$ milhões)	-	4.519,8	5.445,5	24,0
Operacionais				
Distribuição				
Energia distribuída (GWh)	22.396	23.061	23.948	3,8
Energia vendida a clientes finais (GWh)	16.956	15.863	14.853	-6,4
Residencial	4.387	4.553	4.837	6,2
Industrial	7.433	6.112	4.488	-26,6
Comercial	2.595	2.758	2.957	7,2
Rural	739	757	834	10,2
Outros	1.802	1.682	1.738	3,3
Suprimento convencional (GWh)	317	302	336	11,3
Energia em trânsito (GWh)	5.104	6.874	8.738	27,1
Consumo próprio (GWh)	19	22	21	-4,3
Preço médio da energia vendida aos clientes finais (R\$/MWh) ⁽³⁾	204,82	234,21	256,52	9,5
Energia comprada (GWh)	19.554	20.371	20.038	-1,6
Perdas técnicas e comerciais (GWh)	2.907	3.475	3.560	2,4
Perdas técnicas e comerciais (%)	11,5	13,1	12,9	-0,2 p.p.
Geração				
Energia gerada (GWh) ⁽⁴⁾	2.643	2.756	3.929	42,6
Preço médio da energia gerada ⁽⁵⁾	-	73,62	96,52	31,1
Comercialização				
Venda de energia (GWh)	4.849	6.379	6.702	5,1
Desempenho e Qualidade				
Número de clientes (mil)	2.896	2.972	3.114	4,7
Energia distribuída por cliente (MWh)	7,7	7,8	7,7	-0,1
Número de colaboradores	3.484	3.461	3.010	-13,0
Produtividade (MWh/colaborador)	6.428	6.663	7.956	19,4
Nº de clientes/colaborador	831	859	1.034	20,4
Ambientais				
Investimentos em meio ambiente (R\$ milhões)	20,6	138,1	43,9	-68,2
Sociais				
Investimentos sociais (R\$ milhões)	3,3	6,4	9,0	40,6

⁽¹⁾ EBITDA = Lucro antes de impostos, juros, depreciação, amortização e resultado não-operacional.

⁽²⁾ Dívida Líquida = dívida bruta - caixa e valores mobiliários - saldo líquido de ativos regulatórios.

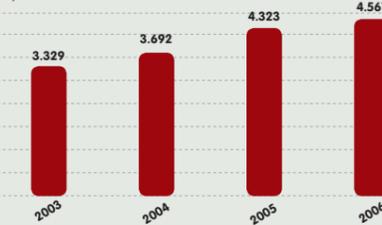
⁽³⁾ Preço médio da energia vendida aos clientes finais = receita faturada dos clientes finais/volume de energia vendida aos clientes finais.

⁽⁴⁾ Em 2004, exclui o volume produzido de 236 GWh pela Fafen Energia S.A., usina alienada em dez/04.

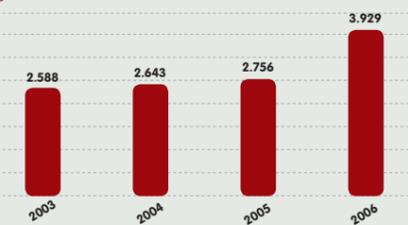
⁽⁵⁾ Preço médio da energia gerada = receita líquida do segmento de geração/volume de energia vendida da geração.

As informações estão de acordo com os critérios da Legislação Societária Brasileira, a partir de informações financeiras auditadas.

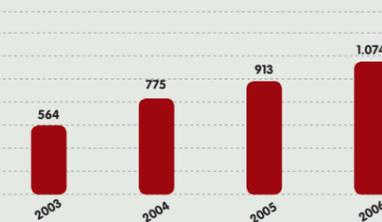
Receita líquida (R\$ milhões)



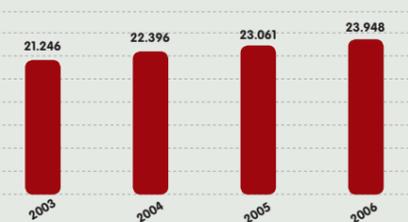
Energia gerada (GWh)



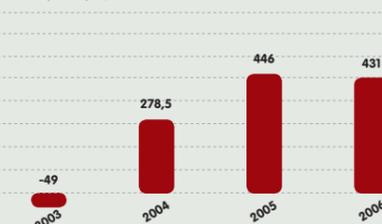
EBITDA (R\$ milhões)



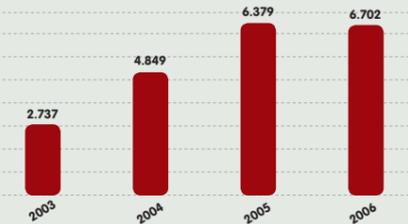
Energia distribuída (GWh)



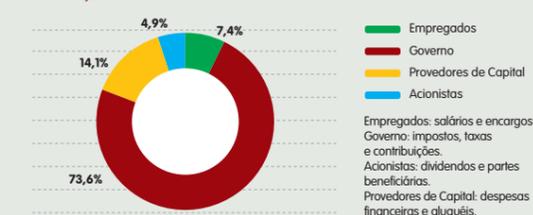
Lucro antes da participação minoritária (R\$ milhões)



Energia comercializada (GWh)



Distribuição do Valor Adicionado (DVA)



A Energias do Brasil está no bom caminho para cumprir o seu objetivo de se constituir como uma referência no setor elétrico brasileiro em termos de criação de valor e crescimento sustentável.

Diante de um cenário mundial em que cresce a preocupação com o aquecimento global e suas conseqüências, 2006 foi um ano de grande importância para a nossa companhia.

Duplicamos a nossa capacidade instalada, com a inauguração da usina Peixe Angical e da quarta máquina de Mascarenhas. Com isso equilibramos o *portfolio* da Empresa e reduzimos o risco do negócio, aumentando significativamente o peso da geração na receita operacional.

Somos também uma companhia comprometida com a sustentabilidade do negócio, da sua inserção social e sua atuação sobre o ambiente.

Nessa vertente socioambiental, a Energias do Brasil também tem muito a destacar neste ano de 2006: o sucesso da experiência da construção de Peixe Angical, com seu Foro de Negociação e seus 30 programas ambientais; o ingresso no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa; o prêmio IBGC de melhor governança corporativa entre as empresas listadas no País; a assinatura do Global Compact, da ONU; e os projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da companhia em análise na Organização das Nações Unidas, que podem gerar créditos de cerca de 1 milhão de toneladas de CO₂.

Antônio Mexia
Presidente do Conselho de Administração



No âmbito do Conselho de Administração, criamos o Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa, que, entre outros assuntos, acompanhará as iniciativas de responsabilidade social e ambiental do Grupo. Só em 2006, foram aplicados mais de R\$ 50 milhões em iniciativas nas áreas do ambiente e da responsabilidade social.

Conscientes das necessidades do País de crescimento e de maior suprimento de energia elétrica, estamos prontos para disponibilizar ao setor elétrico brasileiro toda a experiência de um grande Grupo com competências reconhecidas internacionalmente.

Continuaremos atentos a todas as oportunidades do mercado para crescer ainda mais em geração, superando quaisquer dificuldades conjunturais relacionadas quer com a oferta de novos projetos, quer com exigências regulatórias.

Senhores Acionistas: quero agradecer o apoio e a confiança depositados, na certeza de que os resultados alcançados só foram possíveis com a contribuição de todas as pessoas da Energias do Brasil, a quem agradeço o empenho e a dedicação demonstrados.

Num ambiente macroeconômico estável, com a significativa redução do risco-país, das taxas de juro e da inflação, a par de uma melhor definição do quadro regulatório, a Energias do Brasil desenvolveu a sua atividade em 2006 de uma forma assinalável, cumprindo integralmente com os compromissos que havia assumido para com os seus *stakeholders*.

Nesse âmbito e em linha com os pilares estratégicos anunciados no IPO, em julho de 2005, a companhia:

- duplicou a sua capacidade de geração para 1.018 MW, com a entrada em operação da usina Peixe Angical (452 MW) e o reforço da potência de Mascarenhas (de 130 MW para 180 MW);
- implementou um vasto programa de eficiência operacional, culminando com o lançamento do PDV, que permitirá a redução do número de efetivos em 16%, até o final de 2007, e poupanças anuais recorrentes de R\$ 69 milhões. Nesse domínio, intensificou também o programa de combate às perdas, com base em investimentos em novos equipamentos e no reforço de inspeções no terreno (mais de 700 mil, com detecção de 228 mil fraudes), o que permitiu a reversão da tendência anterior de subida das perdas comerciais;
- reforçou a sustentabilidade financeira, continuando a recomposição da estrutura de capitais iniciada ainda em 2005, com a emissão de debêntures no valor de R\$ 851 milhões, o que permitiu alongar a estrutura da dívida e reduzir o respectivo custo médio, bem como manter elevada a capacidade de endividamento para futuros investimentos;
- intensificou a troca de *know-how* com o acionista controlador, em particular no que respeita a políticas de gestão de risco, capital humano, TI e suprimentos, para além da avaliação técnica e econômica de novas oportunidades de investimento em geração.

No entanto, o fato marcante de 2006 foi, sem dúvida, a conclusão e entrada em operação da usina Peixe Angical, construída em parceria com Furnas em tempo recorde e com desvio orçamental mínimo, correspondente a um investimento de R\$ 1,6 bilhão, dos quais 13% referentes a meio ambiente. Neste aspecto, destacam-se os programas de proteção da fauna e da flora, bem como de apoio e reassentamento das populações afetadas e de reforço e melhoramento de infra-estruturas.

A constituição de um foro de discussão e negociação envolvendo os poderes executivo e judiciário, as populações afetadas, as ONGs e os promotores e construtores da obra, foi um fato inovador a assinalar e, sem dúvida, um elemento decisivo no sucesso do empreendimento.

Desse modo, o ano de 2006 viu a Energias do Brasil aumentar o seu negócio, com mais 43% de energia gerada (3.929 GWh), mais 3,8% de energia distribuída (23.948 GWh) e mais 5,1% de energia comercializada (6.702 GWh), relativamente ao ano anterior.

A essa evolução correspondeu um crescimento de 5,5% na receita líquida, que atingiu R\$ 4.561 milhões, e de 17,6% no EBITDA, que registrou R\$ 1.074 milhões.

O lucro líquido alcançado, de R\$ 394 milhões, embora do ponto de vista contábil seja inferior ao de 2005, corresponde, na realidade, a um crescimento de 34% sobre 2005, se descontados os efeitos extraordinários ocorridos em ambos os anos.

Com um investimento total de R\$ 830 milhões, o ativo total da companhia atingiu R\$ 9,6 bilhões e o seu patrimônio líquido, R\$ 3,7 bilhões, crescimentos de 7,0% e 5,6%, respectivamente, sobre 2005.

Ao mesmo tempo, as ações da Energias do Brasil apresentaram valorização de 24% durante o ano, o que permitiu à companhia atingir um valor de mercado de cerca de R\$ 5,5 bilhões no encerramento do exercício.

Não obstante os bons resultados alcançados, cabe assinalar as dificuldades existentes no setor



elétrico brasileiro para se crescer em geração, embora reconhecidamente o País necessite anualmente de cerca de 4 mil MW de nova capacidade, de acordo com as projeções oficiais.

Por um lado, a dificuldade na obtenção de licenças ambientais tem impedido o aparecimento de usinas hidrelétricas novas nos leilões, além do fato de os mecanismos desses mesmos leilões não terem sido os mais atrativos para garantir os investimentos com o retorno adequado.

Por outro, a via térmica continua ainda dependente ou da garantia de suprimento de gás natural ou de mecanismos de repasse dos custos de aquisição de matérias-primas importadas aos preços de venda de energia.

Soluções como eólicas ou biomassa, embora promissoras, estão ainda em estágios de desenvolvimento menos avançados.

A Energias do Brasil espera, assim, que o anunciado Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para 2007 venha a contribuir para solucionar essa situação, pelo que continua a prosseguir ativamente com seu esforço de crescimento nesse domínio, trabalhando em diversas frentes:

- presença em leilões de energia nova e botox;
- elaboração de estudos de viabilidade para novas usinas hidrelétricas;
- realização de estudos de inventário de bacias hidrográficas;
- construção de PCHs, estando já previsto para 2007 o início da obra de Santa Fé, no Estado do Espírito Santo (29 MW);
- reforço de potência de usinas já existentes;
- estudo e construção de usinas térmicas a carvão ou a gás natural, se as condições envolventes evoluírem favoravelmente;
- análise de viabilidade de investimento em energia eólica e de biomassa;
- aquisição de ativos já em operação.

Com esse cenário, a Energias do Brasil continua confiante na concretização da visão que havia apresentado anteriormente, de vir a ser uma empresa de referência no setor de energia no Brasil, com aposta no crescimento, com risco contido e retorno

Antônio Fernando Melo Martins da Costa
Diretor-Presidente



adequado, baseando-se nas suas principais vantagens competitivas:

- governança corporativa superior (Prêmio IBGC 2006);
- aderência aos melhores princípios de sustentabilidade empresarial, nas suas componentes social, ambiental e econômica (entrada no ISE, da Bovespa, e adesão ao Global Compact, da ONU);
- solidez financeira e acesso aos mercados de capitais e de dívida;
- sucesso em eficiência operacional;
- qualidade da sua estrutura acionista, com particular destaque para o *know-how* existente no seu acionista controlador.

Um comentário final sobre a contribuição da Energias do Brasil para o desenvolvimento integrado da sociedade, que pode ser ilustrada pelos seguintes números de 2006:

- impostos e contribuições pagos ao Estado: R\$ 2,463 bilhões;
- salários e outras contribuições a favor de colaboradores: R\$ 293,1 milhões;
- remuneração paga a acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio): R\$ 169,9 milhões;
- pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços: R\$ 468,8 milhões;
- investimento em ações de responsabilidade social: R\$ 9,0 milhões;
- investimentos em meio ambiente: R\$ 43,9 milhões.

Uma palavra final ainda de agradecimento a todos os acionistas e aos membros dos órgãos de governança da companhia pela confiança e pelo apoio evidenciados; aos clientes, pelo permanente estímulo que nos apresentam; aos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo demonstrados; aos parceiros de negócio, pelo relacionamento conseguido; e às autoridades, pela permanente abertura e apoio manifestados.

Governança Corporativa

A composição, a independência e a qualificação dos integrantes do Conselho de Administração e as práticas de transparência foram determinantes para a escolha da Energias do Brasil como vencedora do Prêmio IBGC de Governança Corporativa 2006, concedido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Esse reconhecimento público reflete o compromisso com as melhores práticas de relacionamento com acionistas e investidores e todas as partes interessadas nos negócios, uma característica da atuação da *holding* desde a abertura do capital, em julho de 2005, no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

As regras consolidadas no Regulamento de Listagem no Novo Mercado ampliam os direitos dos acionistas, melhoram a qualidade das informações prestadas pelas companhias e, ao determinar a resolução dos conflitos por meio de uma Câmara de Arbitragem, oferecem aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada. Ao manter apenas ações ordinárias, com direito a voto, a Energias do Brasil estendeu a todos os acionistas o direito de inclusão em oferta pública de aquisição de ações em decorrência da alienação de controle, por idêntico preço pago por ação do bloco de controle (*tag along* de 100%).

A Companhia conta também com as Políticas de Negociação de Ações e de Divulgação de Informações, além de Código de Ética, que estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas: colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros, comunidades e governos.

A integração de gestão com a empresa controladora, a EDP - Energias de Portugal foi aprofundada durante o ano, com a eleição do Diretor-Presidente da Energias do Brasil para o cargo de Conselheiro da Administração Executiva da EDP, órgão equivalente à Diretoria na Energias do Brasil. Simultaneamente,

o Presidente do Conselho da Administração Executivo da EDP passou a ser Presidente do Conselho de Administração da Energias do Brasil. Além de facilitar o fluxo de *know-how* e melhores práticas entre as duas empresas, essa situação revela a importância dada pelo acionista controlador à operação brasileira e o alinhamento de interesses.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA) é composto por nove membros, dos quais quatro são independentes, sendo dois desses indicados por acionistas minoritários. O CA é responsável por estabelecer as políticas e diretrizes gerais dos negócios (incluindo a estratégia de longo prazo), eleger os membros da Diretoria e fiscalizar seu funcionamento, além das atividades definidas em lei e no Estatuto Social da companhia. O mandato dos atuais conselheiros expira na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no primeiro quadrimestre de 2007. Há a possibilidade de reeleição para mandatos de um ano. No período, o CA manteve quatro reuniões ordinárias e oito extraordinárias.

A atuação do Conselho é regida por um regulamento específico aperfeiçoado em 2006. As mudanças envolveram a introdução de uma política de avaliação do CA e de seus membros e a criação de um quarto comitê, de Sustentabilidade e Governança Corporativa, que se soma aos comitês de Auditoria, Supervisão e Remuneração.

Na próxima Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em 2007, a proposta de remuneração dos conselheiros será apresentada separadamente da remuneração da Diretoria, como forma de dar maior transparência a esse processo.



Diretoria

A Diretoria é responsável por administrar os negócios e praticar os atos necessários à consecução do objeto social da companhia, bem como executar as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração.

Seus membros têm responsabilidades individuais condizentes com os cargos que ocupam. A Diretoria é composta por seis integrantes - sendo um diretor-presidente - eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, com possibilidade de reeleição. As reuniões de Diretoria são convocadas pelo diretor-presidente ou por quaisquer dos membros em conjunto, somente instalando-se com a presença da maioria de seus integrantes. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes.

Comitês de gestão

Os integrantes dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração são todos conselheiros, eleitos por seus pares.

Comitê de Auditoria - De caráter permanente, é responsável por acompanhar e avaliar as atividades

de auditorias externa e interna, monitorar os riscos de negócios da companhia, acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações, bem como assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias apresentadas. É composto por três membros escolhidos entre os conselheiros de Administração, sendo um deles conselheiro independente (que ocupa o cargo de presidente do Comitê), um indicado pelo acionista controlador e um nomeado pelos acionistas não-controladores.

Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa

- Comitê permanente encarregado de zelar pela perenidade da organização, com uma visão de longo prazo e sustentabilidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição de seus negócios e operações. Deve também assegurar a adoção das melhores práticas de governança corporativa e dos mais elevados princípios éticos, visando a aumentar o valor da sociedade, facilitar o acesso ao capital a custos mais baixos e contribuir, de modo igual, para a sua perenidade. Entre suas atribuições, destaca-se a proposição do regime de avaliação do Conselho





de Administração e de seus membros e a análise e o acompanhamento de todos os negócios entre partes relacionadas. É integrado por três conselheiros, sendo um deles, o presidente, independente.

Comitê de Supervisão - Comitê consultivo de deliberação colegiada de caráter permanente, ao qual compete emitir opiniões e recomendações nas deliberações relativas às atividades da companhia e de suas controladas, bem como na execução de suas respectivas atribuições. É composto por três membros escolhidos entre os conselheiros de Administração: o presidente do Conselho de Administração (também o presidente do Comitê) e os membros do Conselho com funções executivas simultâneas na Diretoria.

Comitê de Remuneração - Comitê consultivo de deliberação colegiada e de caráter não-permanente ao qual compete assessorar o Conselho de Administração nas deliberações relativas às políticas de remuneração da companhia e de suas controladas. É composto por três membros escolhidos entre os conselheiros de Administração, sendo dois conselheiros indicados pelo acionista controlador e um conselheiro independente.

Sarbanes-Oxley

Durante o ano, foram realizados os testes dos controles-chave dos principais processos operacionais do Grupo Energias do Brasil, seguindo os parâmetros e as determinações da Lei Sarbanes-Oxley.

Além do compromisso em manter padrões superiores de governança, a Energias do Brasil adequou-se às principais exigências dessa lei pelo alinhamento com sua controladora, Energias de Portugal, cujas ações são negociadas na Bolsa de Nova York.

O resultado desses trabalhos já foi reportado ao acionista controlador e, uma vez auditado, fará parte dos relatórios e das demonstrações financeiras do Grupo Energias de Portugal.

Auditoria independente

A política em relação à contratação de serviços de auditores independentes não relacionados aos serviços de auditoria externa assegura que não há conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. A Energias do Brasil tem seus resultados auditados pela KPMG desde julho de 2005 e, em 2006, não foram contratados dessa empresa quaisquer serviços não relacionados à auditoria externa que superassem em 5% o valor da remuneração anual.

Relações com investidores

Considerada área estratégica da companhia, a diretoria de Relações com Investidores administra todo o relacionamento com o mercado de capitais. Durante o ano, foram realizadas nove reuniões com profissionais e analistas do mercado de capitais e quatro teleconferências para a divulgação dos resultados trimestrais, iniciativas reconhecidas com o Selo Apimec, da Associação dos Analistas e Profissionais de Mercado de Capitais, que atesta a assiduidade do Grupo em seus encontros com o mercado. Na Internet, é mantido um espaço de Relações com Investidores, com informações atualizadas sobre os negócios e o desempenho econômico-financeiro.

Políticas

A Política de Divulgação de Informações e Manutenção de Sigilo se aplica a todas as pessoas que possam deter informação relevante, estabelecendo regras de sigilo e confidencialidade e atribuindo responsabilidade direta e subsidiária pela divulgação de fato relevante ao diretor de Relações com Investidores e aos destinatários que tenham conhecimento pessoal de fato relevante, respectivamente.

É mantida também uma Política de Negociação com Valores Mobiliários, que fixa parâmetros e limites para a negociação com papéis da companhia, de forma a evitar o uso de informações relativas a fatos relevantes para obter vantagem no mercado acionário.

Composição acionária

O capital total da companhia é representado por 165.016.604 milhões de ações ordinárias (ON). A Energias de Portugal é o acionista controlador, com 62,36% do capital total.

ACORDOS DE ACIONISTAS

GTD - O acionista GTD tem o direito de indicar um membro do Conselho de Administração, desde que a GTD e seus acionistas sejam detentores, de forma ininterrupta, até 31 de julho de 2008, de, no mínimo, 4.948.834 ações de emissão da Energias do Brasil. Os mecanismos para o exercício desse direito sujeitam-se à legislação e aos regulamentos aplicáveis, incluindo restrições previstas nas regras do Novo Mercado.

Enerpeixe - Acordo celebrado com Furnas, em 4 de fevereiro de 2004, regula (1) o exercício do direito de voto, (2) o exercício do poder de controle, (3) a compra e venda de ações e exercício do direito de preferência para adquiri-las, e (4) a forma de capitalização da Enerpeixe com vistas à construção, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Peixe Angical. O acordo vigorará até o término do prazo do contrato de concessão, sendo que, na hipótese de renovação, será automaticamente renovado pelo novo período.

Investco - Em 17 de novembro de 1997, os acionistas da Investco celebraram um acordo com o objetivo de: (1) regular o exercício do direito de voto nas assembleias gerais da Investco que deliberem sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração; (2) regular o direito de preferência na alienação das ações; (3) estabelecer normas para participação na licitação do Aproveitamento Hidrelétrico de Lajeado; (4) estabelecer critérios de aporte de capital na Investco; e (5) regular a forma de alocação da energia produzida pela Usina de Lajeado entre os acionistas, dentre outros.

EDP Lajeado - Celebrado em 15 de fevereiro de 2006 com o acionista Eletrobrás, regula (1) o direito de voto nas

assembleias gerais que deliberem sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração; (2) o direito da Eletrobrás em relação a determinadas matérias pertinentes à condução dos negócios da EDP Lajeado; (3) a obrigação da Energias do Brasil de preservar inalterados os direitos e as preferências atribuídos às ações preferenciais de emissão da EDP Lajeado, bem como as características das partes beneficiárias emitidas pela EDP Lajeado e alienadas à Eletrobrás; (4) o direito de preferência pelos acionistas da EDP Lajeado nas alienações de ações preferenciais e partes beneficiárias de emissão da EDP Lajeado; e (5) o critério de apuração e distribuição dos dividendos para as acionistas da EDP Lajeado.

Membros do Conselho de Administração

Antônio Luis Guerra Nunes Mexia - Presidente do Conselho de Administração da Energias do Brasil desde março de 2006, é também Presidente do Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal. No Brasil, preside ainda os Comitês de Supervisão e Remuneração da companhia. Com relevantes passagens pelo setor energético português - foi presidente da Associação Portuguesa de Energia por dez anos, de 1992 a 2002, além de alto executivo de empresas como Galp Energia e Transgás -, destaca-se ainda por ter ocupado, de julho de 2004 a março de 2005, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do governo português. Na área acadêmica, destacou-se como professor no curso de pós-graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica, de 1985 a 1989, e como assistente no Departamento de Economia da Universidade de Genève, entre 1979 e 1991.

Antônio Fernando Melo Martins da Costa - Vice-presidente do Conselho de Administração da Energias do Brasil desde 30 de março de 2005 e diretor-presidente a partir de setembro de 2003, é ainda integrante do Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal. É presidente também do Conselho de Administração das empresas Bandeirante, Escelsa, Enersul, Energest, Enerpeixe, EDP Lajeado e

Enertrade. Formado em Engenharia Civil com MBA, ambos pela Universidade do Porto, possui formação executiva complementar no Insead (Fontainebleau - França), Aese (Universidade Navarra) e Wharton School (Filadélfia, EUA). Foi diretor-geral e administrador-executivo de empresas de seguros, pensões e gestão de recursos do Banco Comercial Português e da holandesa Eureka BV, além de vice-presidente da polonesa PZU, maior seguradora e gestora de ativos e fundos de pensão da Europa Central e Leste.

Ana Maria Machado Fernandes - Conselheira desde março de 2006 e integrante do Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa. Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, em 1986, foi diretora de Planejamento

Estratégico e M&A da Gás de Portugal, reportando-se diretamente ao CEO da empresa, administradora da Transgás S.A. e da Galp Energia, SGPS, SA, e presidente e CEO da Galp Power, SGPS, SA. Sem abdicar de uma sólida formação acadêmica, concluiu MBA pela Universidade do Porto, em 1989, e, no mesmo ano, pós-graduação em Finanças, pela Faculdade de Economia do Porto, onde foi ainda assistente nas cadeiras de Contabilidade Analítica e Análise Financeiras, de 1989 a 1991.

Antonio José Sellare - Conselheiro desde 14 de setembro de 2005, integrante do Comitê de Supervisão, diretor vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores, além de membro efetivo do Conselho de Administração das empresas Bandeirante, Escelsa, Enersul, Energest, Enerpeixe, EDP Lajeado, e Enertrade



e membro suplente da empresa Investco S.A. Formado em Administração de Empresas pela PUC de São Paulo, acumulou experiência em instituições financeiras, com passagem pelas áreas administrativas e contábeis, administração de fundos de investimento, operações em bolsas de valores e com derivativos, gestão de risco, gestão de tesouraria e modelagem de produtos financeiros.

Francisco Roberto André Gros - Conselheiro independente desde 14 de setembro de 2005 e presidente do Comitê de Auditoria. Preside ainda o Conselho de Administração das Lojas Renner e é vice-presidente do Conselho de Administração da Globex Utilidades S.A. É membro dos Conselhos de Administração da Ocean Wilsons Ltda., da Fosfertil e Ultrafertil S.A., da M. Dias Branco Com. e Ind. Ltda., do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e da *The Nature Conservancy* (Brasil). É ainda membro do Conselho Consultivo das seguintes companhias: Scania Latin America Ltda., Air Liquide Brasil Ltda., Laboratórios Farmasa S.A. e Banco Financia S.A. Formado em Economia pela Universidade de Princeton (EUA), foi presidente da Aracruz Celulose, do Banco Central do Brasil (por duas vezes), da Petrobras e do BNDES. Foi ainda membro titular da Câmara de Gestão da Crise de Energia e responsável pelo Comitê de Revitalização do Setor Elétrico.

Levy Pinto de Castro - Conselheiro desde março de 2006 e integrante do Comitê de Auditoria. Formado em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado da Guanabara, desde 2003 é membro-suplente do Conselho de Administração da Perdigão S.A., função que acumula com a de membro do Conselho de Administração da Energias do Brasil. Ex-secretário da Fazenda do Estado do Espírito Santo; ex-conselheiro de Administração do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo - Bades; ex-diretor-presidente, por três mandatos, da Sibra - Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.; ex-superintendente de Administração e Finanças da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); ex-diretor Financeiro do Centro de

Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae); e ex-diretor econômico-financeiro da Escelsa, cargo que assumiu em 1991. Castro tem uma ligação já antiga com a política de desenvolvimento nacional: por quase duas décadas foi ligado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), exercendo cargos de Superintendência e de Chefe de Departamento, tendo se aposentado por tempo de serviço, no ano de 1991.

Modesto Souza Barros Carvalhosa - Conselheiro desde 14 de setembro de 2005 e integrante do Comitê de Sustentabilidade e Governança. É também membro do Conselho Curador da Universidade Federal de São Carlos e da Fundação Padre Anchieta, do Conselho de Administração da Companhia Melhoramentos de São Paulo e da Câmara de Arbitragem da Bolsa de Valores de São Paulo. Formado em Direito pela Universidade de São Paulo e doutor de Direito Comercial e Econômico pela USP, foi professor de Direito Comercial da USP, consultor jurídico da Bolsa de Valores de São Paulo, presidente do Tribunal de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seção São Paulo e membro da Comissão Constitucional da OAB.

Nuno Maria Pestana de Almeida Alves - Conselheiro desde março de 2006 e integrante dos Comitês de Auditoria e de Remuneração. Apesar de licenciado em Engenharia e Construção Naval pela Universidade de Michigan, em 1980, foi pela área administrativo-financeira que Nuno Alves construiu a sua carreira. Na mesma universidade onde alcançou o título de engenheiro, tornou-se mestre em gestão de empresas, em 1985. Três anos depois, deu início a sua trajetória profissional, como técnico na direção de estudos e planejamento do Banco Comercial Português. Fez carreira na instituição, onde passou por diversos cargos até assumir, em 1999, a presidência do Conselho de Administração da CISF Dealer (braço de investimentos do Banco Comercial Português), e, em 2000, o cargo de Administrador com os Pelouros de Tesouraria e Mercado, do agora denominado Millennium BCP Investimento (anterior Banco CISF).



Antonio Sellare, Francisco Gros, Pedro Malan, António Mexia, António Martins da Costa, Ana Maria Fernandes, Nuno Alves, Modesto Carvalhosa e Levy Pinto de Castro.



Pedro Sampaio Malan - Atualmente exerce o cargo de presidente do Conselho de Administração do Unibanco, presidente do Conselho de Administração da empresa Globex-Ponto Frio, membro do Conselho Consultivo da Alcoa Alumínio S.A. e membro do Conselho de Administração da empresa Energias do Brasil. É professor do Departamento de Economia da Universidade Católica do Rio de Janeiro e autor de dezenas de trabalhos sobre economia brasileira e internacional, publicados no Brasil e no exterior. Foi ministro da Fazenda durante oito anos, de 1995 até 2002, e presidente do Banco Central do Brasil, no período de 1993 a 1994. Foi consultor especial e negociador-chefe para Assuntos da Dívida Externa, do Ministério da Fazenda, no período de 1991 a 1993; diretor-executivo do Banco Mundial, de 1986 a 1990 e de 1992 a 1993; diretor-executivo no Banco Interamericano de Desenvolvimento, de 1990 a 1992; diretor do Centro de Empresas Transnacionais da ONU, em Nova York, de 1983 a 1984; diretor do Departamento de Economia Internacional e Assuntos Sociais da ONU, em Nova York, de 1985 a 1986. Formado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da PUC do Rio de Janeiro em 1965, Pedro Malan é Ph.D. em Economia pela Universidade de Berkeley, Califórnia.

Membros da Diretoria

António Fernando Melo Martins da Costa - Presidente da Diretoria desde setembro de 2003. Biografia já apresentada em *Conselho de Administração*.

Antonio José Sellare - Diretor vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores. Biografia já apresentada em *Conselho de Administração*.

António Eduardo da Silva Oliva - Diretor vice-presidente de Distribuição e Serviços Técnicos da Energias do Brasil, vice-presidente do Conselho de Administração, diretor-presidente da Escelsa e da Enersul e membro do Conselho de Administração da Bandeirante. Formado em engenharia eletrotécnica, pela Universidade de

Lourenço Marques, em Moçambique, exerceu vários cargos de direção em empresas do Grupo EDP, tendo sido ainda presidente-executivo do Conselho de Administração da HDN – Energia do Norte, empresa de produção hidrelétrica da Energias de Portugal, e da Hidrocenel – Energia do Centro, outra empresa de produção do Grupo.

Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro - Diretor vice-presidente de Comercialização, diretor-presidente e membro do Conselho de Administração da Enertrade, diretor-presidente da Escelsapar, presidente suplente do Conselho de Administração da Enerpeixe. Formado em engenharia eletrotécnica, na Universidade do Porto, e em direção de empresas (Pade), na Aese (Escola de Direção e Negócios), foi diretor comercial da Bandeirante Energia e diretor de Gestão e Sistemas Comerciais da EDP - Distribuição. Desempenhou ainda diversas funções na Ordem dos Engenheiros de Portugal e na Associação Europeia das Associações de Engenheiros Electrotécnicos (Eurel), a qual presidiu. Em Portugal, teve intensa atividade pública, tendo sido secretário de Estado da Administração Interna, governador civil do Distrito de Coimbra, vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro e vereador da Câmara Municipal de Coimbra, entre outros títulos.

Custódio Alexandre Rouxinol Miguens - Diretor vice-presidente de Geração e Meio Ambiente, diretor-presidente das empresas de geração controladas pelo Grupo (Enerpeixe, EDP Lajeado, Energest, CESA, Pantanal Energética e Costa Rica), conselheiro da Energest, Enerpeixe, Investco, Bandeirante, Escelsa e Enersul e membro suplente do Conselho de Administração da EDP Lajeado. Formado em engenharia eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, foi presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Companhia de Electricidade de Macau. Exerceu, entre outros cargos, o de diretor-geral de Energia de Portugal, o de vice-presidente da Carta Europeia da Energia, o de membro do *Governing Board* da

Agência Internacional de Energia e do *Petroleum Planning Committee* da Otan, o de administrador-executivo na EDP Internacional, além de diretor da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa.

João Gomes de Aguiar - Diretor vice-presidente de Distribuição e Serviços Comerciais, vice-presidente do Conselho de Administração, diretor-presidente da Bandeirante Energia e membro do Conselho de

Administração da Escelsa e Enersul. Possui longa carreira no Grupo EDP, onde atua desde 1979, acumulando passagens pela diretoria de diversas empresas da *holding*, entre elas a CPPE (Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade) e a EDP Distribuição, na qual chegou à vice-presidência. Foi administrador da Labeltec, companhia do Grupo EDP especializada no controle de qualidade de equipamentos e sistemas de produção, transmissão e distribuição de eletricidade.



Carlos Loureiro, João Aguiar, António Martins da Costa, António Oliva, Custódio Miguens e Antonio Sellare.

Compromissos

Em 2006, a Energias do Brasil aderiu ao Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que propõe o envolvimento das empresas na disseminação e aplicação de dez princípios universais para impulsionar o avanço de uma economia global mais sustentável e inclusiva. Passa, assim, a integrar o Grupo de 3,6 mil empresas que assumiram esse compromisso em todo o mundo.

O Pacto Global advoga dez princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção:



Princípios de Direitos Humanos

1. Respeitar e proteger os direitos humanos
2. Impedir violações de direitos humanos

Princípios de Direitos do Trabalho

3. Apoiar a liberdade de associação no trabalho
4. Abolir o trabalho forçado
5. Abolir o trabalho infantil
6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho

Princípios de Proteção Ambiental

7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais
8. Promover a responsabilidade ambiental
9. Encorajar tecnologias que não agridem o meio ambiente

Princípio contra a Corrupção

10. Combater a corrupção em todas as suas formas inclusive extorsão e propina

Engajamento das Partes Interessadas

Em seus Princípios de Desenvolvimento Sustentável, a Energias do Brasil assume os seguintes compromissos:

- Garantir um relacionamento aberto, transparente e de confiança com as diferentes partes interessadas.
- Instituir canais de consulta e comunicação com as partes interessadas e integração das suas preocupações.
- Reportar de forma confiável o objetivo e o desempenho, nas suas vertentes econômica, ambiental e social, o que é feito por meio do Relatório Anual e, a partir de 2006, pelo Relatório de Sustentabilidade.

Para todos os seus *stakeholders*, torna disponíveis seu Código de Ética e diversos canais de relacionamento, estimulando o envolvimento desses públicos em ações de caráter social e cultural. Por meio desse engajamento, amplia a sua gestão de riscos, na medida em que melhora a sua própria percepção sobre as expectativas desses públicos. A avaliação que eles têm dessas iniciativas e do posicionamento das empresas do Grupo é aferida por meio de pesquisas (caso dos clientes) e sugestões e críticas apresentadas durante atividades conjuntas.

Acionistas - São promovidas reuniões periódicas (mensais/trimestrais), com a divulgação de informações relevantes ao negócio e o seu posicionamento no mercado.

Público interno - Por meio de ações de conscientização sobre responsabilidade social, cidadania e meio ambiente, garante que o comportamento de seus colaboradores esteja em linha com as premissas de sustentabilidade do Grupo. A pesquisa de clima é uma das ferramentas para avaliar a efetividade desse posicionamento.

Clientes - O Conselho de Consumidores, mantido em atendimento às regras do contrato de concessão das distribuidoras, funciona como fórum de diálogo para o aperfeiçoamento da oferta de produtos e serviços. Há ainda canais específicos para o atendimento dos clientes, respeitando características socioeconômicas, regionais e culturais, o que inclui *call center*, agências de atendimento, ouvidoria e área específica para o recebimento de sugestões e reclamações nos sites na Internet.

Comunidades - O Grupo apóia e desenvolve iniciativas educacionais, culturais, de geração de renda, conscientização ambiental e mobilização social. Para identificar os aspectos e impactos sociais de suas atividades, promove reuniões com as comunidades do entorno, oferece informações e faz consultas públicas sobre os seus empreendimentos.

Fornecedores - Os contratos de serviços e produtos apresentam cláusulas específicas sobre a proibição de trabalho infantil ou análogo à escravidão e os fornecedores são convidados a participar de iniciativas de cidadania e responsabilidade socioambiental.

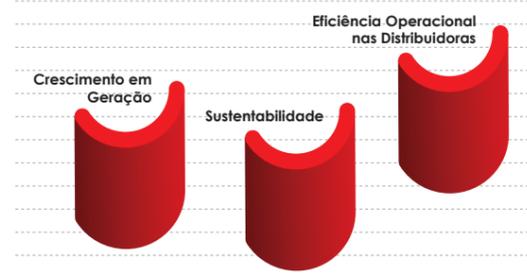
Governo - O Grupo se coloca como um parceiro ativo no atendimento às demandas da sociedade. Dessa forma, realiza projetos de cunho social, ambiental e cultural com vistas a participar dos esforços para a construção de um País mais justo e com oportunidades para todos.

Estratégia e Modelo de Gestão



A gestão da Energias do Brasil baseia-se em três focos estratégicos: crescimento em geração de energia, eficiência operacional e sustentabilidade do negócio. Com esse direcionamento, busca cumprir sua visão de tornar-se uma das líderes do setor de energia no Brasil, assegurando a criação de valor para os acionistas.

Modelo de Gestão



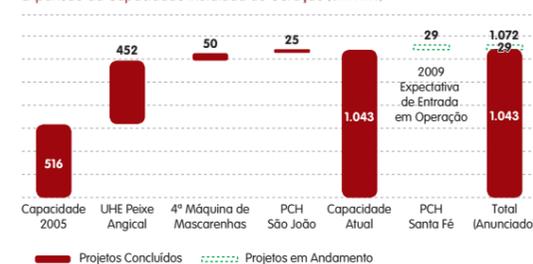
CRESCIMENTO EM GERAÇÃO

A ênfase em geração de energia reflete a decisão de trazer maior equilíbrio ao *portfolio* de negócios, hoje fortemente concentrado na área de distribuição (75,0% da geração operacional de caixa em 2006), buscando maior diversificação do seu risco regulatório.

O Grupo analisa diferentes oportunidades de ampliação nessa área, com o objetivo de dobrar mais uma vez sua capacidade de geração até 2010, o que significa agregar cerca de 1 mil MW. Todos os investimentos, no entanto, são avaliados pelo retorno sobre o capital investido, para manter o compromisso de criação de valor. A taxa de retorno mínima é calculada de acordo com as condições macroeconômicas e de risco de cada empreendimento.

Todas as fontes de energia são estudadas para identificar as melhores oportunidades: aproveitamento hidráulico - tanto em Usinas Hidrelétricas (UHEs) quanto em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) -, térmicas a carvão ou a gás, biomassa, energia eólica e cogeração.

Expansão da Capacidade Instalada de Geração (em MW)



EFICIÊNCIA OPERACIONAL - PROJETO VANGUARDA

Desde sua reorganização societária, em 2005, a Energias do Brasil concentra esforços na busca de maior eficiência. Com a nova estrutura organizacional, foi possível redesenhar processos, redimensionar áreas e adotar um mesmo sistema integrado de gestão para otimizar o processo decisório interno e reduzir custos.

O principal instrumento tem sido o Projeto Vanguarda, que alinha diferentes frentes, com foco nas empresas operacionais. O objetivo é padronizar processos e plataformas tecnológicas para capturar sinergias nas áreas técnicas, comerciais e de suporte.

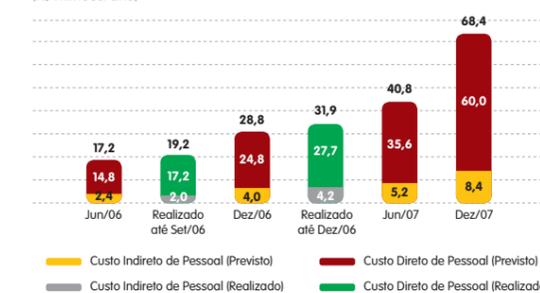
No início de 2006, foram implantados em todas as empresas do Grupo os módulos administrativos e financeiros do SAP/R3, já em versão unificada. No decorrer do ano, foram integrados alguns

módulos técnicos (redes elétricas, redes próprias de telecomunicações e atendimento técnico a clientes). Está em andamento o Projeto Integração, destinado a promover melhorias nos sistemas informáticos de apoio à Gestão Comercial (faturamento, leitura, medição e gestão de clientes). O escopo do projeto envolve novas funcionalidades do SAP/R3 para a gestão empresarial e do *Customer Care & Service* (CCS) para a área comercial. Esse projeto deverá estar concluído no final de 2007.

Outro projeto em desenvolvimento é o SitBrasil, para unificar os sistemas de informação de gestão de redes de distribuição baseados em geoprocessamento, com soluções para planejamento, projeto e operações das distribuidoras, prevendo-se a conclusão no início de 2007.

O Vanguarda incluiu ainda um Programa de Demissão Voluntária (PDV) realizado de forma escalonada, de acordo com a evolução dos projetos de tecnologia (Integração e SitBrasil). O programa recebeu a adesão de 651 pessoas e representará economias de R\$ 68,4 milhões até sua conclusão. Os desligamentos iniciaram-se em julho de 2006 e se estenderão até o final de 2007.

Evolução da Captura de Poupanças Anualizadas Acumuladas Advindas do PDV (R\$ milhões/ano)*



*Valores de 2006.

Sustentabilidade do negócio

Com a oferta de ações ao mercado, que incluiu a capitalização de dívida, em julho de 2005, e a adoção de um novo modelo de negócios, a Energias do Brasil tornou-se auto-sustentável do ponto de vista financeiro, com condições de colocar em prática seus planos de crescimento. Em 2006, foram lançados no mercado R\$ 851,5 milhões em debêntures pelas distribuidoras Bandeirante, Escelsa e Enersul. As emissões destinaram-se, basicamente, à substituição de dívidas de curto prazo. Além do alongamento, obtiveram-se custos financeiros inferiores aos da dívida substituída. Em dezembro de 2006, a Energias do Brasil apresentava confortáveis indicadores de alavancagem financeira (dívida líquida/EBITDA = 1,8x).

O modelo de negócios também incorpora a responsabilidade social e ambiental como vetores para o crescimento sustentável. A partir de 2007, a remuneração variável dos executivos será atrelada ao cumprimento de metas econômico-financeiras, sociais e ambientais. Foi criado um Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa para atuar no apoio ao Conselho de Administração e assegurar que o conceito de sustentabilidade seja levado em conta, em sua plenitude, na tomada de decisão dos negócios.

Desempenho
Operacional e
Financeiro



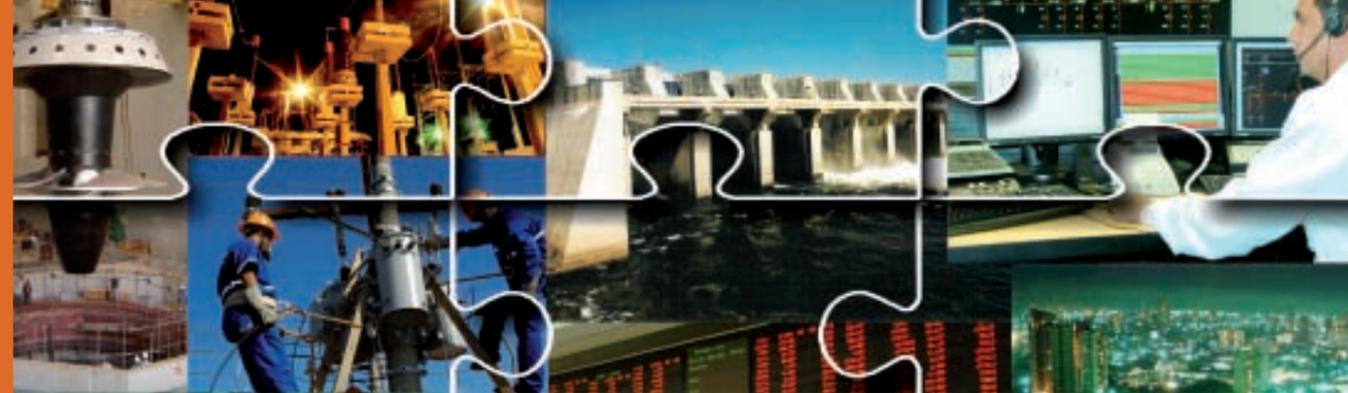
Um ano em
que superamos
nossos limites.



Balé para crianças carentes.



O Negócio da Energias do Brasil



Cenário econômico em 2006

O cenário de estabilidade macroeconômica manteve-se em 2006. Os principais indicadores econômicos repetiram a tendência apresentada em 2005 - inflação e taxa de câmbio sob controle, taxa de juros em queda e crescimento econômico moderado.

A taxa de câmbio encerrou 2006 em R\$ 2,14/US\$ 1, valorização de 8,7% em relação ao fechamento do ano anterior. Esta valorização é fruto do confortável quadro das contas externas brasileiras. Em 2006, o Brasil acumulou superávit na balança comercial e de transações correntes de US\$ 46,1 bilhões e US\$ 13,5 bilhões, respectivamente. As reservas atingiram US\$ 85,8 bilhões - nível recorde que, adicionado às operações de recompra e alongamento da dívida externa, reforça ainda mais os indicadores de solvência externa do País e seu *rating* soberano.

A inflação (medida pelo IPCA) alcançou variação de 3,1%, menor taxa desde a adoção do regime de metas inflacionárias, em 1999, e abaixo do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,5%. O cenário benigno de inflação de 2006 foi consequência, principalmente, dos seguintes fatores: valorização da taxa de câmbio, queda de preços agrícolas, pequena variação dos preços administrados (em boa parte corrigida pelo IGP-M) e manutenção de política monetária austera.

A atividade econômica manteve o ritmo apresentado no ano anterior, com crescimento do PIB de 2,9% (2,3% em 2005). A taxa de desemprego apresentou ligeira elevação, com taxa média (IBGE) de 10% em 2006 (9,8% em 2005). Os setores que apresentaram melhor desempenho foram aqueles relacionados com

extração mineral e crédito, como bens duráveis para o mercado interno e construção civil, que se beneficiaram dos altos preços de *commodities* e redução das taxas de juros ao consumidor. Por outro lado, setores ligados à exportação de bens manufaturados e à atividade agrícola foram mais penalizados pela redução do nível da taxa de câmbio, queda de preços nos mercados internacionais e crises decorrentes de eventos específicos.

O cenário de inflação sob controle e atividade econômica comedida possibilitou ao Banco Central reduzir a taxa de juros para o menor nível desde o início do sistema de metas de inflação - 13,25% ao ano em dezembro de 2006, redução de 4,75 pontos percentuais em relação ao encerramento de 2005. No âmbito fiscal, o governo fechou um pouco acima da meta de superávit primário de 4,25% do PIB (4,32%), o que levou a uma ligeira redução no indicador dívida/PIB para o nível de 50%.

As perspectivas para os próximos anos são de manutenção do ambiente de estabilidade macroeconômica, porém com a continuidade dos desafios que exigem uma agenda de aceleração da taxa de crescimento econômico do País. Essa agenda está centrada na realização de reformas que possibilitem o aumento do investimento privado, especialmente na área de infra-estrutura.

Em 2006, o consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 3,8%, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ritmo inferior aos 4,6% registrados em 2005. Com menor atividade econômica - evolução de 2,9% do PIB - e fatores climáticos, o País consumiu 347.371 GWh.

O setor industrial, que responde por 44,45% de toda a energia comercializada, ampliou a demanda em apenas 3,6%. No setor comercial, o acréscimo foi de 4,5% e no residencial, de 3,9%. Na avaliação da EPE, a temperatura mais amena e a temporada de chuvas contiveram o consumo dos setores residencial, comercial e de serviços, além de reduzir a necessidade de ligar motores para irrigar plantações.

DISTRIBUIÇÃO

As três empresas de distribuição controladas pela Energias do Brasil atendem mais de 3,1 milhões de clientes, somando uma população de aproximadamente 10 milhões de pessoas. As atividades são desenvolvidas em regiões com distintas características econômicas e padrões de consumo.

Bandeirante Energia S.A. - Atua em 28 municípios nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo, onde residem cerca de 4,4 milhões de habitantes. É uma área que concentra importantes setores econômicos - como indústria aeronáutica e de papel e celulose - e mantém desenvolvida infra-estrutura de transporte, educação, saúde e saneamento.

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa - Atende uma população de 3,2 milhões de habitantes, em 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo. As principais atividades econômicas são produção de celulose, placas de aço, minério de ferro, petróleo, gás, comércio exterior e infra-estrutura portuária.

Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul - Atua em 73 dos 78 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, que reúnem uma população de 2,1 milhões de habitantes. A principal atividade econômica da região é o agronegócio. A receita líquida dos negócios de distribuição totalizou R\$ 4.145,5 milhões em 2006, crescimento de 1,8% em comparação ao ano anterior. O EBITDA, de R\$ 829,0 milhões, mostrou evolução de 3,5%.

Os resultados refletem o crescimento do mercado, especialmente na área de atuação da Bandeirante; o impacto positivo da revisão pela Aneel, da Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Bandeirante, referente a 2003, que passou de R\$ 998 milhões para R\$ 1,026 bilhão, e o reajuste tarifário da Escelsa em 2006, que compreendeu o reconhecimento líquido positivo de R\$ 34,4 milhões, referentes principalmente à revisão, pela Aneel, dos critérios utilizados no ano anterior no tratamento dos impactos da desverticalização de ativos da concessionária. Houve ainda forte recuperação no mercado da Enersul no quarto trimestre de 2006.



	Bandeirante	Escelsa	Enersul
Estado	São Paulo	Espírito Santo	Mato Grosso do Sul
Municípios atendidos	28	70	73
Habitantes (milhões)	4,4	3,2	2,1
Clientes (mil)	1.365	1.059	690
Área de concessão (km²)	9.644	41.241	328.316
Energia distribuída (GWh)	12.763	8.060	3.126
Energia vendida a clientes finais (GWh)	7.861	4.276	2.717
Nº de colaboradores	1.060	999	732
Produtividade (clientes/colaborador)	1.287	1.060	943

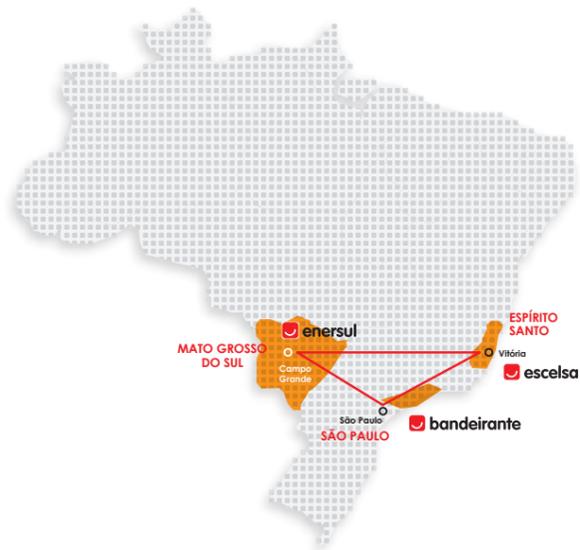


Caracterização do sistema elétrico

	Bandeirante	Escelsa	Enersul
Nº de subestações	57	72	88
• Potência instalada (MVA)	3.076	2.913	1.589
Rede de alta tensão (Km)	866	2.632	3.569
Rede de média e baixa tensão (Km)	24.922	49.976	50.897
Nº de transformadores de distribuição (própria e terceiros)	51.349	102.368	61.137
• Potência instalada (MVA) - Própria	2.582	1.852	1.011
• Potência instalada (MVA) - Terceiros	-	1.827	1.009

Uniformização

Localização dos COS's/COD's



O ano foi marcado pelo desenvolvimento dos trabalhos de uniformização de processos comerciais das três distribuidoras, com base na atualização dos sistemas já em uso na Bandeirante, para posterior extensão para Escelsa e Enersul. Com a conclusão dos trabalhos, no final de 2007, as três empresas disporão de uma plataforma comercial moderna e alinhada aos demais sistemas empresariais.

Outra iniciativa contemplou a unificação dos call centers, seguida da introdução de melhorias para acompanhar os padrões estabelecidos pela Aneel para o atendimento de clientes. Além disso, foram introduzidas melhorias no atendimento comercial,

com a adoção de um tratamento mais personalizado, a partir da segmentação em grandes clientes, clientes de média tensão e residenciais.

A área de distribuição também está adotando sistemas unificados de gestão de rede baseados em geoprocessamento, com efeitos positivos em programas de manutenção de rede e preservação ambiental.

Foi realizada ainda unificação parcial dos Centros de Operação de Sistema (COS) e Centros de Operação da Distribuição (COD), com o objetivo de conferir mais agilidade, flexibilidade e redução de custos. Esses centros permitem acessar a distância qualquer usina ou subestação do Grupo. Na Enersul, foi extinto o COD de Dourados, mantendo-se apenas o de Campo Grande. Na Escelsa, o número de CODs foi reduzido de três para um, centralizado em Vitória. Na Bandeirante, os sistemas do Centro de Mogi das Cruzes foram atualizados. Ao final do Projeto SitBrasil, as três distribuidoras poderão funcionar a partir de um único COS.

Perdas comerciais

Uma outra frente de trabalho envolve a redução de perdas comerciais, graças a um programa intensivo de combate a fraudes e ligações clandestinas e de modernização do parque de medidores. O objetivo é diminuir para 2,8% o percentual consolidado de perdas comerciais, o que envolve ações de inspeção das instalações e eliminação de ligações clandestinas. Em 2006, foram realizadas 704 mil inspeções de campo com a retirada de 214 mil instalações irregulares.

Desde o início do programa, já foram recuperados R\$ 50,2 milhões em receitas. Adicionalmente, por meio de um adequado dimensionamento da rede, busca-se atenuar o aumento das perdas técnicas associadas ao crescimento da demanda.



Em 2006, as perdas comerciais permaneceram estáveis, fechando o ano em 4,0%. A principal dificuldade foi enfrentada pela Enersul, que, em razão de decisões judiciais do Estado do Mato Grosso do Sul, esteve impedida, durante o ano, de executar a suspensão do fornecimento ou a cobrança de valores relativos a irregularidades não imputáveis à concessionária. Com isso, as perdas da distribuidora foram fortemente elevadas. A liminar foi cassada em novembro, ainda que de forma provisória, permitindo, todavia, reiniciar o trabalho de redução desse indicador a partir daquela data.

Balanco energético

O volume de energia requerida pelo sistema de distribuição composto pelas concessionárias da Energias do Brasil totalizou 27.509 GWh em 2006. Desse volume, 51,8% foram para a Bandeirante, 33,8% para a Escelsa e 14,4% para a Enersul.

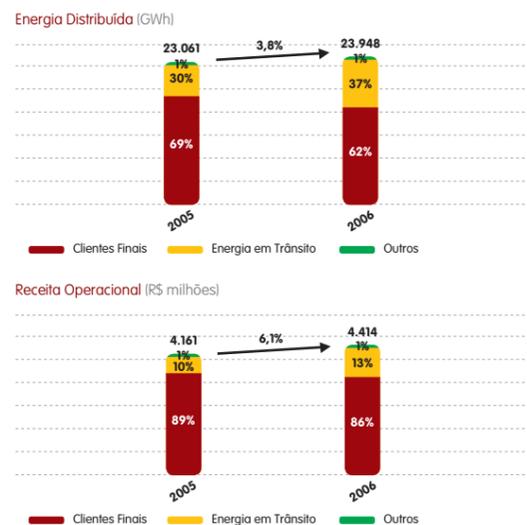
O fornecimento para clientes finais, consumo próprio e suprimento absorveu 15.211 GWh e a energia em trânsito, distribuída a clientes livres, 8.738 GWh, alterando a configuração do balanço energético em relação aos anos anteriores, em decorrência da migração dos clientes cativos para a condição de livres.

Desempenho Operacional

O volume total de energia distribuída pela Energias do Brasil, em 2006, cresceu 3,8% sobre 2005.

A redução observada de 6,4% na energia vendida aos clientes finais deveu-se basicamente à migração de clientes da classe industrial para o mercado livre. Deve-se ressaltar que a queda do consumo relativa ao processo de migração dos clientes para a condição de livres reduz a receita de fornecimento, mas, em contrapartida, diminui também as compras de energia. O cliente passa a ser faturado pela utilização da rede, contribuindo para a margem da atividade por intermédio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).





Como reflexo da migração dos clientes finais do segmento industrial para clientes livres, a participação das classes de consumidores finais no total da energia distribuída sofreu redução, passando de 68,8%, em 2005, para 62,0%, em 2006. Em contrapartida, os clientes livres passaram a responder por 36,5% do total da energia distribuída no sistema da Energias do Brasil, ante 29,8% apresentados no mesmo período do ano anterior.

Bandeirante

A expansão verificada no número de clientes entre 2005 e 2006 nos segmentos residencial (+6,5%) e comercial (+3,8%) e as altas temperaturas justificam o bom desempenho desses segmentos no período.

A classe industrial registrou consumo de 3.010 GWh, um decréscimo de 15,1% em relação a 2005, devido à migração de consumidores industriais para o mercado livre. Retirando-se o consumo desses clientes em 2005 e 2006, o mercado industrial apresentaria crescimento de 5,5%, apoiado pelo desempenho positivo dos ramos de artigos de borracha e plástico e de produtos químicos.

A classe comercial apresentou consumo de 1.437 GWh em 2006, um crescimento de 9,1% comparado a 2005. Considerando-se a migração de clientes desse segmento para o mercado livre ocorrida no quarto trimestre de 2005, o mercado comercial apresentaria crescimento de 10,9%.

Escelsa

A classe residencial registrou crescimento de 3,9% no consumo em relação a 2005, explicado pela expansão de 1,9% no número de clientes, pelo aquecimento da economia na região e pelas altas temperaturas registradas no primeiro trimestre de 2006.

A classe industrial apresentou um consumo de 1.041 GWh, decréscimo de 50,3% se comparado ao mesmo período de 2005, como reflexo da migração de clientes para o mercado livre. Excluindo o consumo desses clientes em 2005 e 2006, o aumento apresentado por essa classe seria de 7,8%, com destaque para o desempenho das atividades de extração de petróleo e gás natural, de alimentos e bebidas e mobiliário.

Em 2006, a classe comercial registrou um crescimento de 7,5% em relação a 2005, influenciado pelo crescimento da atividade econômica, notadamente nos setores do comércio varejista e atacadista e de serviços de transporte.



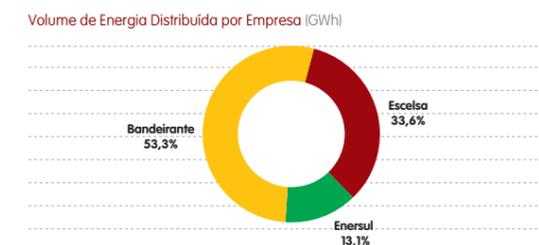
Centro de Operações do Sistema (COS).

Enersul

O consumo das classes residencial e comercial apresentou, na comparação 2006/2005, crescimentos de 0,4% e 2,6%, respectivamente, refletindo a menor temperatura média anual e a crise do agronegócio.

A classe industrial, com um consumo de 437 GWh, apresentou decréscimo de 7,5% se comparada a 2005. Essa queda refletiu o desempenho dos frigoríficos do Estado, que enfrentaram um regime de embargo internacional, desde outubro de 2005, devido ao foco de febre aftosa, assim como a migração de clientes para o mercado livre, após junho de 2005.

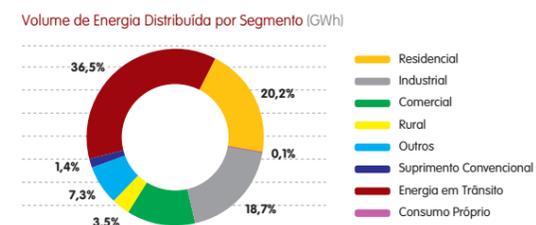
Em 2006, a classe rural registrou acréscimo de consumo de 2,5% em relação a 2005. O segundo semestre do ano contribuiu significativamente para esse resultado devido aos baixos índices de precipitações que favoreceram o maior uso da irrigação.



Qualidade

Em 2006, os indicadores de qualidade das empresas do Grupo Energias do Brasil apresentaram melhoras na Bandeirante e Escelsa, refletindo os investimentos nas redes, o sucesso no desenvolvimento dos projetos de modernização e automação do sistema elétrico, a utilização de recursos de forma criteriosa e a adoção de boas práticas de gestão. Na Enersul, no entanto, a queda registrada em 2006, na comparação com 2005, decorre de eventos de origem externa. Um dos fatores foi a grande incidência de temporais, notadamente no mês de setembro de 2006.

Na Bandeirante, houve avanço de qualidade tanto em Duração Equivalente de Interrupção por Cliente (DEC) - de 9,17 horas por consumidor/ano para 8,72 - como de Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (FEC) - de 6,62 para 5,48 vezes. Na Escelsa, o DEC recuou de 11,8 horas, em 2005, para 8,3 horas em 2006, melhora de 29,7%. Já o FEC passou de 8,66 para 6,34.



Evolução das Operações

	2005		2006			
	Clientes (Nº)	Volume (MWh)	Receita R\$ mil	Clientes (Nº)	Volume (MWh)	Receita R\$ mil
Consolidado						
Residencial	2.523.718	4.553.289	1.406.720	2.638.467	4.836.662	1.531.776
Industrial	23.087	6.111.792	1.072.249	23.240	4.488.404	893.312
Comercial	227.539	2.758.353	746.488	231.753	2.956.541	835.238
Rural	172.807	757.140	143.670	193.105	834.252	169.860
Outros	24.779	1.682.283	346.188	26.560	1.737.553	380.070
Energia vendida a clientes finais	2.971.930	15.862.858	3.715.315	3.113.125	14.853.412	3.810.256
Suprimento convencional	3	302.317	30.790	2	336.378	36.690
Energia em trânsito	101	6.874.271	415.067	112	8.737.522	567.046
Consumo próprio	424	21.800	-	365	20.868	-
Total energia distribuída	2.972.458	23.061.245	4.161.172	3.113.604	23.948.180	4.413.992

Outros: Poder público, mais iluminação pública e serviço público.
 Dados em R\$ referem-se à receita sem ICMS, sem RTE, sem consumo próprio, sem ECE/EAEED e com baixa renda.

Na Enersul, o DEC aumentou 22,16%, de 11,10 para 13,56 horas, em 2006, das quais 0,28 hora pode ser atribuída a eventos de origem externa. O FEC teve elevação de 14,08% em relação ao ano anterior, passando de 9,16 para 10,45 interrupções por consumidor/ano, sendo 0,45 decorrente de eventos com origem externa ao sistema elétrico da empresa. No que se refere ao Tempo Médio de Atendimento

(TMA) - o intervalo de tempo médio em minutos entre uma reclamação de interrupção e seu restabelecimento -, apenas na Escelsa foi registrada melhoria no ano. O indicador passou de 139 minutos, em 2005, para 119 minutos, em 2006. Na Bandeirante, o TMA ficou estável (de 170 para 172 minutos), pois a ocorrência de temporais atípicos na região impediu o registro de melhorias no indicador. Na Enersul, elevou-se, passando de 98 para 112 minutos.



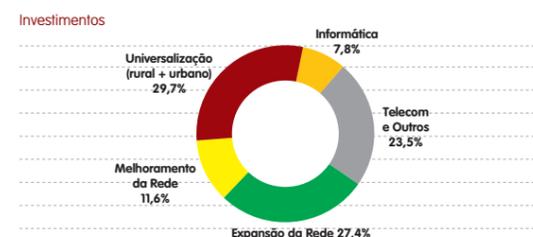
	2006				2005			
	DEC	FEC	TMA	Ref. Aneel	DEC	FEC	TMA	Ref. Aneel
Distribuidora	(horas)	(vezes)	(minutos)	(DEC/FEC)	(horas)	(vezes)	(minutos)	(DEC/FEC)
Bandeirante	8,8	5,5	172	12,6/9,7	9,2	6,6	170	12,6/9,7
Escelsa	8,3	6,3	119	13,2/10,7	11,8	8,7	139	13,2/11,0
Enersul	13,6	10,4	112	17,0/14,8	11,0	9,2	98	17,9/15,0

DEC: Duração Equivalente de Interrupção por Cliente; FEC: Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente; TMA: Tempo Médio de Atendimento.

Investimentos

Os investimentos realizados em distribuição, ao longo de 2006, superaram em 19,7% o montante registrado no ano anterior, totalizando R\$ 536,5 milhões. Para a expansão de redes foram destinados R\$ 146,9 milhões, equivalente a 27,4% do total dos recursos investidos no ano e 2,7% inferior ao registrado em 2005. Foram investidos R\$ 62,4 milhões em melhorias nas redes - 12,2% mais do que em 2005. Na Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica, o volume cresceu 27,1% e chegou a R\$ 159,6 milhões, correspondendo a 29,7% do total aplicado no ano. Outros R\$ 167,7 milhões foram investidos em telecomunicações, recursos de informática e outras atividades.

Um investimento comum às três distribuidoras foi a atualização da rede corporativa de Telecomunicações, para permitir a maior integração dos sistemas de TI e telecomunicações entre as empresas do Grupo.



Investimentos (R\$ mil)

	Bandeirante	Escelsa	Enersul	Total 2006
Expansão da rede	55.524	42.861	48.481	146.866
Melhoramento da rede	18.894	28.768	14.733	62.395
Universalização (rural + urbano)	21.411	58.842	79.302	159.555
Informática	1.902	23.116	16.842	41.860
Telecomunicações e Outros	51.851	37.746	36.250	125.847
Total	149.582	191.333	195.608	536.523

Eficiência energética

As empresas distribuidoras desenvolvem diagnósticos e projetos de eficiência energética em clientes industriais e comerciais e para sistemas de iluminação pública, além de programas direcionados às comunidades sobre o uso racional e seguro da energia elétrica. Pelo segundo ano consecutivo, a Bandeirante recebeu o Prêmio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) pelo melhor projeto de eficiência energética em processos industriais. A Escelsa recebeu o Prêmio Procel 2006, do Ministério de Minas e Energia, como a melhor empresa no segmento de médio porte, pelo projeto de eficiência energética do Shopping Vitória, que proporcionou redução no consumo de 986,13 MWh/ano e queda de demanda de 267 kW. (mais informações no capítulo Sociedade).

Outro destaque foi o Projeto de Eficiência no Sistema de Abastecimento de Águas e Esgotos do Município de Guarulhos (SP), que propiciou importante redução do consumo e da demanda nos horários de pico do sistema elétrico. Como resultado indireto, permitiu grande economia e melhor distribuição de água à população.

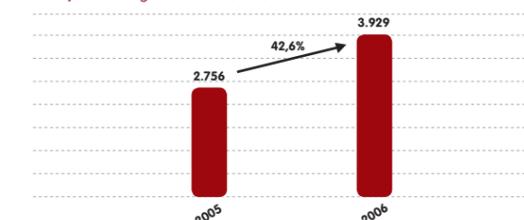
GRI - EN6 - Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.

GERAÇÃO

O potencial aumento da demanda por energia elétrica no mercado brasileiro torna estratégica a área de geração para o crescimento da Energias do Brasil. Os negócios nesse segmento envolvem três empresas: Enerpeixe, que opera a Usina Hidrelétrica Peixe Angical e é 60% controlada pelo Grupo; EDP Lajeado Energia S.A., que administra a participação de 27,65% do capital votante e 23,05% do capital total na Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), e Energest, que detém 16 usinas nos Estados do Mato Grosso do Sul e do Espírito Santo.

Em junho, entrou em operação comercial a primeira turbina da Usina Peixe Angical, no Rio Tocantins, construída em tempo recorde por meio de uma parceria com Furnas Centrais Elétricas. A obra foi concluída em setembro, 36 meses depois da retomada do empreendimento, em 2003. Com potência instalada de 452 MW, praticamente duplicou a capacidade de geração da Energias do Brasil, que encerrou 2006 com 1.018 MW.

Evolução da Energia Produzida (GWh)



Outras duas obras destacam-se em 2006, ambas no Estado do Espírito Santo: o reforço da potência da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas (50MW), no Rio Doce, com a instalação de uma quarta máquina, cuja operação comercial iniciou-se em outubro de 2006, e a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) São João (25 MW), no Rio Castelo, cuja Licença de Operação foi obtida em fevereiro de 2007.

Está programado para 2007 o início da construção da PCH Santa Fé, em Alegre, também no Espírito Santo, com capacidade de 29 MW (energia assegurada de 16 MW). O investimento é orçado em R\$ 105 milhões e a obra deverá ser finalizada no segundo semestre de 2008.

Os investimentos em geração somaram R\$ 292,9 milhões, em 2006 (R\$ 700,8 milhões no ano anterior), o correspondente a 35,3% dos recursos aplicados pela Energias do Brasil no ano e indicador de importância estratégica desse negócio.

O volume total de produção em 2006 foi de 3.929 GWh, crescimento de 42,6% em comparação aos 2.756 GWh do ano anterior. A receita líquida do negócio de geração atingiu R\$ 458,2 milhões, 164,6% mais do que 2005, com EBITDA de R\$ 272,7 milhões e margem de 59,5%, ante R\$ 100,9 milhões e 58,3%, respectivamente, em 2005. Esse desempenho reflete a entrada em operação da UHE Peixe Angical.



Capacidade instalada e evolução projetada (MW)	2004	2005	2006 ⁽¹⁾	2007
EDP Lajeado ⁽²⁾	249,5	249,5	249,5	249,5
Energest	161,1	161,1	210,6	210,6
Cesa	58,5	58,5	58,5	83,5
Costa Rica	16,5	16,5	16,5	16,5
Enersul (Porto Murtinho)	4,5	4,5	-	-
Pantanal Energética	40,8	40,8	31,2	31,2
Enerpeixe	-	-	452,0	452,0
Total	530,9	530,9	1.018,3	1.043,3

Energia assegurada (MW médios)	2006
EDP Lajeado ⁽²⁾	145,6
Energest	145,9
Cesa	33,8
Costa Rica	12,0
Pantanal Energética ⁽³⁾	22,3
Enerpeixe	271,0

⁽¹⁾ Considera a desativação das térmicas Coxim, Corumbá e Porto Murtinho. ⁽²⁾ Correspondente à participação no capital votante da Energias do Brasil (27,65%). ⁽³⁾ Não inclui a garantia física das térmicas Coxim e Corumbá (3,85 MW médios).

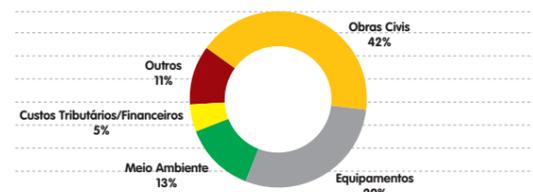
Leilões de energia

Em 2006, a Energest participou de dois leilões de energia promovidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. No leilão realizado em junho (A-3), vendeu por um período de 30 anos, com início em 2009, 16 MW médios da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Santa Fé, localizada no Espírito Santo, ao preço de R\$ 124,99 por MW/h. Em outubro, a companhia disputou as duas concessões hidrelétricas, que foram licitadas, não tendo sido vitoriosa devido à baixa taxa de retorno correspondente ao preço final.

Peixe Angical

Localizada entre os municípios de Peixe e São Salvador do Tocantins, no Estado do Tocantins, Região Norte do Brasil, a Usina Peixe Angical foi o primeiro empreendimento realizado em parceria com uma empresa controlada pelo governo federal. No ano, a produção de energia totalizou 1.881,36 GWh.

Peixe Angical - Abertura dos Investimentos



Executado pela Enerpeixe, empresa constituída pela Energias do Brasil (60% de participação) e Furnas Centrais Elétricas (40%), o investimento totalizou R\$ 1,6 bilhão (moeda de dezembro de 2003) e recebeu financiamento de R\$ 670 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e bancos privados. Com três unidades geradoras e potência instalada de 452 MW, a usina tem uma energia assegurada de 271 MW médios, já contratada pelas distribuidoras do Grupo.

A construção de Peixe Angical trouxe um modelo novo para os investimentos energéticos no Brasil, graças a uma iniciativa inédita no setor: a criação de um Foro de Negociação onde representantes da Enerpeixe, do Ministério Público, dos Órgãos Ambientais, das famílias afetadas e de outras organizações interessadas negociaram acordos sobre as compensações às comunidades dos entornos e em prol da sustentabilidade do empreendimento. Cerca de 20% dos recursos foram destinados a 30 programas socioambientais (mais informações na seção *Sociedade*).

Geração	Capacidade instalada (MW)
Energest	210,60
Suíça	30,06
Mascarenhas	180,50
CESA	58,54
Alegre	2,06
Fruteiras	8,74
Jucu	4,84
Rio Bonito	16,80
Viçosa	4,50
Paraíso	21,60
Pantanal	31,16
Mimoso	29,50
São João I	0,66
São João II	0,60
Coxim	0,40
Costa Rica	16,50
Costa Rica	16,50
Total	316,80

Lajeado

A UHE Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), localizada no Rio Tocantins (TO), produziu 4.472 GWh em 2006, dos quais 1.236 GWh corresponderam à Energias do Brasil pela participação de 27,65% no capital votante que sua controlada, a EDP Lajeado, possui no empreendimento. A capacidade total instalada é de 902,5 MW, com cinco turbinas em operação, e os demais parceiros de Lajeado são o Grupo Rede, CEB e CMS Energy. A usina entrou em operação em 2001, atingindo a plena capacidade em 2002.



UHE - Lajeado.

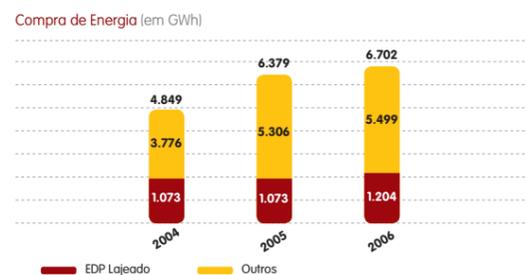
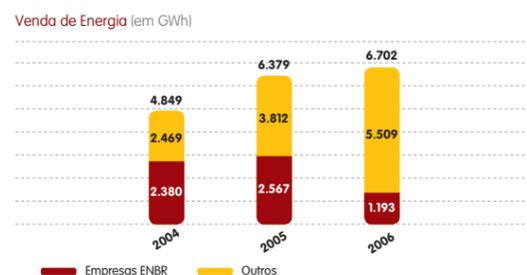
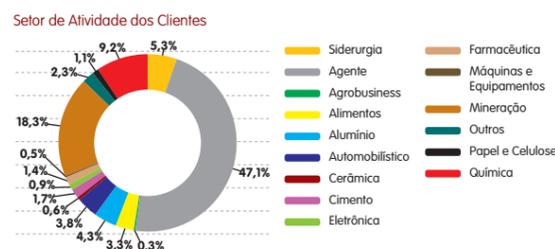
Energest

Em 2006, a Energest produziu 1.548,0 GWh, 0,4% mais do que o registrado em 2005. O desempenho reflete condição hidrológica desfavorável no primeiro trimestre de 2006. Destacou-se a elevação da potência da UHE Mascarenhas, com a entrada em operação de uma quarta máquina. A energia nova gerada por Mascarenhas já foi comercializada no leilão de energia nova (A-5) realizado em dezembro de 2005, ao preço de R\$ 115,98 por MW/hora. O contrato tem duração de 30 anos, com início em janeiro de 2008. Também foi relevante a conclusão da obra da PCH São João, de 25 MW, que obteve a Licença de Operação em fevereiro de 2007. Esses investimentos totalizaram R\$ 46,2 milhões durante o ano.

A Energest administra 16 usinas, com capacidade total instalada de 316,80 MW, 49,5 MW acima do ano anterior. É responsável pela gestão das UHEs Mascarenhas e Suíça, das empresas Cesa, Costa Rica e Pantanal Energética, além da Linha de Transmissão Governador Valadares-Mascarenhas. Esses ativos foram integrados em 2005, como parte do processo de reestruturação societária da Energias do Brasil e da desverticalização determinada pelas regras do Novo Modelo do Setor Elétrico.

As térmicas Corumbá e Coxim, da Pantanal Energética, foram desativadas no final de 2005.

Ambiente Regulatório



COMERCIALIZAÇÃO

A atividade de comercialização de energia é desenvolvida por meio da Enertrade, uma das mais ativas participantes do mercado livre de energia elétrica. Em 2006, comercializou 6.702 GWh, volume 4,8% superior ao de 2005 (de 6.379 GWh). No acumulado desde 2004, o crescimento dos negócios chega a 38,4%. O maior crescimento de clientes ocorreu com consumidores

da área de atuação das distribuidoras da Energias do Brasil, o que mostra a importância da comercializadora para o atendimento a grandes clientes que migram para o mercado livre.

A receita líquida de comercialização totalizou R\$ 494,7 milhões, acréscimo de 14,9%, como decorrência do maior número de clientes e elevação do preço da energia. O EBITDA totalizou R\$ 3,4 milhões, retração de 93,7%. A queda reflete um impacto extraordinário negativo no valor de R\$ 40,2 milhões referente à provisão, conservadoramente constituída no quarto trimestre de 2006, para fazer frente a risco de crédito de liquidação duvidosa contra a Ampla S.A. (mais detalhes no item *Gastos Operacionais*, na seção *Análise do Desempenho Econômico-Financeiro*).

Serviços

Um diferencial da Enertrade é a oferta de serviços para os clientes, incluindo assessoria no relacionamento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), simulações de mercado, gestão de *portfolios* de energia, telemedicação *on-line*, entre outros.

A empresa também oferece uma ferramenta de gestão de risco energético, com base em modelos desenvolvidos pela própria Enertrade para otimizar a rentabilidade dos clientes. Foram utilizados modelos matemáticos e conceitos como *Value at Risk* (VaR) e previsões de cenários, com um posicionamento conservador a respeito de comportamento de oferta e demanda, para assim resguardar o *portfolio*.



O ano de 2006 caracterizou-se por ajustes pontuais no ambiente regulatório, resultado da introdução do Novo Modelo do Setor Elétrico, em 2004. Dessa forma, foi um período de maior estabilidade de regras, em um cenário mais adequado ao desenvolvimento dos negócios do setor. Estiveram em funcionamento as entidades auxiliares criadas no marco regulatório: a CCEE, responsável pela realização dos leilões de contratação de energia existente, de energia nova e de ajuste; o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), encarregado de monitorar o suprimento eletroenergético, para assegurar continuidade e segurança, e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), responsável por estudos e pesquisas para subsidiar o planejamento do setor energético. Dentre os novos instrumentos regulatórios, destacam-se a metodologia e os critérios a serem aplicados no segundo Ciclo de Revisões Tarifárias, a se iniciar em 2007, aprovados e editados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) após processo de Audiência Pública.

Destaques

REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

Foi concluída, em 2006, a revisão tarifária periódica da Bandeirante relativa a 2003, embora ainda subsista recurso na esfera administrativa relativo ao valor da Base de Remuneração Regulatória (BRR). Em 2005, a Aneel havia reduzido de R\$ 1,092 bilhão para R\$ 998 milhões o valor da BRR da Bandeirante referente a setembro de 2003. Devido a esse último ajuste, também foi retificado o percentual de aumento reconhecido nas tarifas, de 18,08%, provisoriamente aplicado a partir de 2003, reduzindo-o para 9,67% (tal percentual já havia sido reduzido em 2004 para 10,51%). A diferença, de natureza financeira, decorrente da aplicação do índice provisório, atingiu o valor de

R\$ 102,3 milhões, contribuindo para que o reajuste médio da tabela tarifária, em outubro de 2005, ficasse estabelecido em 8,86% negativos, aplicados sobre as tarifas de referência utilizadas pela Aneel.

A Bandeirante ingressou no órgão regulador com pedido de reconsideração e, em 19 de outubro de 2006, a diretoria da Aneel concedeu aumento preliminar da BRR para R\$ 1,026 bilhão, com a possibilidade de reconsideração para valor maior. Em 60 dias após essa última decisão, conduziria uma fiscalização para obter os elementos necessários para uma decisão definitiva. Porém, até o final de 2006, a Aneel não havia se pronunciado sobre esse aspecto. Em razão do novo ajuste na BRR da Bandeirante, o índice de reposicionamento tarifário relativo ao primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias foi alterado para 10,14%, com a correspondente "bolha" financeira incorporada ao índice de reajuste tarifário de 2006.

Para a Escelsa, a revisão periódica de 2004 foi homologada pela Aneel em agosto de 2005, com a fixação de valores finais para a BRR, taxa de depreciação e custos operacionais da Empresa de Referência, com o reposicionamento tarifário passando do valor provisório de 6,33% para o valor definitivo de 8,58%. Essa modificação significou acréscimo de receita de R\$ 17,2 milhões, compensado financeiramente para a concessionária no período tarifário de 7 de agosto de 2005 a 6 de agosto de 2006. Para a receita líquida, o impacto foi positivo em R\$ 15,6 milhões.

No caso da Enersul, em 2005, a Aneel, de forma definitiva, já havia estabelecido a Base de Remuneração Regulatória de 2003, elevando o percentual da revisão tarifária de 2003 para 50,81% (originalmente, havia sido fixado provisoriamente em 42,26%), o que representou efeito positivo de R\$ 74,8 milhões na receita líquida, registrado no primeiro trimestre de 2005.



Concessionária	Período	Próxima revisão	Valor da BRR homologada (em milhões)
Bandeirante	A cada quatro anos a partir de 2003	2007	1.026
Enersul	A cada cinco anos a partir de 2003	2008	782
Escelsa	A cada três anos a partir de 1998	2007	928

REAJUSTE TARIFÁRIO

Bandeirante - Em 19 de outubro, a Aneel aprovou reajuste médio de 13,44%, a ser aplicado no período entre outubro de 2006 e setembro 2007. O Índice de Reajuste Tarifário (IRT) contempla decisão da Aneel sobre o pedido de reconsideração interposto pela Bandeirante relativo à primeira revisão tarifária periódica da concessionária, de 2003, e, por extensão, seus efeitos sobre o IRT do ano de 2005. Considerando-se, adicionalmente, os efeitos conjuntos do ajuste do índice de revisão da BRR e dos ajustes financeiros nas tarifas da Bandeirante, associados à recuperação referente a períodos passados, o reajuste tarifário médio efetivo, aplicado sobre os valores recorrentes, verificado nas faturas de energia elétrica foi de 15,41%.

Escelsa - O reajuste médio das tarifas da Escelsa foi fixado em 16,67% pela Aneel, englobando todas as classes de consumo para o período entre agosto de 2006 e julho de 2007. Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Escelsa, associados à recuperação relativa a períodos anteriores, o reajuste tarifário médio efetivo, aplicado sobre os valores recorrentes, verificado nas faturas de energia elétrica foi de 11,40%. O reajuste tarifário concedido em 3 de agosto de 2006 contemplou o reconhecimento líquido positivo de R\$ 34,4 milhões, referentes principalmente à revisão, pela Aneel, dos critérios utilizados no ano anterior no tratamento dos impactos da desverticalização de ativos da concessionária.

Enersul - As tarifas médias da Enersul foram reajustadas, em 6 de abril, em 16,75% para o período de abril 2006 a março de 2007. O reajuste tarifário médio efetivo, aplicado sobre os valores recorrentes, verificado nas

faturas de energia elétrica foi de 10,33%, por considerar ajustes financeiros já incluídos na tarifas da Enersul associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados.

Reajuste Médio das Tarifas de 2006

Níveis de Tensão	Reajuste		
	Bandeirante	Escelsa	Enersul
Baixa tensão (abaixo de 2,3 kV)	13,18%	8,29%	9,30%
Alta tensão (acima 2,3 kV)*	17,81%	15,28%*	13,25%
Valor médio	15,41%	11,40%	10,33%

* Valor médio para as classes correspondentes atendidas em alta tensão (Fonte: Aneel - Nota Técnica 257/2006).

RECOMPOSIÇÃO DE PERDAS DO RACIONAMENTO

A arrecadação desse ativo regulatório tem sido frustrada por insuficiência da provisão, pelo regulador, de prazo e de mercado no caso dos consumidores que optaram pelo ambiente de livre contratação. A Aneel, após reexaminar a matéria, sustentou como isentos da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) os consumidores livres que, em 2002, integravam o mercado cativo das concessionárias de distribuição de energia. A RTE é destinada à cobertura dos impactos financeiros do racionamento sobre o caixa de distribuidoras e geradoras de energia. O entendimento da Aneel foi de que a Lei nº 10.438, promulgada na época do racionamento, não determinava a cobrança da RTE sobre a tarifa de uso de rede, único elemento tarifário cobrado aos consumidores livres, e que a opção do consumidor pelo ambiente de contratação livre é um risco de mercado. Dessa forma, em atendimento a novos critérios de contabilização das parcelas arrecadadas de clientes cativos, no exercício findo em 31/12/2006, a Bandeirante e a Escelsa reforçaram provisão no valor de R\$ 56,1 milhões para refletir menor capacidade de recolhimento do referido encargo em vista do prazo estabelecido pela Aneel.

MERCADO LIVRE MÉDIA TENSÃO/ CONSUMIDORES ESPECIAIS

No final de 2006, a Aneel regulamentou a comercialização de energia originada de fontes incentivadas, prevista para entrar em vigor em 2007. Ela prevê que consumidores com carga instalada igual ou superior a 500 kW - denominados Consumidores Especiais - podem adquirir energia de agentes geradores que utilizam fontes primárias incentivadas. Essas fontes são PCHs, eólicas, energia solar ou biomassa, com potência instalada de até 30 MW, ou ainda de Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH) com potência instalada igual ou inferior a 1 MW, com a intervenção de comercializadoras. O incentivo prevê desconto não inferior a 50% na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição, tanto para o encargo do gerador quanto para o encargo do consumidor.

A Resolução Aneel 247, de 21/12/2006, ao permitir a intervenção do agente comercializador, procura favorecer o crescimento da geração incentivada com potência instalada de até 30 MW.



Vista noturna de Vitória.

Análise do Desempenho Econômico-Financeiro



• Receita consolidada

Receita Operacional Líquida - R\$ mil	12 Meses		Var.
	2006	2005	
Fornecimento			
Residencial	1.531.776	1.406.720	8,9%
Industrial	893.312	1.072.249	-16,7%
Comercial	835.238	746.488	11,9%
Rural	169.860	143.670	18,2%
Outros	380.070	346.188	9,8%
Fornecimento não Faturado	82.293	123.195	-33,2%
Total fornecimento	3.892.549	3.838.510	1,4%
Suprimento			
Convencional	36.690	30.790	19,2%
Energia de curto prazo e Suprimento leilão	78.565	30.242	159,8%
Total suprimento	115.255	61.032	88,8%
Fornecimento e suprimento	4.007.804	3.899.542	2,8%
Disponibilização do Sistema de Distribuição (TUSD)	561.983	416.343	35,0%
Comercialização (Supr. e Forn.)	364.157	226.333	60,9%
Outras receitas operacionais	128.555	212.828	-39,6%
Subtotal	5.062.499	4.755.046	6,5%
(-) Deduções à receita operacional	(501.101)	(431.820)	16,0%
Receita operacional líquida	4.561.398	4.323.226	5,5%

Em 2006, a receita operacional líquida da Energias do Brasil apresentou crescimento de 5,5%, totalizando R\$ 4.561,4 milhões. Esse desempenho reflete principalmente os efeitos advindos de reajustes tarifários aplicados às três distribuidoras do Grupo nos períodos analisados, notadamente o impacto negativo da redução média de 8,86% nas tarifas da Bandeirante por ocasião do seu reajuste tarifário periódico, em outubro de 2005. Também teve grande influência a alteração no perfil de mercado de energia, com maior participação de clientes livres, parcialmente compensada pelo crescimento de 3,8% no mercado de energia.

No primeiro trimestre de 2005, registrou-se impacto positivo resultante da conclusão da primeira revisão tarifária da Enersul (R\$ 74,8 milhões contabilizados na rubrica "Fornecimento não Faturado", dos quais R\$ 65,0 milhões são anteriores a 2005). No terceiro trimestre de 2005, na mesma rubrica, foram contabilizados R\$ 15,6 milhões advindos da conclusão da revisão tarifária da Escelsa.

A receita da taxa de uso do sistema de distribuição (TUSD) atingiu R\$ 562,0 milhões, 35,0% mais do que o valor registrado em 2005, resultado da migração de clientes finais para a condição de clientes livres.

• Gastos operacionais

Gastos Operacionais - R\$ mil	12 Meses		Var.
	2006	2005	
Gastos gerenciáveis			
Pessoal	339.078	267.968	26,5%
Material	36.598	36.209	1,1%
Serviços de Terceiros	296.787	239.282	24,0%
Provisões	106.890	69.445	53,9%
Outros	95.755	107.184	-10,7%
	875.108	720.088	21,5%
Depreciação e Amortização	287.450	239.824	19,9%
Total dos gastos gerenciáveis	1.162.558	959.912	21,1%
Gastos não-gerenciáveis			
Energia Comprada e Transporte	1.926.970	2.132.125	-9,6%
Encargos de Serviço do Sistema	60.743	83.550	-27,3%
Cota de Consumo de Combustível - CCC	265.484	216.191	22,8%
Compensação Financeira	14.183	7.631	85,9%
Taxa de Fiscalização da Aneel	10.327	9.240	11,8%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	249.098	227.661	9,4%
Outros	85.884	14.134	507,6%
Total dos gastos não-gerenciáveis	2.612.689	2.690.532	-2,9%
Total dos gastos	3.775.247	3.650.444	3,4%

Energia Comprada - R\$ mil	12 Meses		Var.
	2006	2005	
Contratos Iniciais	-	379.923	n.a.
Itaipu	539.388	552.693	-2,4%
Leilão	566.178	299.185	89,2%
Outros Supridores	471.628	375.497	25,6%
Encargos de conexão e rede básica	506.128	483.352	4,7%
Apropriação e Amortização de CVA (líquido)	(156.352)	41.475	n.a.
Total geral	1.926.970	2.132.125	-9,6%

Os gastos operacionais totalizaram R\$ 3.775,2 milhões no ano, o que representa crescimento de 3,4% sobre 2005, inferior ao aumento de 5,5% registrado na receita operacional líquida.

Os gastos gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, apresentaram incremento de 21,5%, refletindo principalmente o acréscimo de R\$ 71,1 milhões referente a pessoal, R\$ 57,5 milhões associado a Serviços de Terceiros e R\$ 37,4 milhões de provisões.

A variação da linha de pessoal reflete principalmente (i) o impacto total de R\$ 51,6 milhões registrado no segundo trimestre de 2006 advindo do Programa de Demissão Voluntária (PDV) e (ii) o reajuste salarial entre 6% e 8% concedido aos colaboradores das distribuidoras nos dissídios coletivos ocorridos no segundo semestre de 2005. A entrada em operação da Usina Peixe Angical implicou despesas adicionais de R\$ 2,5 milhões, reconhecidas no segundo semestre de 2006 (durante a fase de construção da usina, essas despesas eram

capitalizadas), bem como o menor nível de capitalização de despesas de pessoal para imobilizado nas distribuidoras, cujo efeito foi de R\$ 6,3 milhões.

O item serviços de terceiros inclui efeitos de reajustes contratuais, despesas com melhorias operacionais (manutenção e expansão de redes e subestações, corte, religação, inspeção de medidores e serviço de *call center*), programas de eficiência operacional em curso (inspeções no programa de redução de perdas e consultorias especializadas/serviços de informática no Projeto Vanguarda). O aumento de R\$ 57,5 milhões verificado em 2006 compreende R\$ 28,6 milhões de despesas adicionais associadas à implantação de projetos corporativos visando ao aumento da eficiência operacional (Projetos Vanguarda, TI e Programa de Redução de Perdas), assim como outras despesas adicionais de natureza regulatória (R\$15,6 milhões). As principais variações entre os períodos foram:

- Na Bandeirante, aumento de R\$ 13,7 milhões, causado pelo impacto de R\$ 1,4 milhão com consultorias empresariais, R\$ 5,3 milhões relativos à melhoria/ampliação da rede de atendimento e do *call center* e R\$ 4,9 milhões no âmbito do programa de combate às perdas comerciais.
- Na Escelsa, aumento de R\$ 12,3 milhões, sendo R\$ 4,0 milhões em serviços de informática, R\$ 1,7 milhão referentes à contratação de prestadores de serviços para incremento dos serviços de corte e religação e manutenção da rede, R\$ 3,6 milhões em inspeções do programa de combate às perdas comerciais e R\$ 0,7 milhão relativos à melhoria do *call center*.
- Na Enersul, crescimento de R\$ 23,4 milhões, sendo R\$ 9,6 milhões referentes a inspeções do programa de combate às perdas comerciais, R\$ 2,0 milhões em serviços de informática, R\$ 3,1 milhões com consultorias e R\$ 3,6 milhões referentes a despesas adicionais com leitura, impressão e entrega de contas, notadamente na área rural.
- A Enerpeixe respondeu por R\$ 3,9 milhões de aumento em 2006, devido à sua entrada em operação a partir de junho de 2006.

No item provisões, o acréscimo de 53,9% registrado em 2006 reflete principalmente o reconhecimento, pela Enertrade, do valor de R\$ 40,2 milhões referentes à provisão constituída para fazer frente a risco de crédito de liquidação duvidosa contra a Ampla S.A., decorrente de discussão do valor da tarifa a ser utilizada em contrato de suprimento firmado entre as duas empresas.

Nessa discussão, a Enertrade obteve liminar em mandado de segurança, suspendendo os efeitos do ofício da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que não reconheceu o valor da tarifa contratada, inclusive porque a Enertrade entende que o contrato já havia sido tacitamente aprovado pelo Órgão Regulador, nos termos do artigo 1º, incisos 3º e 4º da Resolução Aneel nº 22/1999. Em descumprimento a essa liminar, a Ampla S.A. tem efetuado o pagamento de somente parte do valor da tarifa contratada que, segundo a Aneel, seria aquela possível de repasse aos seus consumidores finais.

A companhia acredita que essa discussão, realizada na forma pactuada contratualmente, seja finalizada ao longo do ano de 2007.

Ainda na análise de gastos gerenciáveis, cabe destacar que o total da conta "outros" de 2005 contempla efeitos negativos não-recorrentes, tais como R\$ 25,9 milhões relativos à baixa de ativo contingente na Bandeirante e R\$ 7,4 milhões associados à oferta inicial de ações/reorganização societária.

Ajustando-se os gastos gerenciáveis pelos efeitos do PDV (R\$ 51,6 milhões) e da provisão constituída na Enertrade (R\$ 40,2 milhões), o crescimento na rubrica teria sido de 8,8%, em comparação aos 21,5% efetivamente registrados.

Dentre os gastos não-gerenciáveis, estão relacionados os recolhimentos setoriais para Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Consumo de Combustível (CCC) que, em conjunto, cresceram 15,9% sobre os valores do mesmo período do ano anterior. Na conta *Outros gastos não-gerenciáveis*, variação no valor

de R\$ 47,9 milhões relacionada principalmente ao procedimento de reconhecimento da obrigação setorial de P&D regulamentada pela Aneel em abril de 2006.

• Resultado do serviço - EBIT

A combinação dos efeitos analisados conduziu a um resultado do serviço de R\$ 786,2 milhões em 2006, 16,9% superior ao verificado no ano anterior. A margem EBIT alcançou 17,2%, 1,6 ponto percentual acima da margem registrada em 2005. A expansão de 19,9% nas despesas com depreciação e amortização reconhecidas no período reflete parcialmente o início da operação de Peixe Angical.

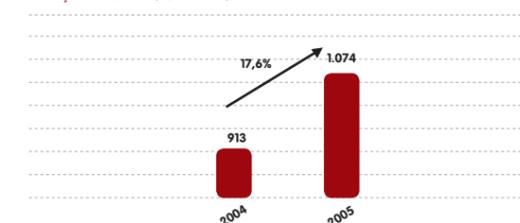
• EBITDA e margem EBITDA

O EBITDA atingiu R\$ 1.073,6 milhões no ano, 17,6% acima de 2005. A margem EBITDA (EBITDA/receita líquida) alcançou 23,5%, 2,4 pontos percentuais superior à do ano anterior.

O EBITDA de 2006 contempla o reconhecimento de despesas extraordinárias no valor total de R\$ 91,8 milhões, dos quais R\$ 51,6 milhões referem-se ao PDV e R\$ 40,2 milhões à provisão constituída na Enertrade (R\$ 27,5 milhões referem-se a exercícios anteriores a 2006). Além disso, o EBITDA de 2006 inclui os seguintes efeitos de natureza regulatória e fiscal:

- No quarto trimestre: efeito positivo de R\$ 16,0 milhões da BRR da Bandeirante; despesas de R\$ 6,3 milhões na Enersul referentes à reversão de CVA; e R\$ 4,5 milhões negativos de ajustes relativos às contribuições setoriais para o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) de exercícios anteriores;
- No terceiro trimestre: impacto líquido positivo não-recorrente de R\$ 34,4 milhões advindo do IRT de agosto de 2006 da Escelsa e efeito negativo extraordinário de R\$ 7,9 milhões relativo à provisão constituída pela Bandeirante para contingência fiscal;
- No segundo trimestre: reconhecimento de contribuição setorial de P&D relativa a exercícios anteriores (R\$ 10,0 milhões).

Evolução do EBITDA (R\$ milhões)



Dessa forma, ajustando-se o EBITDA pelas despesas extraordinárias, ter-se-ia apurado um valor de R\$ 1.152,7 milhões em 2006, com margem EBITDA de 25,3%. Esse desempenho reflete a maior contribuição da área de geração aos resultados da Energias do Brasil, com a duplicação da capacidade instalada durante o ano de 2006, assim como o crescimento do mercado de energia elétrica e maior eficiência operacional.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado, em 2006, foi negativo em R\$ 377,8 milhões, comparado a um valor também negativo de R\$ 279,2 milhões registrado no ano anterior. O aumento verificado reflete o provisionamento para pagamento de juros sobre capital próprio (JSCP) no valor de R\$ 181,1 milhões, assim como resultado cambial líquido negativo em R\$ 50,7 milhões. Destaca-se ainda como despesa financeira, em 2006, o valor de R\$ 40,1 milhões relativos à constituição de provisão para perda de arrecadação de RTE - também constituída no ano de 2005 (R\$ 60,2 milhões) - e, em 2005, a contabilização de R\$ 18,0 milhões relativos às comissões decorrentes da oferta pública de ações. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela receita financeira de R\$ 308,0 milhões apurados em 2006, que contempla R\$ 77,3 milhões relativos à constituição de créditos e reversão de provisões, associadas à questão relativa ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, na qual subsidiárias concessionárias de distribuição obtiveram êxito em ação transitada em julgado em 2006.

• Lucro líquido

O lucro líquido consolidado alcançou R\$ 394,1 milhões no exercício de 2006. O lucro antes da participação dos minoritários foi de R\$ 431,4 milhões, que se compara a R\$ 445,9 milhões acumulados em 2005. Destaque-se que

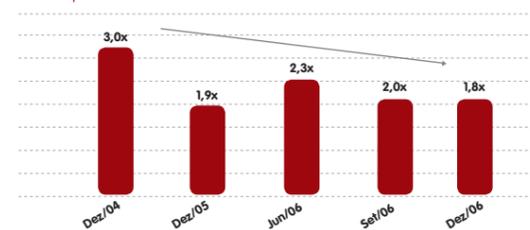


em 2005 foram registrados R\$ 60,4 milhões de resultado cambial líquido positivo e revertidos R\$ 89,9 milhões relativos à provisão para perda de investimento registrada na EDP Lajeado, em vista da revisão das premissas utilizadas para a avaliação do referido investimento. Analisando a evolução do lucro líquido em bases ajustadas pelos efeitos anteriormente mencionados, bem como decorrentes do PDV e da provisão constituída pela Enertrade, o lucro líquido de 2006 teria sido 33,7% superior ao apresentado no ano de 2005.

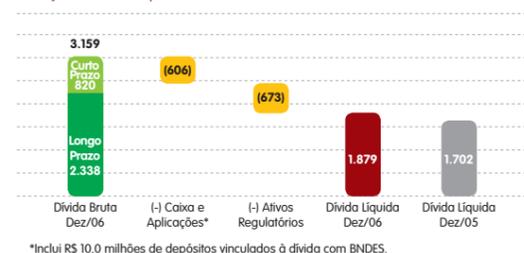
• Endividamento

Em 31 de dezembro de 2006, a dívida bruta consolidada, incluindo encargos, totalizava R\$ 3.158,6 milhões, o que se compara ao saldo R\$ 3.025,7 milhões registrado em dezembro de 2005. Já a dívida líquida ajustada pelos valores de caixa e aplicações e pelo saldo líquido de ativos regulatórios alcançou R\$ 1.879,4 milhões no encerramento de 2006, incremento de 10,4% na comparação com o período findo em dezembro de 2005. Esse desempenho reflete principalmente investimentos realizados ao longo do ano, parcialmente cobertos pela geração operacional de caixa no período. Do total da dívida bruta ao final do ano de 2006, 22,6% estavam denominados em moeda estrangeira, 85,6% dos quais protegidos da variação cambial por meio de instrumentos de *hedge*, resultando em uma exposição líquida de 3,3%. Destaca-se a redução da parcela relativa do endividamento bruto no curto prazo de 31,8%, em 31/12/05, para 25,9%, em 31/12/06, reflexo das operações de alongamento realizadas durante o ano de 2006. A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o ano com o *ratio* de 1,8x, mostrando uma posição confortável da alavancagem da companhia. A redução ao longo de 2006 reflete principalmente a melhoria do EBITDA.

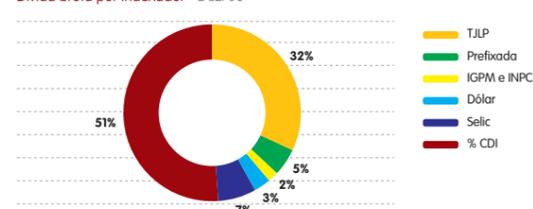
Dívida líquida/EBITDA



Evolução da dívida líquida (R\$ milhões)



Dívida bruta por indexador - Dez/06

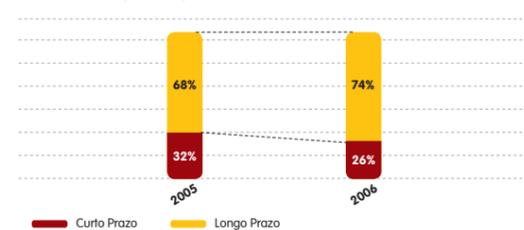


• Debêntures

Em linha com sua estratégia de gestão do endividamento, que privilegia o alongamento do perfil de vencimentos a custos mais competitivos, e combinada ao fortalecimento da liquidez e à diversificação de fontes de financiamento, as distribuidoras do Grupo (Bandeirante, Escelsa e Enersul) finalizaram a emissão pública de debêntures simples (não-conversíveis em ações), na forma nominativa e escritural, em série única, da espécie quirografia, perfazendo o valor total de R\$ 851,5 milhões.

O sucesso da emissão das debêntures reforça a parceria de longo prazo estabelecida com o mercado de capitais e reafirma a confiança da comunidade financeira na Energias do Brasil. Além disso, é também resultado da implementação da adoção da nova estrutura que possibilitou a gestão financeira integrada das empresas do Grupo.

Perfil da dívida - (base 100)



As debêntures, que terão prazo de vigência de cinco anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de três anos para amortização do principal, apresentam remuneração conforme quadro a seguir:

	Valor (R\$)	Remuneração	Início da Distribuição em:
Bandeirante	250.000.000,00	104,4% do CDI	07/04/2006
Escelsa	264.000.000,00	104,4% do CDI	05/07/2006
Enersul	337.500.000,00	104,3% do CDI	02/06/2006

Destaque-se que as emissões de debêntures contribuíram para uma redução de 0,5% no custo médio da dívida consolidada da companhia, que fechou o ano de 2006 em 14,50% (17,50% em 2005).

• Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Em 2006, o valor adicionado distribuído pela Energias do Brasil totalizou R\$ 3.646 milhões, 6,4% acima de 2005. Ele é resultante da receita bruta, de R\$ 6.222 milhões, menos os custos de R\$ 2.576 milhões relativos a insumos

e serviços adquiridos de terceiros, depreciação e amortizações, materiais e equivalência patrimonial, e acréscimo de receitas financeiras. A parcela de 73,6% foi distribuída a governos, na forma de impostos, taxas e contribuições.



	Consolidado	
	2006	2005
Geração do valor adicionado	6.125.516	5.993.313
Receita operacional	6.221.997	5.862.753
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	-87.471	-53.079
Créditos fiscais diferidos	1.527	121.074
Não-operacional	-10.537	62.565
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-2.480.346	-2.591.561
Custos da energia comprada	-1.453.716	-1.610.725
Encargos de uso da rede elétrica e encargos de serviços de sistema	-557.829	-604.949
Materiais	-36.598	-36.209
Serviços de terceiros	-296.787	-239.282
Outros custos operacionais	-135.416	-100.396
Valor adicionado bruto	3.645.170	3.401.752
Depreciações e amortizações	-287.450	-239.824
Valor adicionado líquido gerado	3.357.720	3.161.928
Receitas financeiras	321.409	269.863
Participação minoritária	-34.545	-3.089
Resultado da equivalência patrimonial	1.007	-3.713
Valor adicionado total a distribuir	3.645.591	3.424.989
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração do trabalho	248.442	217.666
Encargos sobre a folha de pagamento (exceto INSS)	44.703	14.046
Impostos, taxas e contribuições	2.463.779	2.308.605
Despesas financeiras	470.462	404.550
Aluguéis	21.366	37.288
Partes beneficiárias	2.719	3.428
Dividendos	169.914	151.241

GRI - EC1 - Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.

Mercado de Capitais



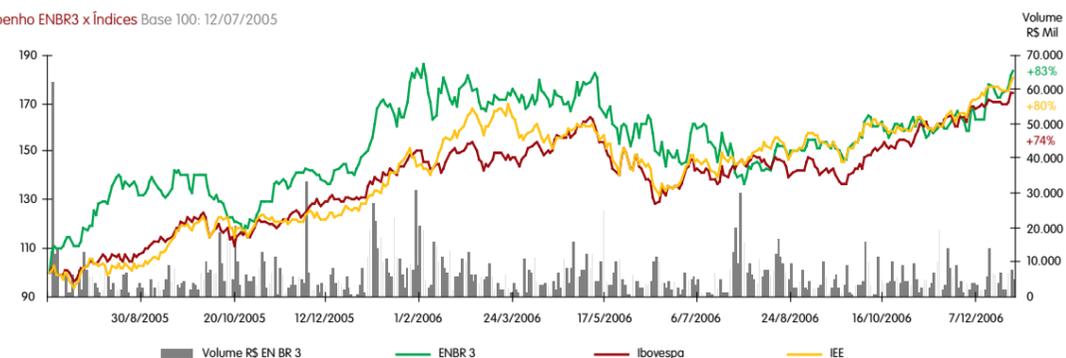
As ações da Energias do Brasil (ENBR3) estrearam na Bolsa Valores de São Paulo no dia 13 de julho de 2005, negociadas no segmento do Novo Mercado e integrantes do Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e do Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (Itag). Também fazem parte dos índices IBrX-100 - Índice Brasil da Bovespa e, em abril, foram inseridas no IEE (Índice de Energia Elétrica da Bovespa) e no IVBX-2 (Índice Valor Bovespa), que aglutina empresas com liquidez ainda em desenvolvimento. Desde dezembro de 2006, as ações da Energias do Brasil passaram a fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa.

Desde sua listagem até o dia 31 de dezembro deste ano, ENBR3 registrou presença em 100% dos pregões e acumula valorização de 83,3%, ante aumento de 74,2% do Ibovespa - índice que reflete o desempenho de 58 papéis de maior liquidez no mercado - e de 80,2% do IEE.

Em 2006, as ações da Energias do Brasil apresentaram valorização de 24,0%. O volume negociado no ano atingiu 57,0 milhões de ações, com média diária de 227,5 mil ações. No mesmo período, o volume financeiro totalizou R\$ 1.663,4 milhões, representando média diária de R\$ 6,6 milhões. No encerramento do exercício, os papéis estavam cotados a R\$ 33,00, representando um valor de mercado da companhia equivalente a R\$ 5,4 bilhões.



Desempenho ENBR3 x Índices Base 100: 12/07/2005



Fonte: Bloomberg.

Remuneração dos acionistas

Em 21 de dezembro de 2006, o Conselho de Administração da companhia aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio (JSCP) no valor de R\$ 169,9 milhões relativos ao exercício de 2006. A data de pagamento será deliberada posteriormente. Em 17 de abril de 2006, foram pagos R\$ 151,2 milhões (R\$ 0,92 por ação) de proventos referentes ao resultado apurado em 2005, sendo R\$ 96,1 milhões sob a forma de juros sobre capital próprio e R\$ 55,2 milhões na forma de dividendos.

A Energias do Brasil tem como política distribuir dividendos em valor mínimo equivalente a 40% do lucro líquido ajustado. Porém, em qualquer exercício, a distribuição poderá ser inferior a esse percentual, quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em decorrência da situação financeira e/ou perspectivas da companhia, das condições macroeconômicas, de revisões e reajustes tarifários, de mudanças regulatórias, estratégia de crescimento, limitações contratuais e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pelos acionistas.



Fachada da Bovespa no dia do IPO.



Gestão de Riscos



A política de gestão de riscos da Energias do Brasil está estruturada de forma a contemplar as especificidades das três áreas de atuação - distribuição, geração e comercialização. Ela é garantida pelo Comitê de Risco, que, consolidado em 2006, passou a agregar, além de representantes das diretorias de negócios, a de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos às atividades e aos resultados da companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Principais Riscos

Energético - A Energias do Brasil possui um Subcomitê de Risco Energético que avalia, em horizonte de cinco anos, o cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, as variáveis macro e microeconômicas e as especificidades de cada mercado. O objetivo é antecipar potenciais impactos sobre as áreas de distribuição, geração e comercialização, de forma a prepará-las para assegurar o fornecimento de energia, ampliar a receita e minimizar eventuais prejuízos.

Mercado - A evolução do consumo de energia é dependente do comportamento da economia e da renda do consumidor. O risco de mercado é mitigado pela atuação de distribuidoras em três regiões distintas do País, com atividades econômicas e características próprias - indústria aeronáutica, metalúrgica e um estruturado setor de serviços, em São Paulo; agronegócios, no Mato Grosso do Sul, e siderurgia, mineração e comércio exterior, no Espírito Santo.

Regulação - As atividades de distribuição e geração submetem-se a obrigações previstas nos contratos de concessão e à estrutura regulatória do setor

energético brasileiro. São também permanentemente acompanhadas pela Aneel, autarquia do Ministério de Minas e Energias responsável por regular e fiscalizar as atividades de geração e distribuição de energia no País. A Energias do Brasil mantém uma área de Assuntos Regulatórios que centraliza o relacionamento com a Aneel e acompanha permanentemente os aspectos que podem interferir no andamento dos negócios, cumprindo com rigor as exigências estabelecidas nos contratos de concessão. A atividade de comercialização, direcionada ao mercado livre, não depende de regulação, exceto nas operações com partes relacionadas - como no caso de compra de energia de geradoras do Grupo -, que são previamente aprovadas pela Aneel.

Hidrologia - A energia gerada pelas empresas do Grupo é proveniente de hidrelétricas, que têm sua plena operação dependente das condições hidrológicas. Além disso, a receita da venda não é vinculada à energia efetivamente gerada, mas sim à energia assegurada, em volume determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Esse risco, no entanto, é mitigado pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas despachadas no sistema elétrico nacional.

Meio Ambiente - O conceito de sustentabilidade está integrado à estratégia do Grupo, o que envolve o compromisso com a preservação ambiental. Os empreendimentos e as atividades na área de geração e distribuição são executados dentro de parâmetros que assegurem a minimização de impactos ambientais. Um exemplo foi a construção da UHE Peixe Angical, no Rio Tocantins, que atendeu a todas as exigências de órgãos ambientais.

Financeiro - Os riscos associados à gestão financeira do Grupo (risco de crédito de contrapartes nas operações financeiras, risco de mercado de ativos e passivos financeiros, risco de liquidez) são controlados por meio de políticas e procedimentos específicos definidos pelos órgãos de administração da companhia.

Em 2006, com o objetivo de promover o contínuo aprimoramento da gestão e do controle de seus riscos financeiros, o Grupo passou a adotar um *software* integrado à plataforma SAP que permite fazer com mais segurança a gestão consolidada das disponibilidades financeiras, do endividamento e do hedge do Grupo.

Câmbio - A Energias do Brasil tem por política minimizar exposição a passivos financeiros denominados em moeda estrangeira. Graças à contratação de instrumentos de proteção, apenas 3,3% da dívida em moeda estrangeira estava exposta à variação cambial no final de 2006.

Operacional - O risco operacional de descontinuidade de fornecimento, em razão da perda de equipamentos, está gerido de forma adequada pela Energias do Brasil. Esse risco está sob gestão da Diretoria Técnica, a qual faz uso de seguros (nos principais equipamentos) e estoques de equipamentos para reposição. Privilegia-se a gestão otimizada de estoques, buscando a padronização dos diferentes tipos de equipamentos, a identificação das famílias de materiais com defeitos prematuros e a decisão de evoluir por patamares tecnológicos.

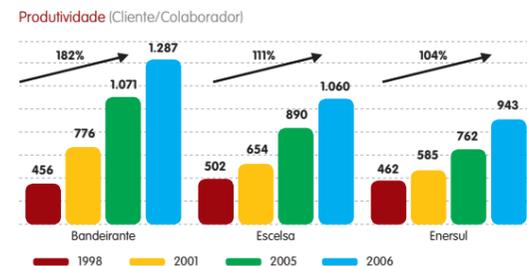


Ativos Intangíveis



Eficiência

No segmento de distribuição, as empresas têm apresentado evolução favorável nos principais índices de desempenho operacional e qualidade dos serviços. Em 2006, as três empresas do Grupo - Bandeirante, Escelsa e Enersul - foram selecionadas entre as seis melhores em qualidade de gestão do País, de acordo com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). No ano, a produtividade atingiu a marca de 947 clientes por empregado, ante 859, em 2005; 831, em 2004, e 802, em 2003. Em qualidade do serviço, expressa pelos índices DEC e FEC, as distribuidoras apresentam desempenho melhor do que a média do setor, com indicadores bem abaixo dos parâmetros determinados pela Aneel.



Localização

Com três áreas de negócios - geração, distribuição e comercialização -, o Grupo reúne ainda o diferencial de manter três distribuidoras que atuam em regiões estratégicas, com forte concentração de clientes em importantes e diversificados segmentos da economia. O Estado de São Paulo, área de atuação da Bandeirante, foi responsável por 33,4% do PIB brasileiro, em 2004, segundo estimativa da Fundação Seade. O Estado do Espírito Santo, área de atuação da Escelsa, tem apresentado a maior taxa média

de crescimento econômico da Região Sudeste, de acordo com dados do IBGE, impulsionado pela indústria do petróleo, siderúrgica e de papel e celulose. E a área de concessão da Enersul, o Estado do Mato Grosso do Sul, tem sua economia predominantemente baseada no agronegócio, beneficiando-se do acelerado processo de modernização do setor na última década.

Marcas

A Energias do Brasil mantém como política a proteção de suas marcas, que envolvem o nome do Grupo ou de suas empresas - como EDP, Energias do Brasil, Bandeirante, Enersul, Escelsa, Enertrade e Energest, entre outras. No total, possui registro pedido ou concedido para cerca de 30 marcas no Brasil. A logomarca do Grupo, criada internacionalmente em 2005, reflete a personalidade e os valores de uma empresa que tem sua estratégia baseada na sustentabilidade. É representada por um sorriso aplicado sobre fundo vermelho, que simboliza a proximidade com os clientes e o compromisso com a construção de uma sociedade mais inclusiva, que promova o bem-estar da população.

Pessoas

O Grupo iniciou o mapeamento de competências de seus profissionais, buscando assegurar a retenção de conhecimentos estratégicos acumulados pelos empregados. Eles reúnem experiência e informações sobre o setor energético, condição essencial para impulsionar o crescimento dos negócios. Sua política de gestão de pessoas busca atrair e reter profissionais identificados com os valores do Grupo, capazes de agregar diferenciais competitivos com sua atuação.

Acionista controlador

A Energia do Brasil é controlada pela EDP - Energias de Portugal, décimo maior grupo europeu no setor de energia e maior conglomerado privado não financeiro de Portugal. A EDP tem vasta experiência nas áreas de geração, distribuição e comercialização de energia e um histórico de comprometimento de longo prazo com o Brasil, onde está presente desde 1996. A operação brasileira representou 17% da receita total e 18% do EBITDA, em 2006.

Experiência

Para desenvolver os futuros empreendimentos de geração de energia, o Grupo conta com a experiência adquirida no gerenciamento de grandes projetos de geração - como a Usina Hidrelétrica Lajeado (902,5 MW) e o aproveitamento hidrelétrico Peixe Angical (452 MW) - aliada ao know-how e à capacidade do acionista controlador.

Pesquisa e desenvolvimento

Nos últimos quatro anos, a Energias do Brasil aplicou R\$ 52,6 milhões em projetos de pesquisa e desenvolvimento, com ênfase no desenvolvimento de fontes alternativas de energia e em modernização e ganhos de eficiência dos sistemas elétricos. Esse trabalho é realizado em parceria com universidades e centros de pesquisa, sendo fundamental para o desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias que proporcionem o uso racional de energia. Um dos exemplos é o desenvolvimento de um modelo inovador para o levantamento de informações sobre a incidência e as características de raios, fenômeno meteorológico que provoca sérios problemas para a manutenção dos sistemas de distribuição. O trabalho avalia dados sobre descargas atmosféricas, de forma a desenvolver, otimizar, operar e manter o seu sistema elétrico.



Investimentos e Perspectivas

Em 2006, os investimentos da Energias do Brasil totalizaram R\$ 830,0 milhões, 27,9% inferiores aos registrados no mesmo período do ano passado, concentrando-se em atividades de geração (35,3%)

e distribuição (64,6%). Destaca-se o expressivo volume direcionado às obras da Usina Hidrelétrica Peixe Angical, no Rio Tocantins, que entrou em plena operação no mês de setembro de 2006.

Investimentos* (R\$ milhões)	12M06	12M05	%
Distribuição	536,5	448,4	19,7
Bandeirante	149,6	117,2	27,6
Escelsa	191,3	139,4	37,2
Enersul	195,6	191,7	2,0
Geração	292,9	700,8	-58,2
Peixe Angical	243,6	638,6	-61,9
Energest	46,2	57,3	-19,2
Lajeado	3,1	4,9	-37,9
Outros	0,6	1,5	-60,4
Total	830,0	1.150,7	-27,9
Total sem juros capitalizados	751,9	1.071,5	-29,8

*Inclui capitalização de juros.

Em geração, foram direcionados investimentos para a Energest, que administra ativos nos Estados do Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, com destaque para a finalização das obras de ampliação da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas, que colocou em operação uma quarta turbina em outubro de 2006, além da PCH de São João.

No segmento de distribuição, os investimentos somaram R\$ 536,5 milhões (um aumento de 19,7% em comparação a 2005) dirigidos, sobretudo, à expansão e melhoramento das redes das empresas Bandeirante, Escelsa e Enersul. Os recursos para programas de universalização do acesso à energia elétrica, que incluem o Programa Luz para Todos, somaram R\$ 159,6 milhões em 2006.

Perspectivas

A prioridade nos investimentos em 2007 continuará sendo a expansão em geração e a melhoria de rede de distribuição e da prestação de serviços das distribuidoras.

No ano, será iniciada a construção da PCH Santa Fé, no Espírito Santo, com capacidade de 27 MW.

A obra recebeu dotação orçamentária de R\$ 105 milhões e deverá estar concluída no segundo semestre de 2008.

O Grupo mantém atenção constante a oportunidades de crescimento em geração, com análise de diferentes tecnologias para a geração de energia elétrica. Todos os investimentos, entretanto, levam em consideração o retorno do capital empregado, para assegurar a criação de valor para os acionistas.

As projeções da EPE indicam aumento de 5,3% no consumo brasileiro de energia em 2007, o que seria suficiente para atender a um crescimento entre 4% e 5% do PIB. A projeção inclui um crescimento de 4,6% no consumo industrial, de 6% para as residências e de 6,6% para os setores de comércio e serviços.

Metas Econômicas

- Duplicar a capacidade de geração a partir de oportunidades adequadas.
- Distribuir aos acionistas o valor mínimo equivalente a 40% do lucro líquido ajustado como dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.
- Reduzir para 2,8% as perdas comerciais em médio prazo.



UHE - Peixe Angical.



Desempenho Social



Colocar em prática a vocação para vencer.



Práticas Trabalhistas



Emprego

A Energias do Brasil entende que o público interno é seu maior patrimônio. Sob sua estratégia de sustentabilidade, realizou em 2006 uma série de iniciativas que tiveram como prioridade a participação, o autodesenvolvimento, o trabalho em equipe e a satisfação de seus colaboradores.

Para atrair e manter os melhores profissionais do mercado, o Grupo deu continuidade ao desenvolvimento de instrumentos de avaliação, formação e educação e à consolidação de suas diretrizes de recursos humanos. Foram concluídas as políticas de Recrutamento e Seleção, Integração, Cargos e Salários, e Formação e Desenvolvimento.



Ainda como parte do processo de alinhamento e evolução de sua gestão de pessoas, procurou identificar as melhores práticas adotadas pelas empresas do Grupo e nos mercados brasileiro e internacional. Como resultado, foram lançados no ano quatro grandes projetos: Novos Planos de Cargos e Salários, Gestão de Performance, Treinamento e Desenvolvimento, e Saúde e Previdência.

• Perfil

Como parte da estratégia de reformulação da gestão de pessoas, foi lançado em 2006 um Programa de Demissão Voluntária (PVD). Realizado de maneira transparente e participativa, o processo teve a adesão de 651 colaboradores.

Os desligamentos acontecem de forma escalonada, tiveram início ainda em 2006 e serão concluídos até o final de 2007. Com a iniciativa, o Grupo reunia no encerramento do período 3.010 colaboradores, um quadro funcional 13% menor que o mantido no final de 2005, com 3.461 profissionais.

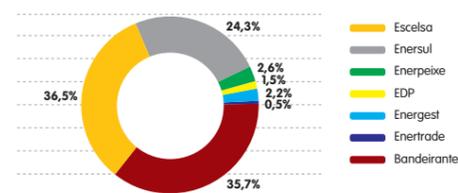
	2004	2005	2006
Nº de colaboradores	3.484	3.461	3.010

Quadro funcional por região⁽¹⁾

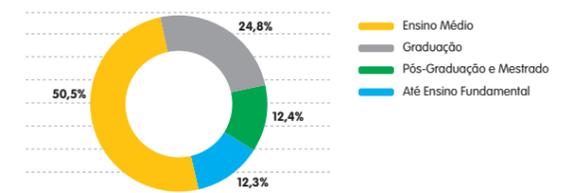
	Escelsa (ES)	Enersul (MS)	Bandeirante (SP)	Energias do Brasil (SP)	Enertrade (SP)	Enerpeixe (SP)	Energest (ES e MS)
Diretores celetistas	-	-	1	4	1	-	-
Alta gerência	12	8	17	7	3	4	2
Gerentes	30	21	39	3	-	5	3
Profissionais	265	227	226	18	8	35	17
Técnicos	692	476	793	12	2	36	43
Total	999	732	1.076	44	14	80	65

(1) Não inclui estagiários e contratados pelo Programa Menor Aprendiz.

Distribuição dos Empregados



Escolaridade



Recrutamento e seleção

A Energias do Brasil tem como meta tornar-se, ainda em 2007, uma das 150 melhores empresas para se trabalhar, e figurar entre as 10 melhores do ranking até o final de 2009.

A Política de Recrutamento e Seleção incorpora esse desafio e estabelece as diretrizes para identificar, atrair e reter candidatos potencialmente qualificados, que contribuam para o desenvolvimento da Empresa, visando à construção de um futuro alinhado à estratégia corporativa.

A política também estabelece princípios de não-discriminação, igualdade de oportunidades e

transparência no processo seletivo, de forma a escolher profissionais que apresentem perfis compatíveis com as competências, habilidades e atitudes requeridas pelo Grupo.

Uma das prerrogativas previstas na política é a prioridade para o recrutamento interno, que valoriza e estimula os colaboradores.

A Política de Integração tem por objetivo garantir a integração dos novos colaboradores comunicando-os sobre as Políticas, Missão, Visão, Valores, Estrutura Organizacional e a cultura do Grupo, e o alinhamento aos princípios éticos e de sustentabilidade do Grupo.





• Remuneração e benefícios

Em 2006, o processo de reestruturação do plano de cargos e salários do Grupo envolveu 180 colaboradores das diversas áreas das empresas. Realizado em duas fases, concluiu inicialmente as diretrizes para os cargos de topo (a partir do nível gerencial) e, em um segundo momento, os demais cargos.

Alguns dos principais objetivos foram analisar as estruturas de cargos existentes nas empresas do Grupo, criando uma nova estrutura mais harmônica, enxuta e funcional, além de reduzir os custos com recolocação e fortalecer a cultura corporativa.

O total de recursos aplicados em salários no ano foi de R\$ 113.026.794,78.

Relação entre o maior e o menor salário pagos nas empresas

	2006 (vezes)
Bandeirante	44,28
Escelsa	45,46
Enersul	43,69

• Gestão de desempenho

Em 2006, também foi elaborado um novo sistema de acompanhamento e análise do desempenho de todas as empresas do Grupo, visando a alinhar os objetivos de cada colaborador às metas estratégicas.

Por meio da avaliação 180°, metodologia composta pela auto-avaliação, avaliação do superior hierárquico, avaliação do superior funcional e de cargos pares, o processo considera os resultados alcançados (pelo Grupo, pelas empresas, áreas e individuais) e as competências demonstradas, com vinculação da remuneração variável ao desempenho.

O Grupo realizou ainda um mapeamento de competências, que foi estendido a todo o nível gerencial e avaliou 180 gestores (6% o do quadro de pessoal).

Em 2006, foi realizado o *assessment* em todo o corpo gerencial, integrado por 85 gerentes, visando à identificação e retenção de talentos, criação de prática unificada de capacitação dirigida, *coaching*, carreira e sucessão e melhoria do clima organizacional (estilo gerencial).

• Formação e educação

A área de Treinamento e Desenvolvimento passou por reformulação em 2006. A adoção da Política de Formação e Desenvolvimento estabeleceu diretrizes que visam a estimular a formação profissional e o desenvolvimento contínuo dos colaboradores, de modo a obter um quadro com adequados domínios técnicos, comportamentais, organizacionais e de gestão, fundamentais para a obtenção dos níveis de desempenho e excelência esperados.

• Programa de Formação e Desenvolvimento do Grupo Energias do Brasil

Composto por três subprogramas - Treinamento Funcional (PTF), Incentivo à Educação Formal (PIE) e Desenvolvimento Gerencial (PDG) -, o Programa de Formação e Desenvolvimento do Grupo Energias do Brasil foi responsável por investimentos de R\$ 3,3 milhões em 2006, que proporcionaram a média de 127 horas de treinamento por colaborador, 18,35% acima da média registrada no ano anterior. Foram realizados 1.111 eventos de treinamento, que somaram 318 mil horas.

Por meio do Programa de Incentivo à Educação Formal, o Grupo arca com 50% do valor dos cursos de graduação e 80% dos cursos de pós-graduação. Em 2006, 213 colaboradores foram beneficiados pela iniciativa.

Já o Programa de Treinamento Funcional, que promove treinamento das competências técnicas e comportamentais do nível não-gerencial, custeia 100% dos cursos técnicos e de especialização contemplados no Plano Anual de Treinamento e previamente aprovados para o exercício do cargo.

Para os executivos, foi criado em 2006 o Programa de Desenvolvimento Gerencial, que, em parceria com instituições de ensino de referência, como a Universidade de São Paulo (USP), IBMEC, Fundação Getúlio Vargas (FGV) ISE/IESE, Fundação Dom Cabral e Insead, tem por objetivo desenvolver conhecimentos e competências estratégicas para o Grupo. No ano, 13 colaboradores em posição de liderança participaram do programa.

A Energias do Brasil não mantém um programa específico para gerenciamento de fim de carreira. Dotada de um quadro ocupacional com idade média de 40 anos, a Energias do Brasil foca suas políticas no desenvolvimento de carreira, em linha com a projeção de crescimento da companhia.

GRI - LA11 - Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade e para gerenciar o fim da carreira.



• Previdência

Integrado ao Projeto Vanguarda, que possibilita à Energias do Brasil atuar com suas empresas de forma integrada, foi criado em 2006 um novo plano de previdência: a Enerprev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil.

Para adotar o modelo mais adequado, o Grupo realizou estudo de avaliação das práticas de previdência de 25 empresas cuidadosamente selecionadas no mercado e reconhecidas por sua excelência.

O novo plano tem como meta uma renda mensal projetada de 50% a 60% do salário da ativa, incluindo a renda do INSS, para uma carreira de 30 anos. Com 13 contribuições anuais, prevê ainda o autopatrocínio, ou seja, ao se desligar do Grupo, o colaborador poderá permanecer no plano desde que arque com o pagamento integral (sua parte e a parte da empresa).

Com início de atividades previsto para o primeiro trimestre de 2007, a Enerprev irá incorporar as fundações Escelsa e Enersul, além de transferir o plano de previdência da Bandeirante Energias, atualmente administrado pela Fundação Cesp.

Planos de Pensão

(R\$ milhões)	2005	2006
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(526)	(579)
Valor justo dos ativos	484	563
Valor das perdas atuariais não reconhecidas (Déficit)/Superávit	18	16
	(24)	1

GRI - EC3 - Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.

• Benefícios

A contratação de uma nova operadora de saúde, que a partir de março de 2007 oferecerá outros planos de assistência médica, hospitalar e odontológica, faz parte do Enervida, também lançado em 2006 e que congrega vários programas de saúde direcionados aos colaboradores e seus familiares.

A iniciativa inclui o estabelecimento de uma modalidade de auxílio-medicamento extensivo a todos os profissionais. Com uma lista que contempla 80% dos medicamentos mais utilizados, o colaborador poderá adquiri-los com descontos em redes de farmácias conectadas eletronicamente a um banco de dados.

A Energias do Brasil garante ainda outros benefícios a seus profissionais, como auxílio-refeição, auxílio-alimentação, auxílio-creche e seguro de vida. Juntos, eles representaram investimentos da ordem de R\$ 6.335.619,54 em 2006.

• Relações entre os funcionários e a administração

A ética, a transparência e o diálogo são os pilares do relacionamento da Energias do Brasil com seus colaboradores. Sob um modelo de gestão participativa, o Grupo estimula seus colaboradores a

identificar desafios e oportunidades de crescimentos profissional e pessoal, visando à eficiência e à sustentabilidade dos negócios.

O Código de Ética, entregue a todos os colaboradores e disponível na Intranet e no site do Grupo (www.energiasdobrasil.com.br), estabelece os padrões de comportamento adotados pela Empresa e que devem ser seguidos por todas as equipes. Eles incluem a conduta no ambiente de trabalho com os colegas e com fornecedores, a promoção dos direitos humanos, a não-discriminação e a igualdade de oportunidades.

Em 2006, também foi inaugurado o Perfil RH, um canal na Intranet que permite aos colaboradores realizarem consultas sobre seus desempenhos e identificar oportunidades de recolocação nas empresas do Grupo.

• Relações sindicais

Em 2006, as negociações com os sindicatos tiveram suas datas-base unificadas para o mês de novembro. Os reajustes foram de 4% em todas as empresas do Grupo, para cargos não-gerenciais. A porcentagem de colaboradores atendidos pelas negociações sindicais é de 91,83%. No ano, o Grupo não registrou nenhum caso de risco nas negociações sindicais.



Sindicato da categoria	1.711	56,84%
Sindicato dos engenheiros	86	2,86%
Sindicato dos técnicos	153	5,08%
Outros sindicatos	189	6,30%
Não sindicalizados	871	28,92%
Total	3.010	100,00%

GRI - LA4 - Percentual dos empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.

Segurança e saúde no trabalho

A saúde e a segurança ocupacional de seus colaboradores são prioridades para a Energias do Brasil. Esse compromisso visa a garantir a provisão de ambientes saudáveis e seguros e, conseqüentemente, a integridade física dos colaboradores e visitantes em todas as operações.

Com ênfase na capacitação dos profissionais e na adoção de medidas preventivas, o Programa de Segurança do Trabalho inclui campanhas de conscientização, treinamentos sobre fatores de risco, procedimentos de segurança e auditorias internas para verificar o cumprimento do Sistema de Gestão de Segurança.

Parte do Sistema de Gestão de Segurança, o programa de medicina do trabalho mantido pelo Grupo inclui, entre outras iniciativas, a realização de exames periódicos, a promoção de campanhas de prevenção de doenças e de vacinação antigripe, além de acompanhamento nutricional.

O objetivo é atuar na prevenção de acidentes, com ênfase na capacitação dos colaboradores e adoção de medidas preventivas. Em 2006, foram registrados 38 acidentes de trabalho, em comparação a 23 no ano anterior. A taxa de gravidade, porém, foi elevada em decorrência da morte de um colaborador da Enersul que sofreu choque elétrico diretamente do solo (corpo e vestimenta úmidos) durante uma operação em rede rural (34,5 kV). Foram avaliadas as condições do acidente e tomadas medidas adicionais de conscientização das equipes de campo.

• Acidentes de trabalho

	2004	2005	2006
Taxa de Freqüência	5,89	3,38	6,05
Taxa de Gravidade	86,02	80,47	1.104

Com os sindicatos, a Energia do Brasil mantém uma relação de transparência e colaboração. As medidas relativas à saúde e à segurança são debatidas nas reuniões com as entidades setoriais e locais. Nessas ocasiões são identificados pontos de melhoria e determinadas as medidas necessárias, atendendo os interesses conjuntos. Entre os temas abrangidos pelos acordos formais, estão responsabilidade civil e criminal do acidente do trabalho e doença ocupacionais e qualidade de vida no trabalho.



Direitos Humanos

Diversidade e igualdade de oportunidades

A valorização da diversidade e o respeito à igualdade de oportunidades fazem parte do compromisso da Energias do Brasil com a promoção da sustentabilidade. O Grupo conta com um programa de inserção de Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) no mercado de trabalho, oferecendo treinamento e capacitação a esses profissionais. Em 2006, 92 colaboradores PNEs estavam distribuídos em diferentes áreas das empresas do Grupo.

Já o Programa Menor Aprendiz combina inclusão social com capacitação. Ele busca habilitar profissionalmente adolescentes entre 16 e 18 anos de idade oriundos de classes sociais menos favorecidas. Em 2006, participaram do programa 206 jovens.

A Energias do Brasil também cuida para que existam transparência e equidade nas oportunidades e reconhecimentos de seus colaboradores de forma homogênea, evitando disparidades em razão de gênero ou qualquer outra forma de discriminação.

Salários-base por gênero (R\$)

	Mulheres	Homens	Proporção
Superintendente	19.179,25	16.677,57	115,0%
Gerente	10.537,00	9.972,96	105,7%
Supervisor	3.574,46	3.988,75	89,6%
Administrativo/técnico	1.545,00	1.695,72	91,1%
Universitário/prop.	3.494,77	3.548,96	98,5%
Operacional	1.592,61	1.682,17	94,7%
Técnico/profissional	2.441,31	2.390,09	102,1%
Portador de Necessidades Especiais	659,98	659,98	100,0%

GRI - LA14 - Proporção de salário-base entre homens e mulheres, por categoria profissional.

A Energias do Brasil está comprometida com a disseminação de valores relacionados aos direitos humanos entre seus colaboradores, fornecedores e clientes.

Em seu Código de Ética, a companhia estabelece padrões claros de repúdio a toda e qualquer forma de discriminação, utilização de trabalho infantil e trabalho forçado ou escravo. Em 2006 não foi relatado qualquer caso de discriminação ou risco de utilização de trabalho infantil ou análogo ao escravo nas empresas do Grupo, o que revela o comprometimento coletivo para o cumprimento dos padrões estabelecidos no documento.

Signatário do Pacto Global, da ONU, o Grupo também apóia e desenvolve ações para promover em todos os aspectos de seus negócios os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, outra iniciativa da Organização das Nações Unidas.

Com algumas operações em áreas próximas de comunidades indígenas, a Energias do Brasil adota um comportamento respeitoso e de promoção da cultura e identidade desse grupo étnico, sem ter registrado nenhum caso de denúncia ou crítica por parte dele. A Enersul, por exemplo, é parceira da Campanha de Combate à Fome e Mortandade de Crianças Indígenas nas aldeias de Dourados (MS).

GRI - HR4 - Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.

GRI - HR6 - Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.

GRI - HR7 - Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.

GRI - HR9 - Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.

Responsabilidade na cadeia de produção

Promover o desenvolvimento sustentável de maneira integrada e permanente é um dos objetivos da Energias do Brasil na gestão de sua cadeia de produção.

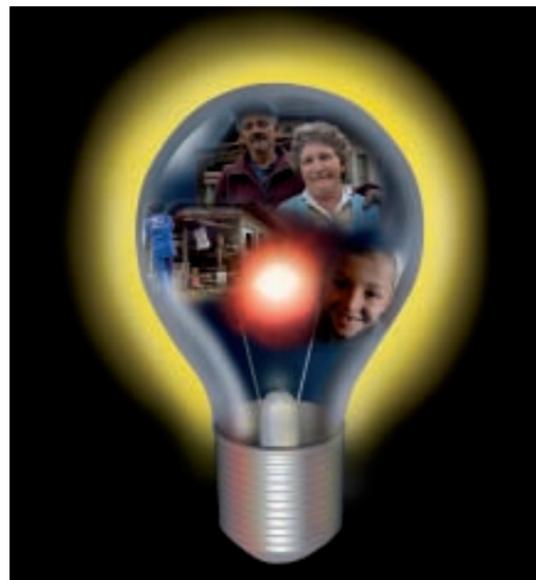
Os fornecedores são avaliados de acordo com critérios de qualidade, prazo, eficiência e preço. Além disso, são estabelecidos, nos contratos de aquisição de produtos e/ou serviços, critérios socioambientais que incluem a proibição de trabalho infantil, forçado ou escravo, além do cumprimento da legislação trabalhista e ambiental em vigor.

Com o objetivo de uniformizar os procedimentos de todas as empresas do Grupo, diversas iniciativas têm sido desenvolvidas desde 2005. Foram avaliadas as melhores práticas das unidades e identificados os principais pontos de melhoria.

Uma dessas iniciativas é o Programa Eficiência, que unificou as especificações de materiais e equipamentos, promovendo maior integração entre as áreas técnicas da empresa e a padronização dos equipamentos pelos fornecedores, reduzindo descartes, tempo e custos. Outra medida foi a integração do sistema SAP entre as empresas, que uniformizou processos de trabalho.

Avaliação e conformidade

Para garantir que seus fornecedores estejam alinhados aos processos e valores estabelecidos, a Energias do Brasil realiza avaliações periódicas e aplica indicadores de desempenho. Um exemplo é o Programa Integrado de Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores (Prodfor), adotado na Escelsa, que certifica os fornecedores de bens e serviços de acordo com a qualificação prevista no Sistema de Gestão da Qualidade em Fornecimento (SGQF), equivalente à norma ISO 9001:2000.



Os fornecedores também recebem assessoria das empresas, em especial quanto a procedimentos de segurança, respeito ao meio ambiente e controle de qualidade dos processos. Por meio do Programa Parcerias, a Energias do Brasil promove o comprometimento de seus fornecedores em relação aos seus valores e diretrizes, especialmente nos aspectos de segurança, saúde e meio ambiente, além de repassar seu Código de Ética a essas empresas.

No caso de ser identificada alguma não-conformidade grave, o fornecedor recebe uma carta de advertência e deve prestar esclarecimentos. O passo seguinte é identificar possibilidades de a Energias do Brasil colaborar com a solução do problema apresentado. Caso haja reincidência, a empresa sofre punições, inclusive a suspensão do serviço ou produto contratado.

Para garantir um relacionamento pautado no diálogo transparente e na busca conjunta pelas melhores soluções, as empresas do Grupo contam com diversos canais de comunicação com fornecedores. Todas possuem um canal *on-line* por meio do qual as empresas de materiais e serviços podem informar-se sobre os critérios de avaliação, encaminhar suas propostas de cadastramento, realizar consultas de seus dados, alterações ou atualizações.



Sociedade

Comunidades

A Energias do Brasil é uma empresa comprometida com o desenvolvimento sustentável. Isso implica observar todos os aspectos de seus negócios, de forma a obter lucro e, ao mesmo tempo, promover impactos positivos na sociedade com respeito ao meio ambiente.

Essa posição ficou ainda mais evidente a partir de 2005, quando o Grupo iniciou a formulação de uma política corporativa de investimento social e cultural, que integrou os recursos aplicados nessas áreas em um fundo único para suas empresas.

Em 2006, com a consolidação dessas políticas, a Energias do Brasil passou a estabelecer critérios para o apoio a projetos e sistemáticas de avaliação, sempre com ênfase na sustentabilidade das iniciativas e em seu poder de mobilização e transformação das comunidades, envolvendo nessa jornada pela cidadania seus diferentes públicos estratégicos.

A atenção também é dirigida a ações que produzam mudanças efetivas na realidade das comunidades do entorno de suas unidades. Essas iniciativas priorizam a educação, a arte e a promoção de grupo em situação de risco social.

Investimentos Sociais - Energias do Brasil (R\$)

Área	2005	2006
Ambiente	1.209.794,00	4.044.061,01
Cultura *	3.287.337,50	3.024.369,97
Educação	969.233,42	1.061.730,60
Institucional/Educação	205.809,42	456.021,24
Social	720.240,07	394.680,30
Desporto	26.000,00	40.743,68
Totais	6.418.414,41	9.021.606,80

*Recursos da Lei Rouanet e Lei de Audiovisual.

Um exemplo recente da interação com as comunidades foi a implementação, em 2006, dos programas da área de socioeconomia do aproveitamento hidrelétrico Peixe Angical. Nesses programas, procurou-se estabelecer relações com a comunidade, por meio de ações de educação ambiental e assistência técnica agrícola, planos de desenvolvimento dos reassentamentos, criação de foro de negociações, monitoramento da qualidade de vida, saúde pública e formas de minimizar o desaquecimento da economia local após o término da obra.

• Educar para o futuro

A educação é um dos grandes desafios para o desenvolvimento do País. Por isso, é também uma das principais frentes de atuação social da Energias do Brasil.

Desde 2002, a Bandeirante Energia desenvolve o Programa Bandeirante Comunidade Educação, que visa a contribuir para o fortalecimento da educação fundamental em escolas da rede municipal de sua área de concessão.

No ano, mais de 16 mil alunos do Ensino Fundamental de 61 escolas públicas dos 28 municípios de atuação da distribuidora foram beneficiados pelo projeto. Uma de suas características é o intenso envolvimento dos funcionários da empresa. Anualmente, a Diretoria aprova o orçamento e colabora com as escolas beneficiadas na elaboração do plano de ação. Além disso, os demais colaboradores também são estimulados, por meio do Programa de Voluntariado Empresarial, a desenvolver atividades nas instituições.

Por essa iniciativa, a Bandeirante recebeu, em março de 2006, o título Empresa Cidadã, no 16º Fórum de Responsabilidade Social, promovido pelo Instituto de Marketing, realizado em Brasília.

Na Enerpeixe, o Programa de Alfabetização Solidária para Jovens e Adultos, o Alfasol, visa a diminuir os índices de analfabetismo funcional e a incentivar o ingresso posterior no Programa de Jovens e Adultos (EJA), do governo federal. O Alfasol é desenvolvido nos municípios da área de influência direta do AHE Peixe Angical, nas zonas urbanas e rurais, e conta com o envolvimento de universidades e prefeituras parceiras. Para complementar o ensino em sala de aula, a empresa também aderiu a ações complementares de merenda e ao Programa Ver, que proporciona consulta oftalmológica e doação de óculos.

• Letras de Luz

Outra iniciativa para a promoção do conhecimento é o Programa Letras de Luz. Inspirado no Bandeirante Comunidade Educação e lançado em 2006, o programa tem como objetivo estimular a leitura entre crianças, jovens e adultos não só na área da Bandeirante, mas em todas as regiões onde o Grupo está presente. Para isso, a Energias do Brasil firmou parceria com a Fundação Victor Civita, responsável por adaptar e aplicar o programa.

Com atividades desenvolvidas de acordo com a realidade sociocultural de cada região e dirigidas para a formação de multiplicadores de ações de incentivo à leitura, o projeto será adotado em 51 municípios nas regiões de concessão do Grupo. Sua metodologia é composta por três vertentes articuladas: oficinas de fomento à leitura, capacitação de grupos para apresentações teatrais de textos literários e doação de acervo de livros a bibliotecas e centros culturais.

• Voluntariado

Em suas iniciativas, as distribuidoras contam com a participação de colaboradores estimulados pelo Programa de Voluntariado Empresarial. Além da Bandeirante, outras empresas do Grupo realizam ações sociais e culturais com a participação de colaboradores. Um exemplo é a Enersul, que, em 2006, contabilizou 76% do seu quadro funcional envolvido em atividades voluntárias. O desenvolvimento dessas iniciativas pode ser selecionado pelos colaboradores como uma das cinco metas individuais de sua Avaliação de Desempenho anual.

• Infância e adolescência

O compromisso com o desenvolvimento adequado da infância e da adolescência é outra frente de atuação das empresas que compõem a Energias do Brasil. As três distribuidoras - Bandeirante, Escelsa e Enersul - são reconhecidas pela Fundação Abrinq com o selo Empresa Amiga da Criança por suas iniciativas direcionadas à melhoria das condições de vida desse público.

As empresas ainda destinam 1% do Imposto de Renda devido para Fundos da Infância e Adolescência administrados por Conselhos Municipais do Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA) de suas áreas de atuação. Os recursos, que somaram R\$ 150 mil em 2006, beneficiam entidades que promovem ações para o desenvolvimento dessa parcela da população. Além do apoio financeiro, há um acompanhamento mensal das atividades desenvolvidas.

Os resultados das ações são avaliados por meio de visitas periódicas realizadas por assistente social, que mensuram aspectos como destinação dos recursos e benefícios sociais para a instituição assistida, principalmente relacionados ao desenvolvimento físico e educacional de crianças das classes menos favorecidas, como filhos de catadores de lixões, sucateiros, presidiários e profissionais do sexo.

• Promoção cultural

A Energias do Brasil estruturou em 2006 a sua política de incentivos a ações culturais. A atuação nesse sentido passou a ser dividida em três grandes áreas: teatro, artes plásticas e educação.

Em educação, a meta é implementar o Letras de Luz, um programa de R\$ 1,6 milhão, em todas as regiões onde a Energias do Brasil está presente. Já no domínio das artes plásticas, o desafio para 2007 é a criação de um prêmio de referência de âmbito nacional. Quanto ao teatro, o objetivo é consolidar a bem-sucedida experiência de itinerância de peças de qualidade por cidades que sediam empresas do Grupo.

Localmente, as empresas também destinam recursos incentivados (Lei Rouanet de Incentivo à Cultura) para projetos em diferentes áreas de expressão artística e cultural. A Enersul, por exemplo, doou R\$ 355 mil para a produção de dois projetos cinematográficos e para o patrocínio da 5ª edição da Mostra de Dança - Santuário Ecológico do Pantanal.

• Projetos relacionados à atividade-fim

Associar ações sociais à sua atividade-fim é outro foco da atuação da Energias do Brasil. Uma dessas iniciativas é o Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica (Procel) e seu subprograma, o Procel nas Escolas. A iniciativa tem o objetivo de transformar os professores dos Ensinos Médio e Fundamental da rede oficial em agentes multiplicadores para transmitir aos alunos os temas relativos ao combate do desperdício de energia elétrica. Em 2006, foram capacitados 621 professores de dez escolas, em dez municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. Por essa iniciativa, a Enersul foi reconhecida pela Eletrobrás como a melhor empresa na condução do programa em todo o País.



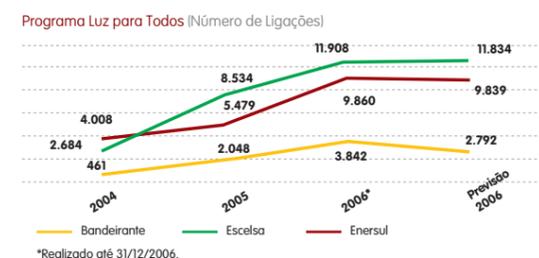
Adaptação de Jô Soares para Ricardo III, patrocinada pelo Grupo.

As distribuidoras também se dedicam a esclarecimentos e orientações às comunidades sobre o uso adequado de energia elétrica, com informações sobre os riscos e cuidados na sua utilização. Para tanto, há iniciativas como a Oficina e Revoadas de Pipas, aplicada a jovens e crianças das comunidades atendidas pela Bandeirante, e o Programa de Segurança da Comunidade (PSC), abrangendo os clientes das áreas de concessão da Enersul e Escelsa.

Programa Luz para Todos - Outra grande ação é o Programa Luz para Todos, de universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica. Essa é uma obrigação das distribuidoras, incluída nos contratos de concessão. As metas contratadas foram cumpridas em 2006, com a ligação de 3.842 clientes na Bandeirante, 9.860 na Enersul, e 11.908 na Escelsa. Entre 2004 e 2006, a Bandeirante realizou 6.351 ligações, superando a meta de 6.217 acordadas com o Ministério de Minas e Energia (MME) e Aneel; a Enersul executou 19.347; e a Escelsa, 23.052. No apoio à execução desse programa, as empresas receberam R\$ 160 milhões em 2006 (R\$ 125 milhões em 2005) de recursos provenientes de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Geral de Reversão (RGR).

Outra iniciativa com esse foco é o Programa de Eletrificação Rural - Luz no Campo, que atendeu, nos últimos três anos, cerca de 3,7 milhões de clientes rurais, contribuindo assim para melhorar suas condições de vida.

O Grupo desenvolve ainda ações no âmbito do Programa de Regularização de Ligações Clandestinas, abrangendo famílias de baixa renda e trabalhando a cultura do não-furto de energia.



GRI - EC4 - Ajuda financeira significativa recebida do governo.

GRI - SO1 - Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.

Combate à corrupção

Comprometida com a transparência e ética no desenvolvimento de suas relações com todos os públicos com os quais interage, a Energias do Brasil estabelece em seu Código de Ética comportamentos claros de combate à corrupção ou qualquer outra forma ilícita de negociação e/ou favorecimento.

O Código visa a orientar e formalizar o comportamento nos diversos níveis de relacionamento empresarial e de operações, minimizando a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos. Estabelece regras e responsabilidades, sendo obrigação de todos comprometerem-se com seus preceitos, promovendo sua aplicação nas ações que envolvam interesses do Grupo.

Cada colaborador recebe um exemplar do Código de Ética e assina um Termo de Compromisso. Além disso, o documento está disponível em murais, Internet e Intranet do Grupo.

A área de Auditoria Interna Corporativa assume a responsabilidade operacional pela aplicação do Código de Ética, fornecendo os subsídios necessários para as decisões do Comitê de Ética, que tem a função de zelar pela sua constante atualização e adequação. Ao Comitê, compete ainda a análise dos conflitos éticos, reunindo-se mensalmente para decidir sobre alguma ocorrência.

Para ampliar de forma permanente a questão ética, há um link na Intranet e o Canal de Comunicação e Denúncia, para onde podem ser encaminhadas perguntas e relatos de conflitos sobre o tema, com a garantia de anonimato do colaborador. Com esse conjunto de ações, o Grupo assegura que 100% de seus colaboradores estejam plenamente cientes e comprometidos com o cumprimento de procedimentos anticorrupção.

Em 2006, não foi registrado nenhum caso de denúncia sobre práticas de corrupção ou suborno nas atividades da Energias do Brasil.

GRI - SO3 - Percentual de empregados treinados nas políticas e nos procedimentos anticorrupção da organização.

GRI - SO4 - Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.

Políticas públicas

As atividades da Energias do Brasil são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia que tem como missão proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes, garantindo o benefício da sociedade.

O Grupo cumpre a legislação definida pela Aneel e por outros órgãos reguladores, como os ambientais, oferecendo às autoridades de supervisão, regulação e fiscalização a colaboração necessária, de forma transparente e extensiva a todos os níveis da Organização. Além disso, executa o Plano Nacional de Universalização, para possibilitar o acesso à energia elétrica em todas as regiões nas quais atua, com destaque para o Programa Luz para Todos.

A Energias do Brasil tem como critério não participar de campanhas políticas ou apoiar partidos políticos, não havendo, portanto, registro de contribuições financeiras e em espécie para partidos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país. Por seu compromisso com a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, é signatária do Pacto Global e apóia os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, iniciativas da ONU. Também participa de associações e fóruns empresariais como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, o Conselho Brasileiro pelo Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e da Fundação Abrinq.

As empresas distribuidoras têm atuação direta e representação nas associações do setor elétrico (Abradee, Apine, ABCE, Instituto Acende Brasil etc.), integrando grupos de trabalho para elaboração de propostas e participando das audiências públicas promovidas pela Aneel. Participam, também, do Programa Menor Aprendiz, de conselhos estaduais de recursos hídricos e bacias hidrográficas (Rio Doce, Rio Santa Maria, Rio Jucu e Pantanal) e de programas regionais de desenvolvimento e cidadania.

GRI - SO5 - Posição quanto a políticas públicas e participação na elaboração de política públicas e lobbies.

GRI - SO6 - Valor total das contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.

Concorrência desleal

A Energias do Brasil atende aos mais altos padrões de ética e transparência nas relações com todos os seus públicos. Com os seus concorrentes, prioriza uma conduta participativa nas questões de interesse público.

O Código de Ética do Grupo orienta os colaboradores contra as práticas de concorrência desleal. Em 2006, não foi registrada nenhuma ação judicial relacionada a concorrência desleal, antitruste e práticas de monopólio.

GRI - SO7 - Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.



Responsabilidade pelo Produto



A Energias do Brasil reforça seu compromisso de ser uma empresa ambiental e socialmente responsável também no relacionamento com seus clientes. Seu negócio de distribuição de energia, composto pelas empresas Bandeirante, Enersul e Escelsa, atende mais de 3,1 milhões de clientes, que totalizam cerca de 10 milhões de pessoas, em 171 municípios. Em 2006, o número de clientes com tarifa social subiu para 570.035 ante 492.267 no ano anterior.

Saúde e Segurança do Cliente

As distribuidoras do Grupo Energias do Brasil realizam programas, projetos e divulgação contínuos de esclarecimento e orientações aos clientes sobre o uso adequado de energia elétrica, informando-os sobre os riscos e cuidados na sua utilização. As condições básicas para a preservação da saúde e da segurança dos consumidores são estabelecidas nos contratos de concessão firmados entre as empresas e a Aneel.

Dessa forma, a Energias do Brasil garante que, durante todas as fases do ciclo de vida, todos os seus produtos e serviços (100% de geração e distribuição de energia elétrica) estejam alinhados com esses cuidados, não tendo sido registrado nenhum caso de não-conformidade em 2006.

Os acidentes envolvendo as pessoas das comunidades atendidas pelas distribuidoras do Grupo Energias do Brasil são monitorados. Além disso, dada à incidência maior de ocorrências de choques elétricos, são desenvolvidas ações de conscientização sobre cuidados no uso da energia elétrica. Entre elas, destacam-se a Oficina e Revoada de Pipas, que envolve jovens e crianças das comunidades atendidas pela Bandeirante, e o Programa de Segurança da Comunidade, que abrange clientes das áreas de concessão da Escelsa e Enersul.

A atenção permanente às demandas dos clientes é expressa por meio de canais de comunicação eficientes e do estímulo ao diálogo. Um exemplo desse posicionamento ocorre na construção de novos empreendimentos - linhas de transmissão ou subestações -, ocasião em que a Organização realiza pesquisas com as comunidades do entorno para identificar suas expectativas e necessidades. As opiniões e demandas apontadas podem acarretar mudanças ou adaptações nos projetos. Após a conclusão do empreendimento, outra pesquisa é feita para avaliar o grau de satisfação com a obra.

GRI - PR1 - Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando à melhoria e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.

PRODUTOS E SERVIÇOS

Os investimentos realizados nos últimos anos pela Energias do Brasil buscam ampliar a oferta de energia elétrica pela Energias do Brasil, cuidando para que em todas as etapas do seu negócio, tanto em geração quanto em distribuição, 100% de seus produtos e serviços respeitem os princípios de sustentabilidade, incluindo os critérios de saúde e segurança do Grupo. Em 2006, não foram registrados casos de não-conformidades quanto ao cumprimento de regras sobre o fornecimento de informações relativas aos produtos e serviços do Grupo.

Um exemplo desse posicionamento foi a construção do AHE Peixe Angical, em Tocantins. Finalizado em tempo recorde, 38 meses, o empreendimento, que foi inaugurado em novembro de 2006, seguiu um cronograma de

atividades que, desde o início, teve como um de seus objetivos garantir o diálogo com a comunidade, ONGs e poder público, além de estabelecer mecanismos para reduzir os impactos sociais e ambientais envolvidos na construção. Em seu auge, a obra atingiu 5 mil empregos diretos e 6,5 mil indiretos.

Foram criados cinco reassentamentos com total infra-estrutura para as populações transferidas da área do empreendimento e desenvolvidas ações para estimular o desenvolvimento da atividade agrícola nessas localidades. Também foi implantado o Programa de Monitoramento da Qualidade de Vida da População Reassentada e, em conjunto com diversos órgãos públicos e representantes da comunidade assentada, foi criado um Plano de Desenvolvimento dos Reassentamentos (PDR). Uma das conquistas dessas iniciativas foi o reconhecimento dos assentamentos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que possibilitou aos moradores acesso a programas especiais de financiamento do governo federal.

Durante todo o processo, a Energias do Brasil promoveu reuniões do Foro de Negociações, identificando demandas e buscando soluções conjuntas entre a empresa e a comunidade. Realizou ainda trabalhos de resgate histórico, cultural e arqueológico na região.

A realização de campanhas de prevenção de acidentes na rede elétrica, programas de educação ambiental, entre outras iniciativas de conscientização relacionadas ao seu negócio, como a disseminação de informações sobre os riscos de pipas próximas às redes ou da prática das ligações clandestinas, são parte integrante da agenda das empresas que compõem a holding.

GRI - PR2 - Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e na segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.

GRI - PR3 - Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.

GRI - PR4 - Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.

• Comunicação e marketing

As pesquisas sobre satisfação dos consumidores analisam todos os aspectos do atendimento e a qualidade dos serviços prestados pelas empresas distribuidoras do Grupo Energias do Brasil.

O Grupo estabelece em seu Código de Ética e em sua Política de Comunicação padrões de ética, transparência e respeito às leis para peças de marketing, publicidade e patrocínio, respeitando o direito do consumidor e estimulando comportamentos em linha com os critérios de sustentabilidade que adotou para seus negócios. Não houve registro de não-conformidades nessas práticas de comunicação e marketing em 2006.

• Canais de comunicação

As empresas da Energias do Brasil contam com canais específicos para o atendimento de seus clientes, respeitando suas características socioeconômicas, regionais e culturais. Todas possuem um *call center* com atendimento 24 horas por dia, sete dias por semana,

além de agências de atendimento, ouvidoria e área para o recebimento de sugestões e reclamações em seus sites na Internet.

Em 2006, o número de visitas a todos os sites do Grupo aproximou-se de 3,5 milhões de acessos.



Canais de Acesso - Nº de Atendimentos - 2006

	Bandeirante	Escelsa	Enersul
Total de atendimentos	6.827.660	3.102.487	1.672.698
Call Center	2.016.537	1.900.056	1.393.960
Unidade de Resposta Audível (URA)	924.332	416.239	-
Lojas/agências	1.500.000	1.769.661	1.446.380
Internet (acessos)	2.386.791	786.192	278.738

Esses canais permitem que as empresas identifiquem as principais demandas de seus consumidores e elaborem ações para atendê-las sob os mais rigorosos padrões de qualidade e transparência.

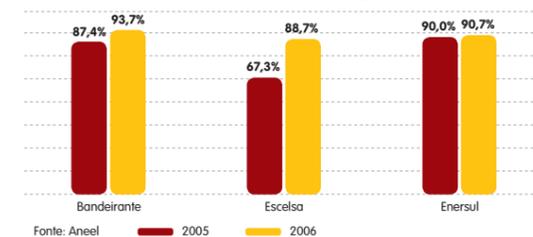
Nesse sentido, o Conselho de Consumidores - composto por representantes dos segmentos de consumo de energia elétrica, residencial, comercial, industrial, rural e representante dos órgãos de proteção e defesa do consumidor (Procon) - tem por objetivo atender aos interesses do consumidor e colaborar na identificação dessas necessidades por parte da Aneel. Funciona, assim, como um importante fórum de diálogo entre as empresas e as comunidades.

Outro veículo de comunicação é a própria conta de energia elétrica, que possui espaço para divulgação de mensagens institucionais e específicas dos serviços e outras, como campanhas de segurança a energia elétrica e seu uso racional, assim como de indicadores de qualidade.

Os *call centers* das empresas de distribuição superaram, em 2006, os índices de qualidade no atendimento da Aneel, que determina padrões de eficiência para esse serviço. Na média anual, mantiveram 91,0% de Índice de Nível de Serviço Básico (INB), percentual que chegou a 93,7% na Bandeirante. O Índice de Abandono (IAb)

ficou, na média, em 3,1%, em comparação ao máximo de 15% determinado pelo órgão regulador. Já o Índice Ocupação (IOC), ficou em 3,8% (máximo de 15%).

INB (Índice de Nível de Serviço Básico) - >= 80,0% (Grupo I)



GRI - PR6 - Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.

GRI - PR7 - Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.

• Atendimento

Todas as solicitações, críticas e sugestões apresentadas nos canais de comunicação são cadastradas e levadas às áreas responsáveis para a melhoria dos produtos e serviços.

Para identificação dos perfis dos clientes selecionados e das classes de consumo foi aplicado um questionário de utilização de canais associado às expectativas dos clientes sobre relacionamento e serviços. Os resultados demonstraram claramente os modelos de clientes formadores de opinião, permitindo desenvolver uma metodologia de segmentação respeitando as necessidades de cada grupo.

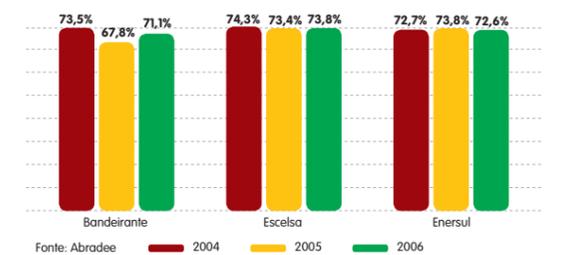
Em 2006, as operações foram realizadas conforme regulamentos, sem a configuração de multas significativas.

• Satisfação dos clientes

A satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados pelas distribuidoras é avaliada por duas pesquisas nacionais, uma conduzida pela Aneel e outra pela Abradee. Os dados divulgados em 2006 referem-se a opiniões coletadas pelas duas entidades no final de 2005 e início de 2006. Os resultados possibilitam a reavaliação de processos, de forma a conciliar os interesses das distribuidoras e dos clientes.

Os resultados divulgados pela Aneel mostram melhora na percepção dos clientes da Bandeirante e da Enersul e pequeno recuo no caso da Escelsa. A pesquisa da Abradee aponta maior satisfação com a qualidade percebida na Escelsa e Bandeirante e queda na Enersul.

Índices de Satisfação com Qualidade Percebida (ISQP) - Em %



A Enersul ainda realiza pesquisa própria executada pelo Instituto Futura. Em 2006, foi apontado pequeno recuo do índice geral de satisfação comparativamente a 2005 (de 80,7% para 79,5%), porém acompanhado de maior aprovação do cliente (de 72,8% para 74,4%) e de percepção da qualidade de serviço (72,4% para 75,9%).

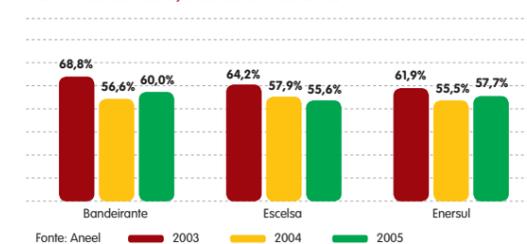
GRI - PR5 - Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.

• Privacidade dos consumidores

O Grupo Energias do Brasil, por meio dos recursos da Tecnologia da Informação, assegura a confiabilidade à privacidade das informações dos clientes. Para toda a base de clientes (100%) são adotados processos, procedimentos e ferramentas tecnológicas de proteção dos dados. Não foram registrados em 2006 casos de violação de privacidade de clientes.

GRI - PR8 - Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes.

Índices Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC) - Em %



Metas Sociais



- Aplicação de 0,16% da Receita Operacional Líquida em investimentos sociais externos.
- Atingir 75% no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) nos serviços das distribuidoras.
- Realização de curso de formação em sustentabilidade para 100% dos ocupantes de cargos gerenciais do Grupo.
- Desenvolvimento do Projeto Letras de Luz em 51 municípios da área de atuação do Grupo, formando 1.725 multiplicadores.
- Criar um prêmio para o setor de artes plásticas com o selo Energias do Brasil.
- Conclusão da primeira lista de projetos sociais patrocinados pela Energias do Brasil escolhidos por meio de um comitê de seleção.



Desempenho Ambiental



Crescer com respeito.

Viveiro de mudas para replantio no entorno de Peixe Angical.



Gestão Ambiental



O cuidado com o meio ambiente é parte integrante dos esforços da Energias do Brasil com a promoção da sustentabilidade. Por meio de uma série de mecanismos de monitoramento, todas as empresas do Grupo procuram não apenas controlar os riscos inerentes a suas atividades, mas também agir de modo proativo na preservação das áreas em que atuam.

O cumprimento de todas as leis e regulamentos em vigor é apenas o ponto de partida para uma ação ampla e integrada, orientada por seus Princípios de Desenvolvimento Sustentável, que envolve ainda a promoção de um comportamento ambientalmente responsável por parte de colaboradores, clientes, parceiros e comunidade em geral.

Princípios de Desenvolvimento Sustentável

Eficiência na utilização dos recursos

- Promover o desenvolvimento de tecnologias energéticas mais limpas e eficientes.
- Desenvolver formas de produção baseadas em energias renováveis.
- Promover a melhoria da eficiência energética e o uso racional e seguro da energia.
- Promover a inovação em produtos, serviços e tecnologias sustentáveis, e transferência dos conhecimentos para a sociedade.

Proteção do meio ambiente

- Minimizar o impacto ambiental de todas as atividades que desenvolve.
- Participar em iniciativas que contribuam para a preservação do meio ambiente e promoção da biodiversidade.
- Expandir a utilização de critérios ambientais para toda a cadeia de valor.

Em 2006, as despesas de caráter ambiental do Grupo somaram R\$ 4,04 milhões, cuja decomposição por tipo se apresenta a seguir:

Despesas de caráter ambiental nas empresas do Grupo em 2006 (R\$)	4.044.061
• Gestão de águas residuais	2.980
• Gestão de resíduos	422.840
• Proteção e recuperação de solos, águas subterrâneas e superficiais	280.960
• Proteção da biodiversidade e da paisagem	211.796
• Outras atividades de gestão e proteção do ambiente (Programas Ambientais)	3.125.485

GRI - EN30 - total de gastos em proteção ambiental, por tipo.

Energias do Brasil e as mudanças climáticas

Parte ativa de um setor de fundamental importância para a sustentabilidade do planeta - a geração e distribuição de energia -, a Energias do Brasil reforçou

em 2006 seu compromisso com a busca de soluções eficientes que contribuam para o desenvolvimento das sociedades sem agredir o meio ambiente.

A exposição dos principais ativos do Grupo - constituídos por recursos de geração e de distribuição de energia

elétrica - às variações climáticas desfavoráveis poderão representar riscos para o Grupo. A gravidade das mudanças climáticas, em termos de eventos extremos, poderá ocasionar perdas importantes, como a suspensão do fornecimento de energia elétrica, com impacto sobre os negócios de geração e da distribuição. Em situações mais graves, decisões de racionamento de energia elétrica poderão ocorrer, com reduções compulsórias de consumo e prejuízos muito elevados para a empresa e a sociedade brasileira.

Para o Grupo, as alterações climáticas constituem ainda:

- oportunidades comerciais, por meio de utilização dos denominados Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), criados no âmbito do Protocolo de Quioto;
- oportunidades de investimentos em energias renováveis, diversificando o *portfolio* de geração;
- oportunidades relacionadas à promoção da ecoeficiência;
- oportunidades de mudanças organizacionais associadas à introdução dos conceitos de sustentabilidade, nos quais se procura harmonizar os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

O aproveitamento dessas oportunidades podem constituir uma importante vantagem competitiva, contribuindo para a percepção positiva dos investidores, fornecedores, clientes e demais partes interessadas.

A estratégia do Grupo em relação ao comércio de emissões é a de identificar nas operações e nos ativos existentes nas empresas de geração e de distribuição projetos passíveis de gerarem créditos de carbono. Após essa identificação, será necessário elaborar os respectivos *Project Design Document (PDD)*, submetê-los à apreciação e aprovação da Comissão Interministerial de

Mudança Global do Clima (CIMGC), registrar no *Executive Board* da ONU as denominadas Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) e proceder a sua comercialização.

Projetos MDL

A Energias do Brasil finalizou em 2006 a elaboração de três projetos do MDL e os submeteu à apreciação e aprovação da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), correspondentes aos seguintes ativos:

- PCH São João (25 MW), localizada no Estado do Espírito Santo;
- Quarta Máquina da UHE Mascarenhas (50 MW), localizada no Estado do Espírito Santo;
- PCH Paraíso (21,6 MW), localizada no Estado do Mato Grosso do Sul.

Ainda durante o ano, foi também iniciado um projeto inovador no âmbito do MDL, denominado Projeto da Linha de Transmissão de Porto Murfinho - Jardim, no Estado do Mato Grosso do Sul (primeiro projeto no mundo no escopo de distribuição de eletricidade), que se encontra em fase de validação.

No final de 2006, foi iniciada a elaboração do PDD da PCH Santa Fé (29 MW), no Estado do Espírito Santo, que deverá ser submetido à CIMGC até julho de 2007.

Prevê-se o registro de todos esses projetos no *Executive Board* no primeiro semestre de 2007, exceto o da PCH Santa Fé, que se encontra em fase inicial de construção. No total, esses cinco projetos poderão gerar 876 mil toneladas de CO₂ (dióxido de carbono) durante o primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quioto (2008-2012) e cerca de 1,470 milhão de toneladas de CO₂ durante sua vida útil.





GRI - EN18 - Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.

Acompanhando a tendência mundial e consciente de sua responsabilidade no fenômeno do aquecimento global - energia consumida nos edifícios de escritórios, nos processos produtivos, transporte e resíduos produzidos pelas operações -, a Energias do Brasil iniciou no final de 2006 ações voluntárias para identificar em seus ativos e operações oportunidades de obter os *Verified Emissions Reduction* (VERs). Esses certificados poderão ser utilizados de forma voluntária para mitigar as emissões próprias de gases de efeito estufa.

Além disso, representantes do Grupo integraram a delegação brasileira presente na 12ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em novembro de 2006, em Nairóbi, no Quênia.

Política de Meio Ambiente

1. Considerar a componente socioambiental nas atividades da empresa, nas decisões de investimento e em toda a cadeia de valor, nomeadamente, nos fornecedores críticos, na logística e nos clientes.
2. Promover o desenvolvimento sustentável nas suas atividades, utilizando critérios socioambientais que minimizem os impactos locais, no entorno e regionais, respeitando a legislação ambiental e outros requisitos, tais como os compromissos globais assumidos pela empresa.
3. Promover a utilização de tecnologias que contribuam para a preservação do meio ambiente, a prevenção da poluição, a eficiência energética e o uso racional de recursos naturais.
4. Promover e apoiar iniciativas de conservação da natureza e de valorização da biodiversidade, considerando as características culturais e regionais.
5. Promover processos formais de comunicação, de consulta e envolvimento de partes interessadas, no contexto das interações com o meio ambiente.
6. Promover a melhoria contínua do desempenho ambiental, social e da capacitação de seus colaboradores em matéria de sustentabilidade.

O projeto congrega diversas atividades, como gerenciamento de resíduos, elaboração de planos de contingência e de contenção de derrames, procedimentos técnicos para a poda de árvores e arborização urbana, licenciamento ambiental e diagnóstico ambiental e social de todas as instalações.

Política de Meio Ambiente

Ainda durante 2006, a Energias do Brasil, em respeito aos valores universais de preservação da natureza e da vida expressos em seus Princípios de Desenvolvimento Sustentável, aprovou sua Política de Meio Ambiente, assumindo explicitamente compromissos de proteção do meio ambiente e da biodiversidade.

Essa a aprovação possibilitou a atuação integrada de todas as suas empresas em relação ao meio ambiente, de forma a garantir o uso adequado dos recursos naturais pelas atuais e futuras gerações.

O Sistema de Gestão Integrada de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Comunicação Social (Projeto SIGA) é um exemplo dessa atuação responsável. Adotado pela Bandeirante Energia em 2004, segue os requisitos das normas internacionais ISO 14000 (meio ambiente) e OHSAS 18000 (saúde e segurança).

A construção do aproveitamento hidrelétrico (AHE) Peixe Angical, pela Enerpeixe, é outro exemplo do modelo de atuação ambiental das empresas do Grupo. Em janeiro de 2006, o empreendimento recebeu a Licença de Operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), possibilitando o início do enchimento do reservatório.

O resgate de animais e sua soltura em áreas pré-selecionadas decorreram de acordo com o Programa Fauna, totalizando o acompanhamento de 218 espécies. Já o Programa Flora foi responsável pelo levantamento de espécies vegetais, desmatamento da área inundada, viveiro de mudas e replantio das margens na orla dos núcleos urbanos e áreas de proteção, somando mais de 500 hectares. O Programa Qualidade da Água, por sua vez, garantiu o monitoramento da qualidade da água antes, durante e após o enchimento do reservatório. O Programa Ictiofauna, relativo ao conjunto de espécies de peixes locais, também mostrou a eficiência das medidas adotadas pela empresa.

Adicionalmente, nas especificações técnicas de engenharia, especialmente em capítulos de obras civis, foram incluídos procedimentos para a remoção de cobertura vegetal, limpeza de terrenos, movimentação de solo, escavações, instalação de canteiros, controle de processos erosivos e de potenciais assoreamentos em corpos de água.

Todo esse processo foi feito com o comprometimento dos colaboradores da empresa e de acordo com um modelo de participação proativa com os órgãos reguladores e as comunidades de entorno do empreendimento.

Monitoramento e acompanhamento

Todas as atividades desenvolvidas pelas empresas que compõem a Energias do Brasil são regularmente monitoradas e seus resultados acompanhados de medidas corretivas, quando necessárias.

Em 2006, para o licenciamento da linha de transmissão Nordeste-Dutra, com aproximadamente 5 quilômetros de extensão, a Bandeirante elaborou o Estudo Ambiental Simplificado, que contemplou o levantamento de todas as informações ambientais pertinentes e também dados sobre eventual patrimônio histórico e arqueológico na área em que se insere o empreendimento.

Um dos principais impactos identificados nas subestações é a possibilidade de eventual poluição de solos e águas superficiais. Para eliminar esse efeito de forma mais adequada do ponto de vista ambiental, foram adotados sistemas de captação, dotados de bacias coletoras, para armazenar o óleo isolante de transformadores em situações de vazamentos e as caixas separadoras de água/óleo. No ano, a Bandeirante concluiu o diagnóstico ambiental e social de 100% de suas instalações, que somam 69 unidades, divididas em subestações, depósitos e almoxarifados. Ainda em 2006, houve a investigação detalhada em 11 instalações prioritárias, com a construção de poços para monitoramento de água subterrânea e coleta de amostras de solo nas áreas com suspeitas de contaminação.

Como parte da Fase I do Diagnóstico Ambiental e Social, a empresa também desenvolveu o Programa de Monitoramento e Controle do Nível de Ruído em Subestações. No ano, foram realizadas medições em 12 instalações e, para 2007, está previsto o levantamento em outras 32.

O cuidado com o descarte de materiais também recebe atenção especial. Na Enersul, por exemplo, para determinados produtos perigosos utilizados nas instalações são adotados procedimentos de destinação final em conformidade com a legislação ambiental. O transporte e a destinação final de baterias chumbo ácido de subestações e telecomunicações são feitos por empresa autorizada. A destinação final ocorre por meio de empresa licenciada para fazer a reciclagem.



No processo de monitoramento e acompanhamento após o enchimento do reservatório do AHE Peixe Angical, a Enerpeixe deu continuidade aos monitoramentos do meio físico, que incluem as avaliações de clima, níveis de água e os aspectos sedimentológicos. Também dispensou especial atenção ao monitoramento hidrogeológico, com a realização de medições próximas às áreas urbanas e acompanhando as variações do lençol freático decorrentes do enchimento do reservatório.

Investimentos

Em 2006, a Energias do Brasil investiu R\$ 43,9 milhões em meio ambiente, considerando os projetos diretamente relacionados à geração, distribuição e comercialização de energia. O valor é menor do que os R\$ 138,1 milhões registrados em 2005 devido à conclusão das obras do empreendimento AHE Peixe Angical.

O maior volume dos investimentos foi direcionado às atividades de conclusão da construção do AHE Peixe Angical, no Rio Tocantins (R\$ 29,7 milhões em 2006 contra R\$ 128,8 em 2005), das quais se destacam os programas ambientais relacionados à aquisição

de terras (R\$ 4,4 milhões), meio físico, biótico e socioeconômico (R\$ 18,0 milhões), relocação urbana e rural (R\$ 6,0 milhões) e recomposição da infraestrutura social e viária (R\$ 1,3 milhão).

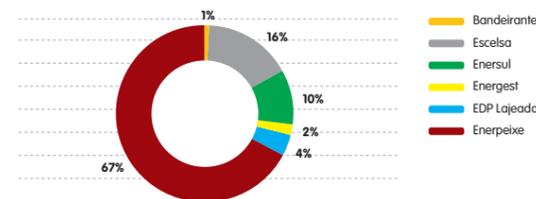
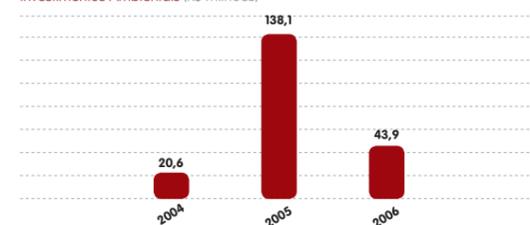
Investimentos Ambientais (R\$ milhões)	2006
Bandeirante	0,54
Escelsa	6,91
Enersul	4,23
Energest	0,72
EDP Lajeado	1,79
Enerpeixe	29,74
Total	43,93

GRI - EN30 - Total do investimento em proteção ambiental, por tipo.

Treinamento e conscientização

Nenhuma mudança na relação entre o ser humano e o meio ambiente é possível sem a conscientização. Sob essa premissa, a Energias do Brasil tem desenvolvido com diversos parceiros - governos, outras empresas e sociedade civil - iniciativas que visam a sensibilizar e informar sobre questões ambientais.

Investimentos Ambientais (R\$ milhões)



Investimentos ambientais em 2006 (R\$)

43.936.849

• Proteção do ar e clima	191.940
• Gestão de resíduos	43.943
• Proteção e recuperação de solos, águas subterrâneas e superficiais	2.174.572
• Redução de ruído e radiações	1.362.682
• Proteção da biodiversidade e da paisagem	7.075.181
• Outras atividades de gestão e proteção do ambiente (Programas Ambientais)	33.088.532

A participação da Escelsa no II Fórum das Águas, que reuniu cerca de 50 mil pessoas entre 29 e 31 de março em Colatina (ES), teve como objetivo enfatizar a necessidade de preservação do Rio Doce. A empresa ainda participou da Feira da Terra, em Vila Velha (ES), com um público em torno de 8 mil pessoas. Na Feira do Verde, realizada em outubro, em Vitória (ES), com a visitação de 250 mil pessoas, a Escelsa montou um estande com painéis contendo ilustrações de motivos ambientais. Outra atração foi o contador de histórias, que despertou a atenção do público infantil falando de forma simples e didática sobre a integração da Escelsa ao meio ambiente.

Já a Bandeirante Energia realizou em 2006 a sua 1ª Semana de Meio Ambiente e Responsabilidade Social, que teve como objetivo estimular a discussão sobre temas sociais e ambientais que permeiam suas relações com a sociedade e o meio ambiente.

Outra forma direta de estimular a participação da comunidade nas questões ambientais que envolvem a Energias do Brasil é a comunicação. A conscientização ambiental é promovida pela disseminação de todos os procedimentos de preservação de ecossistemas, preservação e minimização do uso de recursos renováveis ou não, por intermédio de treinamentos e palestras, tanto ao público interno quanto em eventos externos.

Um exemplo dessa prática foi a apresentação interna dos projetos ambientais por dois grupos de Menores Aprendiz, que reuniu 86 participantes do programa e seus respectivos supervisores. Para celebrar o Dia Mundial da Água, foram distribuídos 3 mil squeezes para os colaboradores, com uma mensagem impressa sobre a necessidade de conscientização para o uso responsável da água. Também foram veiculados flashes sobre o tema na rede interna das empresas.

No ambiente externo, a conscientização também é o objetivo das ações de educação ambiental. Uma dessas iniciativas é o *Guia de Arborização Urbana*,

elaborado pela Enersul, que traz orientações sobre a execução de podas e outras intervenções na arborização, um trabalho de linguagem didática e acessível. Lançada em 2005, a publicação passou a ser distribuída em 2006 nas escolas públicas e privadas do Estado do Mato Grosso do Sul.

A Enersul também promove a doação de mudas e a realização de podas de árvores nas cidades. Por meio do Convênio com a Associação de Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul) e prefeituras, a empresa busca sistematizar e dar sustentabilidade ao processo. A Enersul é responsável pela doação e plantio de 70% das mudas e a prefeitura por 30% do total definido de acordo com o porte do município.

Além das audiências públicas realizadas durante os processos de construção de empreendimentos hidroelétricos, linhas de transmissão e subestações, a Energias do Brasil se coloca como parceira ativa na busca das melhores soluções. Oferece canais de relacionamento específicos e canais de contato, como e-mails e telefones em suas empresas, para ampliar o diálogo com a sociedade.

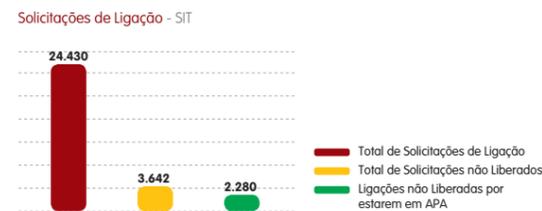
Licenciamento e Certificações

Em todas as suas operações, o Grupo cumpre rigorosamente a legislação ambiental vigente e estabelece processos integrados para a obtenção de licenças.

Na Bandeirante, todas as linhas e subestações construídas após 2004 foram devidamente licenciadas. Nos empreendimentos anteriores, o licenciamento encontra-se em fase de regularização no órgão ambiental respectivo. Para essas unidades, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) estabelecerá as medidas preventivas ou corretivas necessárias ao licenciamento.

No mês de maio, um modelo pioneiro de monitoramento foi introduzido também pela Bandeirante. No ano, todas as unidades de proteção ambiental da empresa foram incluídas no Sistema de Informações Técnicas (SIT).

Desenvolvido em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o SIT é uma base cartográfica digital que permite a imediata identificação das áreas protegidas quando ocorre uma solicitação de ligações ou a elaboração de extensão de redes. O desempenho do sistema desde a sua adoção pode ser conferida no gráfico abaixo:



A Enersul iniciou em 2003 o programa de licenciamento ambiental com o objetivo de adequar todas as instalações à legislação pertinente e desenvolver suas atividades com maior respeito ao meio ambiente. No ano de 2006, foram expedidas 38 Licenças de Operação, perfazendo 121 (82% das instalações da empresa).

No Espírito Santo, a Escelsa participa de convênio técnico com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf), por meio do qual obteve licença ambiental para a realização dos serviços de manutenção e conservação de linhas de transmissão e das redes de distribuição em todo o Estado.

O processo de licenciamento do AHE Peixe Angical transcorreu dentro dos prazos estabelecidos e de acordo com todas as obrigações e condicionantes vinculadas aos impactos ambientais.

No final do ano de 2006, o Grupo iniciou o processo de introdução de um Sistema de Gestão Integrado em todos os ativos de geração e de distribuição, com o objetivo de obter as certificações ISO 14000 e OHSAS 18000, num período de dois anos.

Ainda no final de 2006, a Energias do Brasil foi aceita como novo membro do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

Uso responsável dos recursos naturais

O uso responsável dos recursos naturais é prioridade no desenvolvimento das atividades das empresas, que contam com sistemas de monitoramento e avaliação em seus processos e mantêm o compromisso de buscar permanentemente a ecoeficiência e conscientização ambiental.

• Energia

Com diversas iniciativas que vão desde a modernização de equipamentos a um intenso esforço de conscientização dos colaboradores visando à redução no consumo próprio, as empresas da Energias do Brasil somaram o consumo de 21,4 GWh em 2006.

Os total inclui os consumos dos edifícios administrativos e os relacionados às atividades da geração e distribuição.

Consumo de Energia Própria (GWh)

Ano	Consumo (GWh)
2004	19
2005	22
2006	21

GRI - EN4 - Consumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária.

As fontes de energia primária utilizadas nos consumos de energia direta correspondem aos da Matriz Energética Brasileira, dado que as empresas do Grupo são abastecidas pelo Sistema Elétrico Nacional, excetuando os consumos das atividades das usinas de geração que são de origem hídrica.

Matriz Energética Brasileira - Fontes primárias

Origem hídrica	76,3%
Origem térmica	14,8%
Outras fontes	8,9%
Total	100%

Fonte: Balanço Energético 2006, EPE e Ministério de Minas e Energia.

• Água

A água constitui o recurso principal no aproveitamento da energia potencial existente nos reservatórios das usinas hidrelétricas, não havendo consumo de água nessa atividade. Por esse fato, o Grupo dedica especial atenção à gestão desse que é um dos recursos naturais com maior risco de escassez. Desenvolve programas para o acompanhamento da qualidade da água dos reservatórios, mananciais e lençóis freáticos, realiza campanhas de conscientização e investe em tecnologias que otimizem o uso do recurso.

Na Bandeirante, por exemplo, o Sistema de Informações Técnicas (SIT) permite a visualização dos mananciais existentes na área de concessão da empresa. Dessa forma, sempre que há algum pedido de extensão de rede é possível verificar se a futura linha afetará alguma área de proteção ambiental. Com essa ferramenta inédita, os pedidos são analisados imediatamente e definidos os planos de ação de acordo com a realidade ambiental da área em que houve a solicitação.

Já a Escelsa participa do Consórcio do Rio Guandu, uma parceria entre empresas, governos municipais de Brejetuba, Laranja da Terra, Afonso Cláudio e Baixo Guandu, governos estaduais e sociedade civil, que visa a recuperar, revitalizar e conservar a Bacia Rio Guandu. A empresa apóia o consórcio contribuindo para o planejamento estratégico da gestão dos recursos hídricos, abrangendo diversos segmentos usuários e instituições com atuação na bacia, no âmbito dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Também participa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santa Leopoldina, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho que buscam a preservação do meio ambiente.

O consumo de água nas empresas do Grupo Energias do Brasil foi de 35.969 metros cúbicos em 2006, para atender às necessidades dos edifícios administrativos, armazéns, oficinas, jardins, entre outros, principalmente nas instalações sanitárias, limpeza de instalações, rega e refrigeração do ambiente.



Energias do Brasil patrocinou a visita de Al Gore a São Paulo, em outubro.



Biodiversidade

Pelo seu próprio perfil de atuação, a Energias do Brasil interfere em ambientes naturais e rurais, seja pela construção de usinas e reservatórios, seja pelas unidades e atividades desenvolvidas em áreas de preservação. Em 2006, as empresas do Grupo possuíam 18 subestações e 4.141 quilômetros de linhas de transmissão (de um total de 132.104,3) em áreas protegidas. Do total de 88,1 quilômetros de linhas subterrâneas, 9,8 encontravam-se em áreas protegidas.

Para garantir que o cuidado com o meio ambiente seja uma constante, o Grupo conta com diversos programas de manejo, recuperação e educação ambiental. O replantio de mudas é uma dessas frentes. Somente para a construção da Linha de Transmissão Norte/Nordeste, no Parque Ecológico do Tietê, a Bandeirante plantou 25 mil mudas nativas, doou equipamentos para o Centro de Recuperação de Animais Silvestres e construiu cercas para a proteção dos animais que habitam o parque.

Além disso, aplica procedimentos operacionais para garantir a menor interferência possível na fauna e na flora locais, como, por exemplo, a definição de critérios para a poda de árvores, a aplicação de estruturas metálicas mais altas para preservar a vegetação e/ou a substituição de redes convencionais por redes protegidas e isoladas, garantindo, assim, a segurança de animais silvestres.

A Escelsa, por sua vez, como parte do seu programa Avifauna, deu seqüência à recolocação dos diversos ninhos e instalou casas de pássaros nas áreas das subestações de distribuição de energia elétrica.

Emissões, efluentes e resíduos

A ecoeficiência é outra preocupação da Energias do Brasil. Nesse sentido, desenvolve planos de gerenciamento que estabelecem a forma correta de se lidar com os resíduos gerados até seu descarte. Assim, além de contribuir com o meio ambiente, a Energias

do Brasil reduz custos operacionais em estocagem, tratamento, transporte e deposição final dos resíduos.

O parque gerador das empresas do Grupo é na sua totalidade hidroelétrico, não constituindo fontes primárias de emissões de gases de efeito estufa (GEE), e, por esse fato, não existem emissões atmosféricas diretas significativas de NOx e SOx.

GRI - EN20 - NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.

As emissões indiretas derivam dos consumos de eletricidade em edifícios administrativos, usinas e atividades de distribuição, e da frota de automóveis.

As quantidades de emissões de CO₂ equivalente (toneladas/ano) dos principais gases de efeito de estufa produzidos pelas operações são apresentadas a seguir, com a utilização dos fatores de conversão definidos pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC).

Ano 2006	Emissões (t CO ₂ equivalente)
Consumo de eletricidade em edifícios administrativos e nas atividades de apoio à geração e à distribuição	5.607
Frota de automóveis	4.215
Total	9.822

GRI - EN17 - Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.

As emissões de gases de efeito estufa (GEE) ocasionadas pelas operações da companhia em 2006 representaram quantidades reduzidas e não decorreram da sua atividade principal.

As emissões também são verificadas de maneira a atender às legislações pertinentes e, quando há necessidade, elaborar planos de ação para correções. Na Bandeirante Energia, por exemplo, os trabalhos

incluem a avaliação de descargas atmosféricas para obter dados precisos sobre a incidência de raios, sistema de monitoramento meteorológico para otimização da operação de distribuição de energia do sistema elétrico, utilização de cabos bimetálicos em redes primárias e secundárias de periferia, e solução ambiental para retenção de vazamento de óleo de transformadores, entre outros.

Os gases de SF₆ (hexafluoreto de enxofre) - usados em interruptores e disjuntores de circuito de alta tensão, por sua capacidade de isolamento, estabilidade e boa condutividade térmica - podem contribuir para o efeito estufa e, por essa razão, são controlados e monitorados pelas empresas da Energias do Brasil. Para evitar emissões para a atmosfera, as empresas dispõem de equipamentos para coletar, tratar e reutilizar o produto.

A busca pela melhor utilização de materiais alternativos é foco de outro projeto da Bandeirante, que visa ao melhor desempenho e vida útil desses materiais. Uma das iniciativas é a substituição da madeira na fabricação de cruzetas, com possibilidade, portanto, de redução do seu consumo e utilização de materiais recicláveis. Também se encontra em fase de experimentação e análise de viabilidade um projeto de substituição de transformadores isolados a óleo mineral por transformadores a óleo vegetal.

Com o solo, o cuidado também é permanente. A Bandeirante, por exemplo, está em processo de desenvolvimento de uma sonda que permitirá a identificação de áreas contaminadas, especialmente caso ocorra um eventual derrame de óleo mineral isolante.

Para garantir a eficiência na gestão de resíduos sólidos, as empresas da Energias do Brasil consideram toda as etapas do processo: manuseio, segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final, de acordo com os mais rigorosos critérios de qualidade. Destaque para a inauguração de um centro de 2.100 metros quadrados pela Bandeirante, em 2006.

Em maio de 2006, ocorreu um incidente com um regulador de tensão da Escelsa, com a capacidade de 400 litros de óleo mineral isolante, localizado em uma via pública do município de Viana (ES), tendo ocasionado um derramamento no solo numa área de 15 metros quadrados ao redor do equipamento. Foram tomadas providências imediatas para minimizar os impactos provocados, o que incluiu a remoção do solo contaminado (cerca de 3,6 toneladas) e o transporte desses resíduos para a central de gerenciamento de resíduos industriais por empresa credenciada.

GRI - EN23 - Número e volume total de derramamentos significativos.

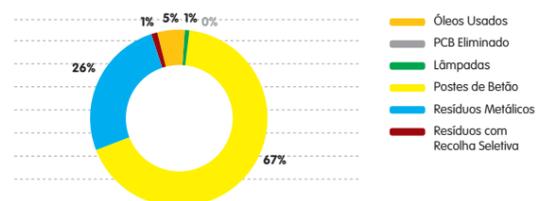


Principais Categorias de Resíduos	2006	Destino Final no Brasil
Resíduos Industriais Perigosos (toneladas)	210	
Óleos usados	189	Regeneração
PCB eliminado	0,1	Incineração em instalação especial
Lâmpadas	21	Reciclagem em instalação especial
Resíduos Industriais não Perigosos (toneladas)	3.677	
Postes de betão	2.647	Valorização na indústria metalúrgica e reaproveitamento na construção civil das respectivas frações
Resíduos metálicos	1.030	Reutilização ou Reciclagem
Resíduos Industriais com Recolha Seletiva (toneladas)	24	

Metas Ambientais



Resíduos Industriais



GRI - EN22 - Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.

Conformidades

As empresas do Grupo encerraram 2006 com 74 processos ambientais em andamento, sendo que 36 desses tiveram início no período.

No ano, foram obtidas 34 licenças de operação, 38 demandas administrativas e judiciais ambientais. Dessas, 33 referiam-se a corte de vegetação, sendo que, em 32, a decisão final foi favorável à empresa. Houve ainda uma autuação por intervenção em sítio protegido, da qual se aguarda manifestação do órgão ambiental sancionador.

Já na Enersul, ocorreram dois processos administrativos e uma ação judicial, todos referentes à supressão de vegetação, das quais ainda se aguarda decisão. Outra demanda ambiental refere-se a um processo sofrido pela Enerpeixe, ainda em fase inicial, em que foi alegado descumprimento do projeto básico ambiental da usina hidrelétrica.

O valor monetário atribuído pelos órgãos ambientais com multas e outras penalidades por descumprimento de regulamentação ambiental somou R\$ 38.860,00.

GRI - EN28 - Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Transporte

A frota de carros do grupo também é ponto de atenção na busca por uma gestão ambiental sustentável. Do total de 1.043 veículos, 258 usam gasolina como combustível, 243 veículos usam gasolina híbrida, 525 utilizam diesel, 15 são movidos a GPL e dois, a álcool.

Em 2006, essa frota percorreu 20,1 milhões de quilômetros e consumiu 2,407 milhões de litros de gasolina, 413,6 mil litros de gasolina híbrida, 38,8 mil litros de álcool, 1,7 milhão de litros de diesel e 59 mil metros cúbicos de gás natural.

GRI - EN29 - Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.

- Treinamento em sustentabilidade de 100% dos cargos gerenciais das empresas do Grupo em 2007.
- Permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bovespa, na edição 2007.

- Introdução do Sistema de Gestão Integrado (SGI), na Bandeirante, de acordo com as normas internacionais ISO 14000 e OHSAS 18000 SGI.



Animal resgatado em projeto ambiental de Peixe Angical.

Complementos



Por meio do desenvolvimento sustentado, vamos abastecer nossos desafios de energia.



Usina Peixe Angical (452 MW), em Tocantins.

Premiações e Reconhecimentos

Empresa	Prêmio	Categoria	Outorgante
Energias do Brasil	Entrada no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)	-	Bovespa
Energias do Brasil	Cia. nº 1 em Governança Corporativa de 2006	Companhia Aberta	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC
Energias do Brasil	Selo de Assiduidade	1 Ano	Apimec-RJ
Energias do Brasil	Selo de Assiduidade	1 Ano	Apimec-DF
Energias do Brasil	Selo de Assiduidade	2 Anos	Apimec-SP
Energias do Brasil	Melhor Companhia Aberta de 2005	Prêmio Companhia Aberta	ABAMEC



Informações Corporativas

Conselho de Administração

Antônio Luis Guerra Nunes Mexia

Presidente

Antônio Fernando Melo Martins da Costa

Vice-Presidente

Ana Maria Machado Fernandes

Antonio José Sellare

Francisco Roberto André Gros

Levy Pinto de Castro

Modesto Souza Barros Carvalhosa

Nuno Maria Pestana de Almeida Alves

Pedro Sampaio Malan

Diretoria

Antônio Fernando Melo Martins da Costa

Diretor-Presidente

Antônio Eduardo da Silva Oliva

Diretor Vice-Presidente de Distribuição e Serviços Técnicos

Antonio José Sellare

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro

Diretor Vice-Presidente de Comercialização

Custódio Alexandre Rouxinol Miguens

Diretor Vice-Presidente de Geração e Meio Ambiente

João José Gomes de Aguiar

Diretor Vice-Presidente de Distribuição e Serviços Comerciais

Relações com Investidores

Vasco Barcellos

Diretor

Tel: (55 11) 2185-5907

Código de Negociação na Bovespa: ENBR3

Atendimento aos acionistas

Banco Itaú

Departamento de Atendimento Unificado

Tel: (55 11) 5029-7780

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 - 10º andar

Torre Eudoro Villela

São Paulo, SP, 04344-902

Audidores Independentes

KPMG

Jornais de Publicação

Diário Oficial do Estado de São Paulo

Jornal Valor Econômico



Sumário de Conteúdo GRI

	Página	Indicadores essenciais	Página
• Estratégia e análise			
1.1 - Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia.	14	EC 1	51
1.2 - Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	ND	EC3	66
		EC4	74
Perfil organizacional	8	EN4	90
2.1 - Nome da organização.	9	EN17	92
2.2 - Principais marcas, produtos e/ou serviços.	9	EN20	92
2.3 - Estrutura operacional.	9	EN22	94
2.4 - Localização da sede.	9	EN23	93
2.5 - Número de países em que a organização opera.	8	EN28	94
2.6 - Tipo e natureza jurídica da propriedade.	8-21	LA4	67
2.7 - Mercados atendidos.	8	LA14	68
2.8 - Porte da organização.	8	HR4	69
2.9 - Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária.	NA	HR6	69
2.10 - Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório.	11-98	HR7	69
		SO1	74
• Parâmetros para o relatório	10	SO3	75
3.1 - Período coberto pelo relatório.	10	SO4	75
3.2 - Data do relatório anterior mais recente.	10	SO5	75
3.3 - Ciclo de emissão de relatórios.	10	PR1	76
3.4 - Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo.	99-166	PR3	77
3.5 - Processo para a definição do conteúdo do relatório.	ND	PR6	78
3.6 - Limite do relatório.	10		
3.7 - Declaração sobre quaisquer limitações do relatório.	10	Indicadores adicionais	
3.8 - Base para a elaboração do relatório no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras.	9-10	EN6	39
3.9 - Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos.	ND	EN18	86
3.10 - Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações.	ND	EN29	94
3.11 - Mudanças significativas em comparação a anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.	NA	EN30	84-88
3.12 - Tabela que identifica a localização das informações no relatório.	100-101	LA11	65
3.13 - Política e prática atual relativa à busca de verificação para o relatório.	10	HR9	69
		SO6	75
		SO7	75
Governança, compromissos e engajamento			
4.1 - Estrutura de governança da organização.	18-19	PR2	77
4.2 - Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo.	NA	PR4	77
4.3 - Número de membros independentes ou não-executivos do mais alto órgão de governança.	18	PR5	79

	Página	Indicadores essenciais	Página
• Estratégia e análise			
4.4 - Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou dêem orientações ao mais alto órgão de governança.	19-20-66	PR7	78
4.5 - Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão da diretoria executiva e demais executivos e o desempenho da organização.	ND	PR8	79
4.6 - Processos em vigor no mais alto órgão de governança para que conflitos de interesse sejam evitados.	18		
4.7 - Processo para determinação das qualificações e do mais alto órgão de governança.	ND		
4.8 - Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social.	18-20-74		
4.9 - Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, social e ambiental.	19		
4.10 - Processos para a auto-avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança.	ND		
4.11 - Explicação de, se e como a organização aplica o princípio da precaução.	54-55		
4.12 - Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.	26		
4.13 - Participação em associações e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa.	75		
4.14 - Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.	27		
4.15 - Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> .	27		
4.16 - Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i> .	27		
4.17 - Principais temas e preocupações levantadas por meio do engajamento dos <i>stakeholders</i> e que medidas a organização tem adotado para tratá-las.	27-62-71		

NA - Não aplicável.
ND - Não disponível.

A Energias do Brasil declara que seu Relatório Anual 2006 segue os critérios da *Global Reporting Initiative* (GRI), em seu modelo de consolidação e apresentação de informações previsto no G3. Declara ainda que atingiu o nível B de classificação, superando a apresentação mínima de 20 indicadores de sustentabilidade, sendo mais de um deles em cada uma das seis categorias contempladas. Este relatório apresenta o total de 34 indicadores, sendo 21 essenciais e 13 adicionais. São eles:

- Econômico (EC) - 3 indicadores essenciais.
- Meio Ambiente (EN) - 6 indicadores essenciais e 4 adicionais.
- Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (LA) - 2 indicadores essenciais e 1 adicional.
- Direitos Humanos (HR) - 3 indicadores essenciais e 1 adicional.
- Sociedade (SO) - 4 indicadores essenciais e 2 adicionais.
- Responsabilidade pelo Produto (PR) - 3 indicadores essenciais e 5 adicionais.





**Demonstrações
Financeiras Auditadas**

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota nº	Controladora		Consolidado	
		2006	2005	2006	2005
Circulante					
Disponibilidades		187.273	259.996	596.323	471.081
Títulos e valores mobiliários	5			9.183	8.154
Títulos a receber				976.883	962.174
Consumidores e concessionárias	6			312.083	151.828
Impostos e contribuições sociais	9	59.620	31.588	208.150	97.705
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10				
Dividendos	26	135.753	463.520		
Estoques				9.916	10.639
Cauções e depósitos vinculados	12	2.080	127	16.379	10.785
Despesas pagas antecipadamente	8	118		404.747	259.472
Contas a receber da Petrobras	13	25.150	24.299	25.150	24.299
Outros créditos	15	774	496	88.852	69.439
		<u>410.768</u>	<u>780.026</u>	<u>2.647.666</u>	<u>2.172.220</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos a receber				22.817	25.673
Consumidores e concessionárias	6			121.537	181.850
Impostos e contribuições sociais	9			52.742	43.862
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10			732.005	836.255
Partes relacionadas	11	217.423	65.763	24.325	31.761
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	14	35.040	29.340	3.232	1.427
Cauções e depósitos vinculados	12	2.546	2.546	239.562	181.274
Despesas pagas antecipadamente	8			243.262	385.652
Outros créditos	15			9.614	12.126
		<u>255.009</u>	<u>97.649</u>	<u>1.449.096</u>	<u>1.699.880</u>
Permanente					
Investimentos	16	3.363.560	2.896.414	465.762	487.406
Imobilizado tangível	17	1.694	1.591	4.854.855	4.437.056
Imobilizado intangível	17	684	981	159.674	157.865
Diferido				562	993
		<u>3.365.938</u>	<u>2.898.986</u>	<u>5.480.853</u>	<u>5.083.320</u>
Total		<u>4.031.715</u>	<u>3.776.661</u>	<u>9.577.615</u>	<u>8.955.420</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Nota nº	Controladora		Consolidado	
		2006	2005	2006	2005
Circulante					
Fornecedores	18	1.484	557	500.795	478.649
Encargos de dívidas	20	1.913	2.245	31.302	39.797
Impostos e contribuições sociais	9	24.724	16.771	395.237	248.924
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10			86.400	64.369
Dividendos	26	147.388	134.475	163.090	151.780
Debêntures	19			28.189	9.885
Empréstimos e financiamentos	20	54.000		760.713	913.663
Benefícios pós-emprego	21			24.102	21.153
Devolução tarifária					80.452
Obrigações estimadas com pessoal	22	652	718	66.355	43.658
Encargos regulamentares e setoriais	23			169.978	100.147
Provisões para contingências	24			4.189	3.704
Outras contas a pagar	15	7.194	10.270	79.827	79.205
		<u>237.355</u>	<u>165.036</u>	<u>2.310.177</u>	<u>2.235.386</u>
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Fornecedores	18			9.575	16.417
Encargos de dívidas	20		72	157.525	84.856
Impostos e contribuições sociais	9			7.462	11.673
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10			15.744	34.376
Debêntures	19			881.308	72.231
Empréstimos e financiamentos	20		48.602	1.299.548	1.905.249
Benefícios pós-emprego	21			122.425	126.846
Partes relacionadas	11	1	7		
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	14			1.656	1.612
Provisões para contingências	24	30.038	4.796	307.812	266.058
Provisão para passivo a descoberto	16.2	58.726	48.398	58.029	48.037
Reserva para reversão e amortização				17.248	17.248
Outras contas a pagar	15	3		21.197	16.592
		<u>88.768</u>	<u>101.875</u>	<u>2.899.529</u>	<u>2.601.195</u>
Participações minoritárias				<u>662.317</u>	<u>609.089</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	25	3.182.716	3.182.716	3.182.716	3.182.716
Reserva de capital		35.348	35.348	35.348	35.348
Reserva de lucros		487.528	291.686	487.528	291.686
		<u>3.705.592</u>	<u>3.509.750</u>	<u>3.705.592</u>	<u>3.509.750</u>
Total		<u>4.031.715</u>	<u>3.776.661</u>	<u>9.577.615</u>	<u>8.955.420</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações de Resultados exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota nº	Controladora		Consolidado	
		2006	2005	2006	2005
Receita operacional					
Fornecimento de energia elétrica				5.150.319	5.078.407
Suprimento de energia elétrica				252.767	178.916
Disponibilização do sistema de distribuição e transmissão				701.870	511.877
Outras receitas operacionais				117.041	93.554
				<u>6.221.997</u>	<u>5.862.754</u>
Dedução da receita operacional					
Quota para reserva global de reversão				(40.288)	(42.101)
Encargo de capacidade emergencial				(2.378)	(104.299)
Impostos e contribuições sobre a receita				<u>(1.617.933)</u>	<u>(1.393.128)</u>
				<u>(1.660.599)</u>	<u>(1.539.528)</u>
Receita operacional líquida	27	-	-	4.561.398	4.323.226
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	28			(1.453.716)	(1.610.725)
Encargos de uso da rede elétrica	28			<u>(557.829)</u>	<u>(604.949)</u>
				<u>(2.011.545)</u>	<u>(2.215.674)</u>
Custo de operação					
Pessoal				(162.148)	(168.422)
Materiais e serviços de terceiros				(183.831)	(124.335)
Depreciações e amortizações				(245.365)	(197.829)
Subvenção - CCC e CDE				(514.582)	(443.852)
Taxa de fiscalização				(10.327)	(9.240)
Tributos				(3.378)	(2.775)
Outros custos de operação				<u>(64.825)</u>	<u>(52.378)</u>
	28			<u>(1.184.456)</u>	<u>(998.831)</u>
				<u>(3.196.001)</u>	<u>(3.214.505)</u>
Custo do serviço prestado a terceiros	28			<u>(4.205)</u>	<u>(6.040)</u>
Lucro operacional bruto		-	-	1.361.192	1.102.681
Despesas operacionais					
Despesas com vendas				(140.397)	(94.393)
Despesas gerais e administrativas		(23.320)	(32.070)	(285.047)	(244.203)
Depreciações e amortizações		(14.484)	(9.941)	(42.085)	(41.995)
Outras despesas operacionais		<u>(7.597)</u>	<u>(11.129)</u>	<u>(107.512)</u>	<u>(49.308)</u>
	28	<u>(45.401)</u>	<u>(53.140)</u>	<u>(575.041)</u>	<u>(429.899)</u>
Resultado do serviço		(45.401)	(53.140)	786.151	672.782

	Nota nº	Controladora		Consolidado	
		2006	2005	2006	2005
Resultado das participações societárias		437.391	454.621	1.007	(3.713)
Receitas financeiras		167.094	173.165	307.992	256.856
Despesas financeiras		<u>(182.452)</u>	<u>(115.617)</u>	<u>(685.812)</u>	<u>(536.018)</u>
Resultado financeiro	29	(15.358)	57.548	(377.820)	(279.162)
Lucro operacional		376.632	459.029	409.338	389.907
Receitas não operacionais		508	34.186	10.977	144.409
Despesas não operacionais		<u>(8.470)</u>	<u>(21.148)</u>	<u>(21.514)</u>	<u>(81.844)</u>
Resultado não operacional		(7.962)	13.038	(10.537)	62.565
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		368.670	472.067	398.801	452.472
Imposto de renda e contribuição social correntes	31		(296)	(150.035)	(223.684)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31			1.527	121.074
Lucro líquido antes da reversão dos juros s/capital próprio		368.670	471.771	250.293	349.862
Reversão dos juros sobre capital próprio		25.450	(32.365)	181.091	96.061
Lucro líquido do exercício antes da participação minoritária e partes beneficiárias		394.120	439.406	431.384	445.923
Participações minoritárias				(34.545)	(3.089)
Partes beneficiárias				(2.719)	(3.428)
Lucro líquido do exercício		394.120	439.406	394.120	439.406
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		2.388,37	2.662,80		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Origens de recursos				
Das operações				
Lucro líquido do exercício	394.120	439.406	394.120	439.406
Participação minoritária			34.545	3.089
Ajuste de exercícios anteriores	(28.364)	(41.390)	(28.364)	(41.390)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido				
Consumidores e concessionárias			(39.610)	(96.653)
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A - atualização monetária			(41.527)	(36.843)
Fornecedores - Energia livre			29.840	18.634
Depreciações e amortizações	14.484	9.941	287.450	239.824
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	(349)	331	9.712	12.500
Impostos e contribuições sociais diferidos			13.346	(102.742)
Variações monetárias e juros do passivo não circulante		1.830	66.760	(51.285)
Provisões para contingências	13.363	4.796	47.305	22.769
Reversão de provisões para contingências			(6.241)	
Benefícios pós-emprego - CVM 371			213	264
Perdas de capital por movimentação de investimentos			286	
Resultado líquido de equivalência patrimonial	(437.391)	(454.621)	(1.007)	3.713
Provisão para perdas na realização de ativos			21.187	52.513
Reversão da provisão para imparidade				(89.964)
Outros	9.991	45.537	3.868	36.582
	<u>(34.146)</u>	<u>5.830</u>	<u>791.883</u>	<u>410.417</u>
De terceiros				
Empréstimos e financiamentos		46.844	1.131.224	529.826
Contribuição de consumidores e doações e subvenções			81.683	62.221
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A, líquida - apropriação			12.486	14.833
Transferência do ativo não circulante para o circulante		24.000	532.335	455.640
Transferência do passivo circulante para o não circulante	11.879		145.743	84.976
	<u>11.879</u>	<u>70.844</u>	<u>1.903.471</u>	<u>1.147.496</u>
De acionistas e das partes relacionadas				
Aumento de capital		1.858.861	35.763	1.858.861
Minoritários			(3.454)	
Adiantamentos para futuros aumentos de capital		8.413		117.636
Dividendos de controladas	157.422	524.913		3.510
Reversão de dividendos	(188.934)			
Coligadas, controladas e controladoras	(6)	7	(176)	(6.635)
Ágio na incorporação de sociedade controladora		35.348		187.640
	<u>(31.518)</u>	<u>2.427.542</u>	<u>32.133</u>	<u>2.161.012</u>
Total das origens	<u>(53.785)</u>	<u>2.504.216</u>	<u>2.727.487</u>	<u>3.718.925</u>

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Aplicações de recursos				
No ativo não circulante				
Cauções e depósitos vinculados a litígios		2.546	49.145	52.289
Despesas pagas antecipadamente			176.921	67.604
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	5.700		1.761	3.461
Imposto de renda e contribuição social diferidos			1.220	117.725
Imposto de renda e contribuição social compensáveis			15.314	11.900
Partes relacionadas	151.660	65.762		21.013
Transferência do ativo circulante para o ativo não circulante			27.166	83.760
Outros créditos			8.894	16.611
Reversão de provisão compra de ações				(103.496)
No permanente				
Redução de investimentos	(28.364)	(41.390)	(27.727)	(41.390)
Investimentos	39.666	1.662.771	123	970.260
Ágio na compra de ações e subscrição de capital		227.007		445.298
Aumento (redução) no imobilizado - desverticalização/desativações em curso			(796)	174.385
Imobilizado tangível e intangível	542	573	830.037	1.150.710
Diferido		192	(57)	(7.022)
No passivo não circulante				
Transferência para o circulante	48.674		1.059.713	832.043
Dividendos propostos	169.914	151.241	169.914	14.554
Dividendos propostos minoritários			15.204	19.520
Total das aplicações	<u>387.792</u>	<u>2.068.702</u>	<u>2.326.832</u>	<u>3.829.225</u>
Aumento (redução) no capital circulante líquido	<u>(441.577)</u>	<u>435.514</u>	<u>400.655</u>	<u>(110.300)</u>
Variação no capital circulante				
Ativo circulante				
No final do exercício	410.768	780.026	2.647.666	2.172.220
No início do exercício	<u>780.026</u>	<u>347.677</u>	<u>2.172.220</u>	<u>1.903.005</u>
	<u>(369.258)</u>	<u>432.349</u>	<u>475.446</u>	<u>269.215</u>
Passivo circulante				
No final do exercício	237.355	165.036	2.310.177	2.235.386
No início do exercício	<u>165.036</u>	<u>168.201</u>	<u>2.235.386</u>	<u>1.855.871</u>
	<u>72.319</u>	<u>(3.165)</u>	<u>74.791</u>	<u>379.515</u>
Aumento (redução) no capital circulante líquido	<u>(441.577)</u>	<u>435.514</u>	<u>400.655</u>	<u>(110.300)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota nº	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
					Total	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2005		1.323.841	-	44.925	-	1.368.766
Ajuste de exercícios anteriores					(41.390)	(41.390)
Redução de capital por cisão parcial	(1)					(1)
Aumento de capital - reestruturação societária - abril de 2005		659.743				659.743
Aumento de capital - integralização de capital a integralizar - julho de 2005		29.000				29.000
Aumento de capital - oferta pública de ações - julho de 2005		1.104.898				1.104.898
Aumento de capital - Green Shoe - agosto de 2005		65.235				65.235
Recesso de minoritários					(14)	(14)
Ágio na incorporação de sociedade controladora - líquido			35.348			35.348
Lucro líquido do exercício					439.406	439.406
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal				19.900	(19.900)	-
Dividendos propostos					(151.241)	(151.241)
Retenção de lucros				226.861	(226.861)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2005		3.182.716	35.348	291.686	-	3.509.750
Ajuste de exercícios anteriores					(28.364)	(28.364)
Lucro líquido do exercício					394.120	394.120
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal				18.287	(18.287)	-
Dividendos propostos					(169.914)	(169.914)
Reserva de retenção de lucros				177.555	(177.555)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2006	25	3.182.716	35.348	487.528	-	3.705.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Geração do valor adicionado	(7.962)	13.038	6.125.516	5.993.313
Receita operacional			6.221.997	5.862.753
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			(87.471)	(53.079)
Créditos fiscais diferidos			1.527	121.074
Não operacional	(7.962)	13.038	(10.537)	62.565
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(18.206)	(25.064)	(2.480.346)	(2.591.561)
Custos da energia comprada			(1.453.716)	(1.610.725)
Encargos de uso da rede elétrica e encargos de serviços de sistema			(557.829)	(604.949)
Materiais	(540)		(36.598)	(36.209)
Serviços de terceiros	(9.094)	(13.244)	(296.787)	(239.282)
Outros custos operacionais	(8.572)	(11.820)	(135.416)	(100.396)
Valor adicionado bruto	(26.168)	(12.026)	3.645.170	3.401.752
Depreciações e amortizações	(14.484)	(9.941)	(287.450)	(239.824)
Valor adicionado líquido gerado	(40.652)	(21.967)	3.357.720	3.161.928
Receitas financeiras	35.993	56.594	321.409	269.863
Participação minoritária			(34.545)	(3.089)
Resultado da equivalência patrimonial	437.391	454.621	1.007	(3.713)
Valor adicionado total a distribuir	432.732	489.248	3.645.591	3.424.989
Distribuição do valor adicionado				
Remuneração do trabalho	8.374	12.448	248.442	217.666
Encargos sobre a folha de pagamento (exceto INSS)	1.114	1.007	44.703	14.046
Impostos, taxas e contribuições	17.238	22.617	2.463.779	2.308.605
Despesas financeiras	11.120	12.362	470.462	404.550
Aluguéis	766	1.408	21.366	37.288
Partes beneficiárias			2.719	3.428
Dividendos	169.914	151.241	169.914	151.241
	208.526	201.083	3.421.385	3.136.824
Lucro do exercício após dividendos	224.206	288.165	224.206	288.165
	432.732	489.248	3.645.591	3.424.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	394.120	439.406	394.120	439.406
Participação minoritária			34.545	3.089
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades				
Consumidores e concessionárias			(35.336)	108.595
Impostos e contribuições sociais diferidos, líquidos			(1.527)	(94.149)
Impostos e contribuições sociais correntes				(58.154)
Impostos e contribuições sociais compensáveis			(28.536)	
Depreciações e amortizações	14.484	9.941	287.450	239.823
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	(349)	331	9.712	12.518
Despesas pagas antecipadamente			(59.407)	(57.386)
Fornecedores			78.812	(28.379)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	9.350	29.055	370.361	318.627
Obrigações estimadas - provisão			20.352	
Benefícios pós-emprego - CVM nº 371			42	1.249
Provisões para contingências	13.363	4.796	41.069	26.038
Diferimento tarifário			(104.104)	(169.533)
Devolução tarifária - ajuste do valor homologado				37.614
Atualização monetária recebíveis	(851)		(851)	
Partes beneficiárias			2.719	3.428
Participações societárias	(437.391)	(454.621)	(1.007)	3.714
Perda com investimentos			286	
Baixa/provisão p/perdas ativo permanente		45.538		(51.927)
Reversão da provisão de contas a pagar	(2.355)		(2.355)	
Provisão para passivo a descoberto	9.991		9.991	
Encargos regulamentares e setoriais			54.782	14.032
Outros			(6.263)	(3.342)
	362	74.446	1.064.855	745.263
(Aumento) diminuição de ativos				
Consumidores e concessionárias			199.368	167.641
Programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica			71	9.956
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(6.363)	(22.330)	(118.930)	(75.791)
Estoques			620	4.116
Cauções e depósitos vinculados	(1.953)	(2.673)	(57.617)	(64.199)
Despesas pagas antecipadamente	(118)	14	(2.313)	147.691
Contas a receber de controladas	291	141.321		
Contas a receber da Petrobras				71.701
Outros créditos	(569)	125	(12.760)	(61.875)
	(8.712)	188.158	8.439	199.240

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores	927	(3.287)	(30.365)	(23.297)
Impostos e contribuições sociais correntes	(10.867)	11.999	103.098	55.567
Impostos e contribuições sociais diferidos			(2.164)	14.867
Devolução tarifária			(75.573)	(26.719)
Obrigações estimadas	(66)	7	2.162	3.311
Provisões para contingências	11.879		7.084	
Outras obrigações	(721)	(4.432)	(1.497)	(24.010)
	1.152	4.287	2.745	(281)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(7.198)	266.891	1.076.039	944.222
Atividades de investimento				
Adições ao investimento	(39.666)	(810.596)	(123)	(42.781)
Baixas (adições) ao investimento - desverticalização		(113.773)		29.411
Redução (aumento) no imobilizado (2006 - redução no percentual de 26,70 para 23,0576% e 2005 - aumento no percentual de 16,33 para 26,70%)			27.727	(174.385)
Adições ao imobilizado tangível e intangível	(542)	(573)	(830.037)	(1.150.710)
Adições ao diferido		(192)	57	7.021
Obrigações vinculadas à concessão			60.292	62.221
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(40.208)	(925.134)	(742.084)	(1.269.223)
Atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(10.689)	(65.755)	12.927	(127.594)
AFAC's	(5.700)	8.413	34.001	16.385
Aumento de capital		1.858.876		1.858.876
Ágio na incorporação de sociedade controladora - líquido			35.348	(182.943)
Recesso de minoritários		(14)		(14)
Incorporação saldos das disponibilidades da Iven S.A. na EDP				35.348
Dividendos (pagos) recebidos	(4.572)	(16.766)	(157.903)	(74.649)
Empréstimos e financiamentos e debêntures - ingressos		130.247	2.018.503	1.784.389
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(4.356)	(1.095.285)	(2.283.314)	(2.884.775)
Empréstimos e financiamentos - juros capitalizados			60.429	97.162
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(25.317)	855.064	(315.357)	522.185
Aumento nas disponibilidades	(72.723)	196.821	18.598	197.184
Disponibilidades no final do exercício	187.273	259.996	596.323	577.725
Disponibilidades no início do exercício	259.996	63.175	577.725	380.541
	(72.723)	196.821	18.598	197.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 - Contexto operacional

A EDP - Energias do Brasil S.A., Companhia de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, tem como objeto social participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; gerir ativos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades. A Companhia pode, ainda, prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil e/ou no exterior.

A geradora de energia elétrica Enerpeixe S.A., Companhia controlada em associação com Furnas Centrais Elétricas S.A., que tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical e do Sistema de Transmissão Associado, localizados no Estado do Tocantins, iniciou suas operações de suprimento de energia em março de 2006, inicialmente através de energia adquirida das empresas ligadas Furnas e Enertrade e, posteriormente, pela entrada em operação de suas três turbinas nos meses de junho, julho e setembro de 2006, mês em que alcançou sua potência total instalada de 452 MW e energia assegurada de 271 MW, através da geração própria. Tal fato afeta a comparabilidade das demonstrações financeiras entre os exercícios de 2006 e 2005.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2006 e 2005, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2005, publicadas em 23 de fevereiro de 2006.

Em atendimento às determinações da Deliberação CVM nº 488, de 3 de outubro de 2005, foram efetuadas as seguintes reclassificações, aberturas e adaptações nestas demonstrações e nas notas explicativas, visando o adequado atendimento da referida norma:

- Segregação no Balanço Patrimonial entre Circulante e Não Circulante;
- Resultado financeiro segregado em Receitas financeiras e Despesas financeiras;
- Segregação do Ativo imobilizado entre Tangível e Intangível.

Para a melhoria da comparabilidade das demonstrações financeiras do grupo econômico, foram efetuadas as seguintes alterações nos valores apresentados nas demonstrações financeiras de 2005:

No Ativo Circulante

- Reclassificação de Programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica para Outros créditos.

No Passivo Circulante

- Reclassificação dos saldos de Folha de pagamento para Outras contas a pagar;
- Reclassificação dos saldos de Partes relacionadas para Fornecedores e Encargos de dívidas;
- Inclusão da rubrica Encargos regulamentares e setoriais, correspondente aos valores a pagar de Eficiência energética, Pesquisa e desenvolvimento, Encargos de capacidade emergencial e Encargos de aquisição de energia elétrica emergencial, anteriormente classificados na rubrica Outras contas a pagar e as quotas de CCC, CDE, RGR e Taxa de fiscalização anteriormente classificados na rubrica de Taxas regulamentares.

Na Demonstração do Resultado

- Reclassificação da receita com energia de curto prazo da rubrica Suprimento de energia elétrica para Outras receitas;
- Inclusão da rubrica Disponibilização do sistema de distribuição e transmissão, cujos saldos estavam anteriormente classificados na rubrica Outras receitas;
- Inclusão da rubrica Partes beneficiárias e a correspondente reclassificação da rubrica Despesas financeiras;
- Reclassificação da rubrica de Adiantamentos para futuros aumentos de capital para Participações minoritárias, do valor correspondente a aumento de capital de terceiros em controladas.

Adicionalmente, determinadas reclassificações foram feitas nas demonstrações do Fluxo de caixa e das Origens e aplicações de recursos de 31 de dezembro de 2005, para permitir comparabilidade com os valores apresentados em 31 de dezembro de 2006.

Para aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando as seguintes informações complementares:

- Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Demonstrações dos Fluxos de Caixa preparadas de acordo com a NPC 20, emitida pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
- Demonstrações do Valor Adicionado
Demonstração do Valor Adicionado, nos moldes do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/06 e Resolução CFC nº 1010/05, que tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 - Demonstrações financeiras

a) Disponibilidades

Estão representadas, basicamente, por saldos mantidos em contas bancárias e incluem aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando esta última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Títulos a receber

Estão registrados ao custo e, por conservadorismo contábil, as respectivas remunerações contratadas somente são reconhecidas quando recebidas. São representados por Contratos Particulares de Cessão de Créditos, correspondentes a precatórios recebidos de diversas Prefeituras Municipais de Mato Grosso do Sul.

c) Consumidores e concessionárias incluem:

- Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias distribuidoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada (Nota 6);
- Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1);
- Os saldos a receber relativos à Recomposição Tarifária Extraordinária - Perda de receita e Energia livre (Nota 7.1);
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, como segue:

Clientes da Classe	Vencidos há mais de
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias

d) Estoques

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado, sendo que, os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no Ativo circulante e, aqueles destinados a projetos, são classificados no Ativo não circulante, na rubrica Imobilizado tangível.

e) Despesas pagas antecipadamente (Nota 8)

Refere-se principalmente a:

- CVA - Conta de compensação de variação dos itens integrantes da Parcela "A" e respectivos encargos. Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 296 e nº 116, de 25 de outubro de 2001 e 4 de abril de 2003, respectivamente, Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e Resoluções complementares da ANEEL. Os saldos de CVA estão apresentados nos Balanços Patrimoniais pelo valor líquido.
- Outros ativos regulatórios - outros custos tarifários excedentes, reconhecidos pelo regulador na base de cálculo do valor das tarifas e amortizado pelo faturamento de energia aos consumidores no próximo ciclo tarifário.
- Outros - incluem gastos com emissão de debêntures e outras operações financeiras cuja amortização desses gastos é registrada de forma linear, no prazo de liquidação das obrigações que as originaram.

f) Investimentos (Nota 16)

As participações societárias em controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição e/ou corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, líquidos de provisão para perda, quando aplicável.

g) Imobilizado tangível e intangível (Nota 17)

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras (Nota 30). O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável), que financiou as obras em andamento conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

As Obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificadoras do Imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados à execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

h) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 18)

Inclui principalmente o saldo a pagar a fornecedores de energia elétrica e o saldo de Energia livre a pagar a geradoras de energia elétrica e valores a pagar do consórcio responsável pela fabricação e montagem dos equipamentos eletromecânicos aplicados em Peixe Agical.

j) Empréstimos e financiamentos, Encargos de dívidas e Debêntures (Notas 19 e 20)

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos e, quando

aplicável, acrescidos e/ou reduzidos por ganhos e perdas das operações de *hedge*, incorridos até a data do balanço.

k) Provisões para contingências (Nota 24)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 9, 10 e 32)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

n) Benefícios pós-emprego (Nota 21)

Há três fundos patrocinados por empresas do grupo Energias do Brasil: Fundação Cesp (patrocinado pela Bandeirante), Fundação Escelsa de Seguridade Social - ESCELSOS (patrocinado pela Escelsa e Energest) e Fundação Enersul (patrocinado pela Enersul e Energest).

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2006.

A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores vêm sendo apurados e registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 e NPC 26 do IBRACON.

o) Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade total de ações na data do balanço.

p) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

q) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 3.n.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Receita de fornecimento não faturado;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

- Provisão para perdas - perda de receita e Energia livre;
- Ativos e passivos regulatórios decorrentes de revisão e reajustes tarifários;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias;
- Provisões para contingências; e
- Planos de benefícios pós-emprego.

r) Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, as distribuidoras de energia elétrica, como agentes integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, exerceram a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

3.2 - Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, abrangendo a EDP - Energias do Brasil S.A., suas controladas (conforme descrito na Nota 16) e a controlada em conjunto Investco S.A. (na proporção de participação societária da subsidiária integral EDP Lajeado Energia S.A., em 23,0576%). Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do grupo.

As principais práticas adotadas de consolidação foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da controladora nas companhias controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as companhias controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre estas companhias controladas; e
- Destaque da participação dos acionistas minoritários no balanço patrimonial e na demonstração do resultado.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

4 - Ativos e passivos regulatórios

Apresenta-se abaixo quadro sintético com os ativos e passivos regulatórios contidos nos Balanços Patrimoniais:

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Consumidores e concessionárias				
Recomposição tarifária extraordinária - perda de receita (Nota 7.1)	135.326	156.522	81.387	133.185
(-) Provisão para perdas - perda de receita	(62.619)	(17.498)	(81.387)	(70.407)
Recomposição tarifária extraordinária - energia livre (Nota 7.1)	78.355	88.080	59.690	100.161
(-) Provisão para perdas - energia livre	(38.677)	(35.668)	(59.690)	(78.780)
PIS e COFINS das geradoras	9.003	9.610		
Outros ativos regulatórios	27.444	4.965	6.239	209
Outros créditos				
Perda de receita - baixa renda	18.419	10.361		
PERCEE	9	101		
Despesas pagas antecipadamente				
PIS e COFINS - majoração de alíquota (Nota 8.2)	29.730	32.626	19.930	86.897
Fornecimento não faturado - diferimento tarifário (Nota 8.3)	95.467	147.888		
Parcela "A" (Nota 7.2.1)	117.893		183.552	261.884
CVA - ativa (Nota 8.1)	252.525	188.788	48.623	49.099
(-) CVA - passiva (Nota 8.1)	(107.954)	(123.557)	(34.729)	(45.868)
Total de ativos regulatórios	554.921	462.218	223.615	436.380
Fornecedores				
Energia livre (Nota 7.1)	(123.342)	(94.035)	(68.830)	(94.483)
(-) Provisão para perdas - repasse de energia livre (Nota 7.1)	38.677	35.668	59.690	78.780
PIS e COFINS das geradoras		(9.122)		
Devolução tarifária (Nota 15)		(75.573)		
Outras contas a pagar				
PIS e COFINS das geradoras	(7.195)			
Ganhos de receita - baixa renda	(4.627)	(3.825)		
Outros passivos regulatórios	(19)			
Total de passivos regulatórios	(96.506)	(146.887)	(9.140)	(15.703)
Total ativos (-) passivos regulatórios	458.415	315.331	214.475	420.677

5 - Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira é a seguinte:

	Tipo	Vencimento	Consolidado	
			31/12/2006	31/12/2005
Banco Pactual S.A.	NBC-E	16/11/2006		50.012
Banco BBA Creditanstalt S.A.	NBC-E	12/10/2006		56.632
			-	106.644

6 - Consumidores e concessionárias

	Consolidado						
	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2006	Saldo líquido em 31/12/2005
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	113.287	96.000	28.086	237.373	(28.406)	208.967	171.491
Industrial	32.065	25.150	9.851	67.066	(18.360)	48.706	61.673
Comércio, Serviços e Outras Atividades	46.828	33.616	38.975	119.419	(29.606)	89.813	73.930
Rural	8.148	8.772	4.426	21.346	(1.272)	20.074	16.149
Poder Público							
Federal	3.463	903	2.834	7.200	(427)	6.773	5.215
Estadual	6.965	5.127	1.281	13.373	(1.324)	12.049	8.304
Municipal	8.285	3.462	3.221	14.968	(1.384)	13.584	12.023
Iluminação Pública	13.268	5.069	10.044	28.381	(4.109)	24.272	18.123
Serviço Público	8.021	4.926	4.637	17.584	(177)	17.407	9.856
Fornecimento não faturado	254.378			254.378		254.378	222.921
Parcelamentos de débitos	49.135	4.607	12.150	65.892	(20.599)	45.293	47.345
Outros créditos	12.935	1.792	316	15.043	(1.579)	13.464	14.749
Ativo regulatório							
Fornecimento não faturado - diferimento tarifário				-		-	10.091
Perdas de receita	135.326			135.326	(62.619)	72.707	139.024
Energia livre	78.355			78.355	(38.677)	39.678	52.412
PIS e COFINS das geradoras				-		-	9.610
Outros ativos regulatórios	27.444			27.444		27.444	4.965
	<u>797.903</u>	<u>189.424</u>	<u>115.821</u>	<u>1.103.148</u>	<u>(208.539)</u>	<u>894.609</u>	<u>877.881</u>
Concessionárias							
Suprimento - convencional	24.632	2.892	37.264	64.788	(40.156)	24.632	45.409
Energia de curto prazo	12.859		3.147	16.006		16.006	7.894
PIS e COFINS das geradoras	9.003			9.003		9.003	
Encargos de uso da rede elétrica	11.899			11.899		11.899	8.255
Outros	20.232		502	20.734		20.734	22.735
	<u>78.625</u>	<u>2.892</u>	<u>40.913</u>	<u>122.430</u>	<u>(40.156)</u>	<u>82.274</u>	<u>84.293</u>
Total circulante	<u>876.528</u>	<u>192.316</u>	<u>156.734</u>	<u>1.225.578</u>	<u>(248.695)</u>	<u>976.883</u>	<u>962.174</u>
Não circulante							
Consumidores							
Industrial	28.938			28.938		28.938	28.325
Comércio, Serviços e Outras Atividades	107			107		107	145
Poder Público							
Municipal	12			12		12	12
Parcelamentos de débitos	45.813			45.813		45.813	29.858
Outros créditos	7.247			7.247		7.247	7.247
Ativo regulatório							
Perdas de receita	81.387			81.387	(81.387)	-	62.778
Energia livre	59.690			59.690	(59.690)	-	21.381
Outros ativos regulatórios	1.818		4.421	6.239		6.239	209
	<u>225.012</u>	<u>-</u>	<u>4.421</u>	<u>229.433</u>	<u>(141.077)</u>	<u>88.356</u>	<u>149.955</u>
Concessionárias							
Energia de curto prazo	13.013			13.013		13.013	13.565
Outros	20.168			20.168		20.168	18.330
	<u>33.181</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.181</u>	<u>-</u>	<u>33.181</u>	<u>31.895</u>
Total não circulante	<u>258.193</u>	<u>-</u>	<u>4.421</u>	<u>262.614</u>	<u>(141.077)</u>	<u>121.537</u>	<u>181.850</u>



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

6.1 - Energia de Curto Prazo e Suprimento Leilão

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	
			Encargo de serviços de sistema
	Venda	Compra	
Saldo em 31 de dezembro de 2005	21.459	883	2.920
Acréscimos	88.981	17.711	19.409
Liquidações	(81.421)	(15.058)	(19.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2006	<u>29.019</u>	<u>3.536</u>	<u>3.146</u>

Refere-se, principalmente, às transações de venda, compra de energia e encargos de serviços de sistema, realizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parte dos valores do ativo está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

6.2 - Concessionárias - outros

Os valores de R\$20.168 (R\$18.330 em 2005) no Ativo não circulante (Nota 6) e de R\$18.953 (R\$14.349 em 2005) no Passivo não circulante (Nota 15), referem-se a montantes a receber e a pagar, respectivamente, entre a controlada Bandeirante Energia S.A. e a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, em decorrência da cisão parcial da Bandeirante realizada em 1º de outubro de 2001, conforme os termos estabelecidos no protocolo de cisão.

Não há discordâncias entre as partes sobre os saldos atualmente registrados, a receber e a pagar, que deverão ser oportunamente liquidados.

6.3 - Suprimento convencional

O saldo de Suprimento de energia inclui valores faturados pela controlada Enertrade contra a Ampla Energia e Serviços S.A. - "AMPLA" (anteriormente denominada Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - CERJ), vencidas e a vencer, no total de R\$42.867 (R\$31.211 em 2005), sendo que o montante de R\$40.156 (R\$27.585 em 2005) está em discussão entre as partes, em função de divergência entre o preço contratado pela AMPLA junto a Enertrade e o valor autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para repasse às tarifas aos consumidores finais da AMPLA.

Nessa discussão, a Enertrade obteve liminar em mandado de segurança suspendendo os efeitos do ofício da ANEEL que não reconheceu o valor do preço contratado pela AMPLA, e também entende que o contrato já havia sido tacitamente aprovado pela ANEEL, nos termos do artigo 1º, incisos 3º e 4º da Resolução ANEEL nº 22/1999. Em descumprimento a essa liminar, a AMPLA tem efetuado os pagamentos das faturas emitidas pela Enertrade de forma parcial, correspondentes à parte do valor da tarifa contratada que, segundo a ANEEL, seria aquela possível de repasse pela AMPLA aos seus consumidores finais.

A Administração da Enertrade acredita que essa discussão, realizada na forma pactuada contratualmente, seja finalizada no exercício de 2007, assim como de que terá seus direitos contratuais garantidos.

Entretanto, por conservadorismo contábil, foi registrada no exercício de 2006 provisão para créditos de liquidação duvidosa correspondente ao valor em discussão, cuja contrapartida no resultado do exercício foi contabilizada no grupo de Despesas com vendas.

7 - Acordo geral do setor elétrico

O Acordo geral do setor elétrico, ao qual as Companhias distribuidoras aderiram em 20 de dezembro de 2001, estabeleceu condições para solução de controvérsias contratuais e administrativas, eliminando a possibilidade de ocorrência de litígios judiciais ou extrajudiciais sobre questões relativas ao período de racionamento.

Os principais pontos do acordo são listados a seguir:

- Declaração de Desistência/Renúncia;
- Acordo de Compra de Sobras Líquidas Contratuais;
- Acordo de Reembolso de Energia livre;
- Termos Aditivos aos Contratos Iniciais; e
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Com base na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e demais regras legais, foi apurado o montante de Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE aplicável a cada concessionária de distribuição de energia elétrica, com o objetivo de neutralizar os efeitos de perda de receita decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, que vigorou no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002.

Paralelamente, foram apuradas as variações mensais de custos não gerenciáveis (Parcela "A"), relacionando ainda, as parcelas de custo adicional com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Energia livre) a serem repassados para as geradoras.

Para o ressarcimento do montante da Perda de receita, Energia livre e Parcela "A", em atendimento às disposições da Medida Provisória nº 14 (convertida na Lei nº 10.438/02),

foi concedido a partir de janeiro de 2002 o reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicável aos consumidores residenciais (exceto os de baixa renda), rurais e Iluminação Pública e de 7,9% para os demais consumidores.

No exercício de 2002 foram liberados recursos equivalentes a 90% dos montantes homologados de Perda de receita e de Parcela "A", relativos à abertura de crédito no âmbito do PERCEE, através de contratos de financiamento com o BNDES assinados em 13 de fevereiro de 2002 (Nota 20.5).

A Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004, retificou para R\$231.666 o montante de Energia livre anteriormente homologado para as distribuidoras do grupo pela Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2002 (Nota 7.1), alterou para 63 meses para a Bandeirante, 69 meses para a Escelsa e 73 meses para a Enersul, o prazo máximo de permanência da RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica anteriormente estabelecido pela Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002, excluiu deste prazo o montante relativo às variações dos itens da Parcela "A" verificadas no exercício de 2001 e estabeleceu que a sua recuperação se dará por mecanismo equivalente ao previsto no art. 4º da Lei nº 10.438/02 e que, para as distribuidoras, como concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica localizadas no Sistema Interligado Nacional sujeita ao PERCEE, essa recuperação se dará imediatamente após o final da RTE prevista no art. 4º da Lei nº 10.438/02, pelo prazo necessário para atingir o montante homologado pela Resolução ANEEL nº 482, de 29 de agosto de 2002.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.1 - Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Perda de receita e Energia livre

A composição da RTE é a seguinte:

Itens	Consolidado					
	Número do Instrumento de Homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a amortizar	
					31/12/2006	31/12/2005
Perda de receita	Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04	514.868	381.875	(680.030)	216.713	289.707
Provisão para perdas					(144.006)	(87.905)
					<u>72.707</u>	<u>201.802</u>
Itens	Número do Instrumento de Homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a amortizar	
					31/12/2006	31/12/2005
Energia livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04	231.666	158.858	(252.479)	138.045	188.241
Provisão para perdas					(98.367)	(114.448)
					<u>39.678</u>	<u>73.793</u>

De acordo com estudos elaborados pelas Administrações das distribuidoras, periodicamente revisados, as projeções revelam que, nos prazos máximos estabelecidos, haverá insuficiência de recuperação de partes desses ativos na Bandeirante e na Escelsa, razão pela qual, por prudência, foram constituídas provisões para perdas. No exercício, para a parcela da RTE que afeta patrimonialmente a Bandeirante e Escelsa, qual seja a Perda de receita, houve complemento de provisão no valor de R\$38.638 e R\$17.463, respectivamente, em função da determinação da ANEEL quanto à redistribuição da arrecadação da RTE entre Perda de receita e Energia livre registradas desde o início da arrecadação no ano de 2002 e também em função de atualizações dos estudos de recuperabilidade desse ativo, cuja contrapartida no resultado do exercício foi registrada no grupo de Receitas financeiras.

As Administrações da Bandeirante e Escelsa, no entanto, baseadas na própria legislação instituidora da RTE e, especialmente, nos termos do Acordo Geral do Setor Elétrico, estão envidando todas as gestões visando a plena recuperação dos referidos créditos.

Os valores referentes à Energia livre referem-se à energia elétrica gerada e não vinculada a contratos iniciais ou equivalentes.

Atualização monetária

A Resolução ANEEL nº 31, de 24 de janeiro de 2002 e o Ofício Circular ANEEL nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005, determinaram que o saldo remanescente da RTE seja remunerado pela taxa de juros equivalente à cobrada, de cada distribuidora, nas operações de financiamento de que trata o art. 5º da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, decorrente do programa de financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e, na ausência dessa operação financeira, seja utilizada a taxa Selic.

No exercício foi contabilizado, para Perda de receita o montante de R\$40.142 (R\$80.308 em 2005) e, para Energia livre o montante de R\$41.193 (R\$49.952 em 2005), ambos registrados em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Receitas financeiras. Para Energia livre, ato contínuo foi registrado na rubrica de Fornecedores em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Despesas financeiras, em função do repasse às geradoras.

A composição da RTE no passivo é a seguinte:

Itens	Consolidado					
	Número do Instrumento de Homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a amortizar	
					31/12/2006	31/12/2005
Energia livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04	231.666	179.824	(219.318)	192.172	188.518
(-) Provisão Energia livre não recuperável					(98.367)	(114.448)
					<u>93.805</u>	<u>74.070</u>

Para o mesmo montante de Energia livre, registrado no exercício de 2001, foi registrada uma obrigação no Passivo circulante e Não circulante na rubrica Fornecedores de energia elétrica, com o correspondente débito no resultado na rubrica Energia elétrica comprada para revenda.

7.2 - Variação dos itens da Parcela "A"

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica estabelecem, na composição das tarifas praticadas pelas concessionárias, valores para cada item de custos exógenos, imputáveis à despesa operacional, integrantes da variável denominada Parcela "A", da fórmula do "Índice de Reajuste Tarifário - IRT", demonstrados a seguir:

- Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Encargos de Serviços de Sistema - ESS;

- Energia comprada;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão;
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- Contrato de Compra de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR; e
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

Com o advento das Medidas Provisórias nºs 2.227 e 14 (convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002), de 4 de setembro de 2001 e 21 de dezembro de 2001, respectivamente, e da Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, foi instituída uma conta gráfica, para registro da compensação de diferenças, positivas ou negativas, entre os valores pagos de cada item, de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001.

Os registros foram efetuados no Ativo não circulante na rubrica Despesas pagas antecipadamente, que tiveram contrapartidas no resultado na rubrica Gastos operacionais, pela respectiva natureza.

7.2.1 - Composição da variação de itens da Parcela "A" homologados pela ANEEL

Itens	Consolidado					
	Número do Instrumento de Homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a amortizar	
					31/12/2006	31/12/2005
Parcela "A"	Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04	124.906	176.539		301.445	261.884

Atualização monetária

Os montantes homologados para as distribuidoras estão atualizados nos termos definidos no Ofício Circular ANEEL nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005 e, no exercício, foi contabilizado o montante de R\$39.558 (R\$35.987 em 2005), registrado em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Receitas financeiras.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

8 - Despesas pagas antecipadamente

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Parcela "A" (Nota 7.2.1)	117.893		183.552	261.884
CVA - Conta de compensação de variação de custos da parcela "A", líquida (Nota 8.1)	144.571	65.231	13.894	3.231
PIS e COFINS - majoração de alíquota (Nota 8.2)	29.730	32.626	19.930	86.897
Fornecimento não faturado - diferimento tarifário (Nota 8.3)	95.467	147.888		
Antec. da cobertura de operações de hedge (Nota 8.4)	7.659	7.575	14.205	21.447
Outros	9.427	6.152	11.681	12.193
Total	404.747	259.472	243.262	385.652

8.1 - CVA - Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"

	Consolidado							
	Ativo				Passivo			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	
Bandeirante								
De 26/10/2001 a 23/09/2002		2.586	307		218		26	
De 24/09/2002 a 23/09/2003	6.679	55.390	6.362	2.428	19.233		2.313	
De 24/09/2003 a 23/09/2004		7.201			3.407			
De 24/09/2004 a 23/09/2005	209	38.044		246	45.086			
De 24/09/2005 a 23/09/2006	55.703		11.814	15.180			18.538	
De 24/09/2006 a 31/12/2006	6.145		18.434	3.290		9.870		
Escelsa								
De 08/08/2002 a 07/08/2003	12.088	17.990		3.355	4.973			
De 08/08/2003 a 07/08/2004		1.694			1.185			
De 08/08/2004 a 07/08/2005	8.577	23.979			22.276			
De 08/08/2005 a 07/08/2006	123.361	16.630	25.659	61.051	16.600		23.241	
De 08/08/2006 a 31/12/2006	18.136		25.390	16.882		23.635		
Enersul								
De 08/03/2002 a 07/03/2003	4.465	12.852		1.129	3.250			
De 08/03/2003 a 07/03/2004		3.872			863			
De 08/03/2004 a 07/03/2005	129	5.394		13	1.217			
De 08/03/2005 a 07/03/2006	2.637	3.156	4.957	708	5.249		1.750	
De 08/03/2006 a 31/12/2006	14.396		4.799	3.672		1.224		
Total	252.525	188.788	48.623	49.099	107.954	123.557	34.729	45.868

Refere-se a variações dos itens da Parcela "A", apuradas nos termos da Nota 7.2.

Os valores estão atualizados pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R\$24.191 (R\$29.249 em 2005) em contrapartida ao Resultado financeiro. No exercício foi amortizado o montante de R\$106.747 (R\$137.048 em 2005).

8.2 - PIS e COFINS - majoração de alíquota

Ativo regulatório constituído nas distribuidoras em razão das alterações introduzidas pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, as quais majoraram a alíquota do PIS de 0,65% para 1,65% e da COFINS de 3% para 7,6%, cujos efeitos financeiros são repassados às tarifas.

8.3 - Fornecimento não faturado - diferimento tarifário

Em decorrência da primeira revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da distribuidora Enersul, em 8 de abril de 2003, a ANEEL fixou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia resultando em aumento de 42,26%, dos quais 32,59% foram aplicados sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2003, ficando a diferença para ser recuperada em quatro parcelas de R\$55.253, nos anos de 2004 a 2007.

Em 8 de abril de 2004, a ANEEL alterou esse percentual, ainda em caráter provisório, para 43,59% e redistribuiu o parcelamento da diferença em quatro parcelas cumulativas no valor de R\$28.389 cada, a serem adicionadas à receita nos reajustes tarifários dos anos de 2004 a 2007.

Em 8 de abril de 2005, a ANEEL alterou esse percentual novamente, agora em caráter definitivo, para 50,81% redistribuindo o parcelamento da diferença em quatro parcelas cumulativas no valor de R\$46.601 cada, a serem adicionadas à receita nos reajustes tarifários dos anos de 2004 a 2007.

O montante relativo ao citado parcelamento está sendo registrado ano a ano no Ativo circulante e no não circulante e será recuperado pela inclusão nas contas de energia elétrica no período iniciado em 8 de abril de 2004 e findo em 7 de abril de 2008. O reposicionamento tarifário relativo à primeira revisão tarifária periódica da Enersul foi homologado em caráter definitivo, conforme Resolução 072/ANEEL, de 06/04/05, concluindo o processo da primeira revisão tarifária periódica. No exercício, foi apropriado o montante de R\$104.104 (R\$169.533 em 2005) e amortizado o montante de R\$156.525 (R\$98.205 em 2005).

8.4 - Antecipação de cobertura de operações de Hedge

Referem-se a pagamentos de ajustes nos fluxos financeiros futuros projetados, ajustados a valor presente, dos instrumentos de hedge basicamente para o valor total do financiamento obtido pela distribuidora Bandeirante junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Nota 20), previstos contratualmente para redução da exposição ao risco de crédito para ambas as partes. A amortização desses valores para resultado ocorrerá durante o período de liquidação do financiamento, até o ano de 2012.

9 - Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Compensáveis - Ativo						
Imposto de renda e contribuição social - correntes	31.232	29.102	180.595	87.787		1.962
ICMS			31.191	33.854	52.605	41.900
PIS e COFINS	216	211	51.815	19.013	137	
Outros	28.172	2.275	48.482	11.174		
Total	59.620	31.588	312.083	151.828	52.742	43.862
A recolher - Passivo						
Imposto de renda e contribuição social - correntes	22.925	4.595	147.514	56.592	796	
ICMS			124.469	106.363	6.666	10.609
PIS e COFINS		11.871	56.503	52.837		1.064
Outros	1.799	305	66.751	33.132		
Total	24.724	16.771	395.237	248.924	7.462	11.673



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

10.1 - Ativo

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, nas controladas Bandeirante, Escelsa, Enersul e Enertrade, no prazo máximo de 10 anos.

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
IR sobre prejuízos fiscais	24.189	28.492	263.803	289.484
CSLL sobre base negativa	9.869	10.406	98.367	109.225
IR e CSLL sobre demais adições temporárias	158.704	44.725	100.962	150.233
IR e CSLL sobre provisão para déficit previdenciário - PSAP	1.444	1.721	14.430	18.928
IR e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio	13.944	12.361	254.443	268.385
Total	208.150	97.705	732.005	836.255

Baseado nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, computados de acordo com a Instrução CVM nº 371, estima-se a recuperação dos créditos tributários Não circulantes nos seguintes exercícios:

2008	2009	2010	2011	2012	Após 2012	Não circulante
171.350	136.732	142.166	112.775	76.018	92.964	732.005

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, as Administrações das controladas elaboraram, em 31 de dezembro de 2006, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, as quais foram aprovadas pelos Conselhos de Administração. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

10.1.1 - O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela das obrigações por benefícios excedentes aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo benefício definido na controlada Bandeirante, cuja provisão em 31 de dezembro de 2001 foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

10.1.2 - O crédito fiscal do ágio é proveniente:

a) na Bandeirante, da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da Bandeirante;

b) na Escelsa, da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da controladora EDP - Energias do Brasil S.A., representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da Escelsa; e

c) na Enersul, da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da anterior controladora Magistra Participações S.A., representada pelo ágio pago pela Magistra, quando da aquisição de ações de emissão da Enersul.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, serão amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das Companhias, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$6.086 para a Bandeirante até o ano de 2027, R\$1.860 para Escelsa entre os anos de 2007 e 2025 e R\$5.011 para a Enersul até o ano de 2027.

10.1.3 - A projeção de resultados tributáveis futuros indica que as controladas apresentam base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto aos créditos relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados

nas Notas 10.1.1 e 10.1.2, os mesmos serão realizados financeiramente até 2017 e 2027, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

10.2 - Passivo

	Consolidado	
	31/12/2006	31/12/2005
Imposto de renda	70.480	66.555
Contribuição social	25.372	23.959
PIS	1.125	1.470
COFINS	5.167	6.761
	102.144	98.745
Circulante	86.400	64.369
Não circulante	15.744	34.376
Total	102.144	98.745

11 - Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação.

	Controladora				Consolidado					
	Ativo		Passivo		Receitas (despesas)		Receitas (despesas)			
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	2006	2005	31/12/2006	31/12/2005	2006	2005
Outros créditos										
Bandeirante		290				4.110				
Partes relacionadas										
Bandeirante	4.711				4.711					
Escelsa	3.557			7	3.557					
Enersul	2.871	77	1		2.932	163				
Energgest	36.133				566					
CESA	73.412	32.069			4.819					
Pantanal	15.038	55								
Escelsapar	1.367	2.446			291	213				
Enertrade	56.145	1			947					
ESC90	24.189	31.115			13.533	13.937	24.325	30.511	13.533	13.937
Outras								1.250		
	217.423	65.763	1	7	31.356	14.313	24.325	31.761	13.533	13.937
Total	217.423	66.053	1	7	31.356	18.423	24.325	31.761	13.533	13.937

Os saldos com Bandeirante, Escelsa e Enersul, referem-se a compartilhamento no exercício de 2006 de despesas de pessoal, material e serviços da EDP - Energias do Brasil S.A. e, com as demais empresas, referem-se a mútuos financeiros.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 - Cauções e depósitos vinculados

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Depósitos judiciais (Nota 24)	2.080	127	2.546	2.546	4.733	174	213.530	173.396
Cauções e depósitos vinculados					11.646	10.611	20.184	1.617
Títulos caucionados - Sec. do Tesouro Nacional							5.848	6.261
Total	2.080	127	2.546	2.546	16.379	10.785	239.562	181.274

13 - Contas a receber da Petrobras

Refere-se à venda de 80% da participação detida na Fafen Energia S.A. à Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A., ocorrida em 27 de dezembro de 2004, no valor total de R\$96.000 (20% já era devido pela Petrobras), vencível em três parcelas representadas por notas promissórias, a título de "pro solvendo", emitidas pela Petrobras, acrescidas de variação acumulada do IGP-M a partir do dia 27 de dezembro de 2004 até a data de cada vencimento.

A liquidação do montante se deu de forma parcial, pelo recebimento dos valores originais de R\$48.000 e R\$24.000 liquidados em janeiro de 2005 e dezembro de 2005, respectivamente, enquanto o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2006, referente à parcela no valor original de R\$24.000, com vencimento em 27 de dezembro de 2006, foi liquidado em 19 de janeiro de 2007, todas acrescidas da remuneração mencionada no parágrafo anterior.

14 - Adiantamentos para futuros aumentos de capital

	Controladora		Consolidado			
	Ativo		Ativo		Passivo	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Energest	35.040	29.340				
Investco			1.976	216		
Couto Magalhães			1.256	1.211		
Energouto					1.656	1.612
Total	35.040	29.340	3.232	1.427	1.656	1.612

15 - Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Outros créditos - Ativo								
Adiantamento a empregados	142	64			2.338	2.478		
Adiantamento a fornecedores	225	135			7.205	6.418		
Bens destinados à alienação					51	127	660	919
Cheques devolvidos					448	878		
Créditos a receber - clientes					911	1.850		
Desativação em curso					6.673	3.390		
Dispêndios a reembolsar	343				7.390	1.953		178
Padrão baixa renda					972	1.249		
Perda de receita - baixa renda					18.419	10.361		
RGR a compensar					2.972	175		
Serviços em curso					14.045	16.177		
Serviços prestados a terceiros					18.188	14.496	8.618	10.913
Tributos e consignações sobre folha					2.130	2.698		
PERCEE					9	101		
Outros	64	297			7.101	7.088	336	116
Total	774	496			88.852	69.439	9.614	12.126



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

continuação

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Outras contas								
a pagar - Passivo								
Adiantamentos recebidos -								
alienação de bens					5.008	2.689		
Contribuição de iluminação pública					15.844	14.416		
Valores a pagar à Piratininga							18.953	14.349
Credores diversos - consumidores					8.249	3.651		
Folha de pagamento	53	4			6.684	3.919		
Passivos regulatórios (Nota 4)					11.841	3.825		
Valores a pagar -								
Provisão Fafen Energia	5.463	7.818			5.463	7.818		
Cessão de créditos de ICMS					1.700	7.901		
Juros sobre empréstimo compulsório					3.840	5.026		
Prefeituras - créditos adquiridos								
cessão precatórios					825	6.004		
Outros	1.678	2.448	3		20.373	23.956	2.244	2.243
Total	7.194	10.270	3		79.827	79.205	21.197	16.592

16 - Investimentos

16.1 - Movimentação dos investimentos no exercício de 2006

	Controladora							
	Bandeirante	Escelsa	Enersul	TVIX	Escelsapar	EDP Lajeado	Enerpeixe	Energest
Saldos em 31 de dezembro de 2005	686.067	608.505	593.340	(376)	376	150.358	492.324	82.120
Baixa/Provisão para perdas				376	(376)			
Dividendos provisionados	(51.255)	(45.406)	(28.803)			(12.859)	(7.538)	(2.897)
Reversão de dividendos de 2005		81.710	107.225					
Aumento de capital							39.544	
Ajuste de exercícios anteriores	(11.824)	(11.198)	(5.342)					
Resultado de equivalência								
patrimonial	142.041	139.625	50.360			14.665	31.738	50.555
Saldos em 31 de dezembro de 2006	765.029	773.236	716.780			152.164	556.068	129.778

continuação

	Controladora						Total
	Enertrade	Outros Investimentos	Deságio Escelsa	Prov. manuf. dividendos Magistra	Ágio Bandeirante	Ágio Enerpeixe	
Saldos em 31 de dezembro de 2005	29.764	36	(2.388)	219.546	33.162	3.580	2.896.414
Baixa/Provisão para perdas			(10)				(10)
Outros investimentos		123					123
Dividendos provisionados	(8.664)						(157.422)
Reversão de dividendos de 2005							188.935
Aumento de capital							39.544
Amortização de ágio				(12.190)	(1.458)	(116)	(13.764)
Ajuste de exercícios anteriores							(28.364)
Resultado de equivalência patrimonial	9.120						438.104
Saldos em 31 de dezembro de 2006	30.220	149	(2.388)	207.356	31.704	3.464	3.363.560

	Consolidado						Total
	Prov. manuf. dividendos Magistra	Ágio Investco	Deságio Escelsa	Ágio Bandeirante	Ágio Enerpeixe	Outros investimentos	
Saldos em 31 de dezembro de 2005	219.546	225.970	(2.388)	33.162	3.580	7.536	487.406
Amortização de ágio	(12.190)	(8.369)		(1.458)	(116)		(22.133)
Baixa de investimentos com passivo a descoberto						366	366
Adições						123	123
Saldos em 31 de dezembro de 2006	207.356	217.601	(2.388)	31.704	3.464	8.025	465.762

16.2 - Participação direta dos investimentos

Participações diretas da EDP - Energias do Brasil S.A.

Empresa	Controladora			
	Circulante		% participação	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Bandeirante	765.029	686.067	100	100
Energest	129.778	82.120	100	100
Enertrade	30.220	29.764	100	100
EDP Lajeado	152.164	150.358	59,93	59,93
Enerpeixe	556.068	492.324	60	60
Enercouth *			100	100
Escelsa	773.236	608.505	100	100
Enersul	716.780	593.340	100	100
Escelsapar **		376	100	100
TV a Cabo Vitória - Tvix S.A.		(376)		
ESC 90 ***				
Outros investimentos	149	36		
Ágios	240.136	253.900		
Total	3.363.560	2.896.414		

* A Enercouth possui provisão com passivo a descoberto no valor de R\$364 (R\$361 em 2005).

** A Escelsapar possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$334.

*** A ESC 90 não é consolidada e possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$58.028 (R\$48.037 em 2005).



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Participações diretas da Energest				
Empresa	Controladora			
	% participação			
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Costa Rica*	9.480	9.348	51	51
Castelo Energética S.A.**	75.913	59.455	100	100
Pantanal Energética Ltda.**	12.550	4.767	100	100
Total	97.943	73.570		

* A participação na Costa Rica foi transferida para a Energest em 31/07/2005.

** Participações transferidas para a Energest em 02/09/2005.

Participação direta da EDP Lajeado				
Empresa	Controladora			
	% participação			
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Investco*	205.611	197.742	23,0576	26,7047

* Participação consolidada proporcionalmente.

17 - Imobilizado tangível e intangível

	Controladora				
	31/12/2006				31/12/2005
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço - tangível					
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,95	8		8	
Máquinas e equipamentos	17,85	606	(178)	428	306
Veículos	18,22	1.051	(623)	428	572
Móveis e utensílios	9,70	1.151	(326)	825	711
		2.816	(1.127)	1.689	1.589
Imobilizado em serviço - intangível					
Administração					
Software	20,00	1.751	(1.164)	587	936
		1.751	(1.164)	587	936
Total do imobilizado em serviço		4.567	(2.291)	2.276	2.525
Imobilizado em curso					
Administração					
Tangível		5		5	2
Intangível		97		97	45
Total do imobilizado em curso		102		102	47
Total líquido		4.669	(2.291)	2.378	2.572
Imobilizado tangível		2.821	(1.127)	1.694	1.591
Imobilizado intangível		1.848	(1.164)	684	981
		4.669	(2.291)	2.378	2.572

	Consolidado				
	31/12/2006				31/12/2005
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço - tangível					
Distribuição					
Terrenos		47.990		47.990	47.409
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,87	128.323	(64.683)	63.640	65.573
Máquinas e equipamentos	4,29	4.115.203	(1.884.562)	2.230.641	2.132.612
Veículos	6,31	14.639	(12.471)	2.168	2.807
Móveis e utensílios	8,19	5.069	(3.619)	1.450	1.861
		4.311.224	(1.965.335)	2.345.889	2.250.262
Geração					
Terrenos		39.733		39.733	31.731
Reservatórios, barragens e adutoras	2,01	1.001.538	(59.715)	941.823	195.997
Edificações, obras civis e benfeitorias	0,82	403.978	(51.016)	352.962	108.419
Máquinas e equipamentos	0,63	955.218	(73.912)	881.306	169.424
Veículos	9,97	1.120	(568)	552	603
Móveis e utensílios	5,64	150	(138)	12	173
		2.401.737	(185.349)	2.216.388	506.347
Transmissão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,43	410	(158)	252	262
Máquinas e equipamentos	2,69	33.754	(8.515)	25.239	27.558
		34.164	(8.673)	25.491	27.820
Comercialização					
Terrenos		44		44	44
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,89	4.097	(2.097)	2.000	1.653
Máquinas e equipamentos	6,72	6.107	(3.787)	2.320	2.687
Veículos	12,26	1.057	(562)	495	524
Móveis e utensílios	5,89	1.956	(1.548)	408	450
		13.261	(7.994)	5.267	5.358
Administração					
Terrenos		1.173		1.173	1.178
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,96	33.837	(18.371)	15.466	15.301
Máquinas e equipamentos	7,14	160.698	(95.747)	64.951	65.497
Veículos	13,38	31.709	(17.721)	13.988	13.313
Móveis e utensílios	6,18	13.363	(8.377)	4.986	4.812
		240.780	(140.216)	100.564	100.101
Atividades não vinculadas à concessão					
Terrenos		366		366	365
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,85	1.926	(1.401)	525	520
Máquinas e equipamentos	2,45	44	(31)	13	13
		2.336	(1.432)	904	898
Imobilizado em serviço - intangível					
Distribuição					
Software	19,03	33.134	(15.028)	18.106	20.575
Serviço permanente		8.862		8.862	8.495
Outros		952		952	427
		42.948	(15.028)	27.920	29.497



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado				
		31/12/2006		31/12/2005	
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração					
Software	0,20	376	(12)	364	
Servidão permanente		684		684	208
		1.060	(12)	1.048	208
Transmissão					
Servidão permanente		152		152	156
		152	-	152	156
Comercialização					
Software	19,91	57.177	(31.595)	25.582	36.670
		57.177	(31.595)	25.582	36.670
Administração					
Software	14,21	144.977	(83.854)	61.123	47.950
Outros		509		509	509
		145.486	(83.854)	61.632	48.459
Total do Imobilizado em serviço		7.250.325	(2.439.488)	4.810.837	3.005.776
Imobilizado em curso					
Distribuição					
Tangível		429.847		429.847	248.801
Intangível		2.868		2.868	3.286
Geração					
Tangível		219.268		219.268	1.720.699
Intangível		2.248		2.248	6.890
Transmissão					
Tangível		404		404	426
Comercialização					
Tangível		2.296		2.296	1.284
Intangível		313		313	18
Administração					
Tangível		34.095		34.095	18.935
Intangível		37.910		37.910	32.680
Total do Imobilizado em curso		729.249	-	729.249	2.033.019
Atividades não vinculadas à concessão					
Ágio na incorporação de sociedade controladora		908.499		908.499	460.584
(-) Provisão para manutenção de dividendos		(908.499)		(908.499)	(460.584)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos		114.509		114.509	66.812
(-) Amortização acumulada do ágio		(114.509)		(114.509)	(66.812)
		-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão		(525.557)	-	(525.557)	(443.874)
Total líquido		7.454.017	(2.439.488)	5.014.529	4.594.921
Imobilizado tangível		7.163.855	(2.308.999)	4.854.855	4.437.056
Imobilizado intangível		290.162	(130.489)	159.674	157.865
Total		7.454.017	(2.439.488)	5.014.529	4.594.921

A movimentação do imobilizado tangível e intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2005	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações e amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2006
Imobilizado em serviço - tangível						
Edificações, obras civis e benfeitorias			8			8
Máquinas e equipamentos	306		200	(78)		428
Veículos	572		61	(189)	(16)	428
Móveis e utensílios	711		218	(104)		825
	1.589		487	(371)	(16)	1.689
Imobilizado em serviço - intangível	936			(349)		587
Total do imobilizado em serviço	2.525		487	(720)	(16)	2.276
Imobilizado em curso - tangível	2	490	(487)			5
Imobilizado em curso - intangível	45	52				97
Total do imobilizado em curso	47	542	(487)			102
Total do imobilizado - tangível e intangível	2.572	542		(720)	(16)	2.378

	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2005	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações e amortizações	Baixas	Mudança de percentual de participação - Investco	Valor líquido em 31/12/2006
Imobilizado em serviço - tangível							
Terrenos	80.727		12.628		(7)	(4.042)	89.306
Reservatórios, barragens e adutoras	195.998		777.871	(10.613)		(21.433)	941.823
Edificações, obras civis e benfeitorias	191.726		265.836	(12.136)	(257)	(10.324)	434.845
Máquinas e equipamentos	2.397.800		1.030.916	(198.108)	(10.025)	(16.113)	3.204.470
Veículos	17.247		5.374	(5.322)	(85)	(11)	17.203
Móveis e utensílios	7.294		900	(991)	(347)		6.856
	2.890.792		2.093.525	(227.170)	(10.721)	(51.923)	4.694.503
Imobilizado em serviço - intangível	114.989		38.997	(37.717)		64	116.333
Total do imobilizado em serviço	3.005.781		2.132.522	(264.887)	(10.721)	(51.859)	4.810.836
Imobilizado em curso - tangível	1.990.138	794.155	(2.097.159)		(161)	(1.064)	685.909
Imobilizado em curso - intangível	42.876	35.825	(35.363)			3	43.341
Total do imobilizado em curso	2.033.014	829.980	(2.132.522)		(161)	(1.061)	729.250
Total do imobilizado - tangível e intangível	5.038.795	829.980		(264.887)	(10.882)	(52.920)	5.540.086

A composição das obrigações vinculadas à concessão é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2006	31/12/2005
Contribuição de consumidores	309.048	248.234
Doações e subvenções	136.228	131.589
Participação da União	47.032	34.971
Participação do Estado	33.249	29.080
Total	525.557	443.874



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.1 - Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, que o produto da alienação seja

depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

17.2 - Alteração nas taxas de depreciação

A Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2005, determinou a equalização das taxas anuais de depreciação para ativos de uso e características semelhantes dos serviços de distribuição e transmissão, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007.

A estimativa é que haverá uma redução anual da despesa de depreciação do Imobilizado em serviço de aproximadamente 5%, cujos conseqüentes efeitos positivos no resultado serão capturados nas tarifas a partir do próximo ciclo tarifário.

Em 16 de dezembro de 2002, foi elaborado o 3º Aditivo à Escritura dessas debêntures que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura e a inclusão do subitem 4.5.2.1 na Cláusula IV da Escritura. Como conseqüência dessas alterações, a atualização devida em 1º de novembro de 2002 foi capitalizada ao valor nominal das debêntures e está sendo paga com a amortização programada no período de 1º de novembro de 2003 a 1º de novembro de 2011, a 11,11% ao ano.

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de outubro de 2006 foi deliberado a utilização IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado e farão para o pagamento de juros remuneratórios prefixados à taxa de 10,50% ao ano, a vigorar no próximo período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado).

Em 1º de novembro de 2006, foi pago o montante de R\$64.391, referente à atualização, juros remuneratórios e amortização do principal.

19.2 - Emissoras - Bandeirante, Enersul e Escelsa

Em 30 de janeiro de 2006, os Conselhos de Administração da Bandeirante, Enersul e Escelsa, aprovaram a contratação de linhas de financiamento de longo prazo, materializadas pelas emissões de debêntures.

Todas as debêntures emitidas são do tipo simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

O valor nominal unitário de R\$10.000,00, com prazo de vigência de cinco anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 (três) anos para amortização do principal.

Os vencimentos finais ocorrerão da seguinte forma:

- Bandeirante: em 1º de março de 2011, com amortizações iguais e sucessivas em 1º/03/2009, 1º/03/2010 e 1º/03/2011;
- Enersul: em 2 de maio de 2011, com amortizações iguais e sucessivas em 2/05/2009, 2/05/2010 e 2/05/2011; e
- Escelsa: em 1º de junho de 2011, com amortizações iguais e sucessivas em 1º/06/2009, 1º/06/2010 e 1º/06/2011. A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios mencionados no quadro supra, aplicados pela acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos.

As remunerações correspondentes aos períodos de capitalização são devidas semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º/09/2006, 2/11/2006 e 1º/12/2006, respectivamente, e os últimos coincidentes com as datas de amortizações finais.

Os contratos apresentam cláusulas prevendo rescisões nas seguintes hipóteses:

- Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 1 (um) dia útil contado da data do inadimplemento;
- Pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora no prazo legal;
- Pedido de autofalência formulado pela Emissora;
- Liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
- Se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e
- Perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

19.3 - Vencimento das parcelas do não circulante:

Ano	Valor
2008	7.452
2009	291.285
2010	291.285
2011	291.286
Total	881.308

19.4 - A mutação das debêntures é a seguinte:

	Consolidado	
	Circulante	Não circulante
Em 31/12/2005	9.885	72.231
Ingressos		851.500
Encargos e atualização monetária	84.918	11.007
Amortizações	(79.599)	(32.113)
Transferência para o circulante	16.603	(16.603)
Mudança % partic. Investco	(3.618)	(4.714)
Em 31/12/2006	28.189	881.308

18 - Fornecedores

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Suprimento de energia elétrica			192.348	226.210		
Energia livre			84.665	58.367	9.140	15.703
CCEE (compra de energia de curto prazo)			3.536	882		
PIS e COFINS das geradoras				9.122		
Encargos de uso da rede elétrica			60.418	52.693		
Encargos de serviços de sistema			3.146	2.920		
Materiais e serviços	1.484	557	156.682	128.455	435	714
Total	1.484	557	500.795	478.649	9.575	16.417

19 - Debêntures

Emissora	Data		Características das emissões				
	Emissão	Liquidação	Frequência	Série	Quantidade		
					de títulos	Remuneração	Montante
Investco	1/11/2001	1/03/2002	1ª	Única	25.000	12,80% ao ano	264.791
Bandeirante	1/03/2006	7/04/2006	3ª	Única	25.000	104,4% do CDI	250.000
Enersul	2/05/2006	2/06/2006	1ª	Única	33.750	104,3% do CDI	337.500
Escelsa	1/06/2006	5/07/2006	1ª	Única	26.400	104,4% do CDI	264.000

19.1 - Emissora - Investco

19.1.1 - Debêntures - não conversíveis

Em fevereiro de 2002, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,80% ao ano, incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Essas debêntures possuem fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP - Eletricidade de Portugal. A liquidação financeira ocorreu em 1º de março de 2002, pelo valor de R\$264.791.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

20 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

20.1 - Quadro da composição dos empréstimos

	Controladora				
	31/12/2006		31/12/2005		
	Encargos	Principal	Encargos		Principal
	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Não circulante
Moeda estrangeira					
Sênior Notes	1.913	41.745	2.095		45.702
Resultado dos Swaps					
Sênior Notes		12.255	150	72	2.900
Total	1.913	54.000	2.245	72	48.602

	Empresa	Consolidado							
		31/12/2006				31/12/2005			
		Encargos		Principal		Encargos		Principal	
		Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Moeda estrangeira									
Itaú BBA S.A. (a)	Bandeirante				79			2.809	
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento (b)	Bandeirante	2.080	57.401	113.348	2.538	47.133	186.937		
Santander (c)	Bandeirante				1.117	25.772			
BNDES	Cesa	19	715	3.275	25	781	4.360		
BNDES	Energest	7	425	1.197	10	462	1.772		
Sênior Notes (j)	Energias	1.913	41.745		2.095		45.702		
BNDES	Enerpeixe	10.804	2.161	41.654	8.331	7.219	53.434		
BNDES	Enersul	7	1.429		16	1.874	1.561		
European Invest Bank	Enersul	71	6.297	3.615	107	6.895	10.853		
STN-DMLP	Enersul	324	1.757	20.974	318	2.265	24.886		
Bradesco (d)	Enersul				15	6.736			
Unibanco (e)	Enersul				70	56	1.251	14.600	
BBA FMO (f)	Enersul	34	1.158		76	1.268	1.268		
Itaú BBA (g)	Enersul				399	9.470	11.592		
Santander (h)	Enersul				111	176	10.031	9.668	
BNDES	Escelsa				13	2.934			
Sênior Notes (i)	Escelsa	11.157	243.416		12.214		266.493		
		26.416	2.161	395.997	150.740	19.203	7.451	119.681	633.126

	Empresa	Consolidado							
		31/12/2006				31/12/2005			
		Encargos		Principal		Encargos		Principal	
		Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Moeda nacional									
Contas garantidas	Bandeirante	50				1.783	149.215		
BNDES - CVA	Bandeirante					367	43.408		
BNDES - FINAME	Bandeirante	36	3.297	4.624	43	4.290	5.449		
BNDES - RTE	Bandeirante	510	80.882		386	80.668	73.520		
Eletróbrás	Bandeirante	42	1.587	6.249		1.182	4.158		
Cédula de Crédito Bancário	Bandeirante	788		102.000					
Juros s/fundo reversão	Bandeirante	73			73				
BNDES	Energest	66	4.364	12.001	82	4.287	16.078		
BNDES	Cesa	165	6.736	30.315	191	6.618	36.400		
Eletróbrás	Costa Rica	87	572	2.965	66	526	3.399		
BNDES	Pantanal				4	392	458		
Outros - FCO	Pantanal				4	54	370		
BNDES	Enerpeixe		155.364	649.711	77.333	624.058			
Eletróbrás	Enersul	90	5.040	47.347	94	4.162	45.708		
BNDES	Enersul	303	33.619	34.992	206	24.474	24.330		
Safrá	Enersul				48	19.828			
BNDES - RTE	Enersul	324	20.868	27.151	192	12.053	55.846		
BNDES - CVA	Enersul				10	1.144			
Itaú BBA	Enersul				5.746	18.000	92.000		
Fundação Enersul	Enersul	61	6.624	3.864	95	5.306	9.805		
Contas garantidas	Enersul				131	14.760			
Banco do Brasil - FCO	Enersul	212	3.280	19.405	242	3.280	22.685		
Santander CDI	Enersul					3.344	76.085		
Alfa Compror	Enersul	295	3.000		1.273	53.899			
Cédula de Crédito Bancário	Enersul	408		46.400					
BNDES	Escelsa	93	4.342	11.939	104	24.946			
BNDES - CVA	Escelsa				163	19.267			
BNDES - RTE	Escelsa		83.582		305	33.448	71.172		
Contas garantidas	Escelsa					131.811			
Eletróbrás	Escelsa		5.304	37.467		4.704	23.404		
Banco Fibra	Investco				12	3.192			
Banco da Amazônia	Investco	1.043	3.381	10.729	1.252	3.915	17.091		
BNDES	Investco	240	7.969	52.418	319	8.316	68.034		
		4.886	155.364	274.447	1.099.577	16.535	77.333	753.230	1.193.965



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Consolidado							
		31/12/2006				31/12/2005			
		Encargos		Principal		Encargos		Principal	
		Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Resultado dos Swaps	Empresa								
	Itaú BBA S.A. (a)							1.757	
	BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento(b)			33.144	49.231			25.843	59.988
	Santander (c)							9.565	
	Sênior Notes (j)			12.255		150	72		2.900
	Bradesco (d)							(204)	
	Unibanco (e)							877	1.096
	BBA FMO (f)			1.232				1.145	817
	Itaú BBA S.A. (g)							1.591	489
	Santander (h)							178	724
	HSBC (i)			3.738		3.909			
	Citibank (j)			1.247					
	Banif (i)			512					
	Merrill Lynch (i)			402					1.110
	Santander (i)			13.884					4.130
	Pactual (i)			13.965					4.116
	Itaú BBA S.A. (i)			9.890					2.788
				90.269	49.231	4.059	72	40.752	78.158
Total		31.302	157.525	760.713	1.299.548	39.797	84.856	913.663	1.905.249

20.2 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da EDP Energias do Brasil S.A.

Sênior Notes - Saldo residual da assunção de dívida da Escelsa, ocorrida em 7 de julho de 2005, cujo saldo em 31 de

dezembro de 2006 é de US\$19,525,000, com taxa de juros de 10% a.a. Para esta dívida foi realizada operação de swap cambial, com característica de *hedge*, de 103,85% do CDI sobre principal mais 50% do total de juros. O vencimento dos juros são semestrais, sendo o próximo vencimento em 13 de janeiro de 2007 e o principal tem vencimento único em 13 de julho de 2007.

20.3 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Bandeirante

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 5 de março de 2004, no montante de US\$100 milhões, liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em até 8 anos, sendo:

- Tranche "A" - US\$38,9 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a

15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,375% ao ano, vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004; e

- Tranche "B" - US\$61,1 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4% ao ano, vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004.

Este financiamento é destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de "Covenants" (dívida total em relação à dívida total mais patrimônio líquido, dívida total em relação ao EBITDA e índice de cobertura do serviço da dívida, entre outros não financeiros), integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento poderia resultar, parcial ou integralmente, em até a antecipação do vencimento do contrato. Para este empréstimo foram realizadas operações de swap cambial, com característica de *hedge*.

Contas garantidas - Referem-se a empréstimos obtidos junto a diversas instituições financeiras nacionais, para cobertura do fluxo de caixa operacional, com taxa de juros média de 104% do CDI, garantidas por notas promissórias.

BNDES - RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária - Contrato firmado em 13 de fevereiro de 2002, em consonância com o Acordo Geral do Setor Elétrico e Lei nº 10.438/02. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$306.105, equivalentes a 90% do valor da Perda de receita e Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela "A" de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001 (Nota 7). Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1% ao ano, acima da taxa média anual ajustada da SELIC. A parcela de crédito no valor original de R\$250.736 e respectivos juros foi amortizada mensalmente desde março de 2002, em 55 prestações mensais e sucessivas com vencimento final em 15 de setembro de 2006 e a parcela de crédito no valor original de R\$55.369 deverá ser amortizada em 9 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de outubro de 2006 e a última em 15 de junho de 2007 e, durante a carência, os juros foram integralizados ao principal do empréstimo. Ambos com garantia em conta bancária através de vinculação do valor equivalente a 3,77% do faturamento mensal da Companhia.

Eletrobrás

- Programa Luz no Campo - Contrato firmado em 1º de junho de 2000. Recursos liberados no montante de R\$2.986 (R\$1.635 em 10/08/2000 e R\$1.351 em 6/12/2004). Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1% ao ano, ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de setembro de 2002. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30/09/2002 e a última em 30/08/2007. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.
- Programa Reluz - Contrato firmado em 19 de dezembro de 2002. Recurso liberado no valor de R\$511 em 5 de dezembro de 2003. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1,5% ao ano, ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2005. O saldo devedor será pago em 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30/07/2005 e a última em 30/06/2008. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.
- Programa Luz para Todos - Contrato firmado em 28 de maio de 2004. Linha de crédito no valor de

R\$11.523, a título de financiamento e R\$1.773, a título de subvenção econômica. Recursos liberados no montante de R\$7.080 a título de financiamento e R\$1.089, a título de subvenção econômica. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1% ao ano, ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2004. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de agosto de 2006 e a última em 30 de julho de 2016. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% ao ano, vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

Cédulas de Crédito Bancário - Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006, no valor total de R\$102.000, sendo R\$51.000 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$ 51.000 junto ao Banco Santander Banespa S.A. Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a 1ª em 5 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vencíveis a partir de 5 de junho de 2007 a 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece "Covenant" da relação dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5. As condições contratuais são idênticas para ambas instituições financeiras.

20.4 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Escelsa

Sênior notes - Refere-se ao saldo residual da captação de recursos através de títulos denominados "Sênior Notes" (Notas), no total original equivalente a US\$ 113,852,000 que tem vencimento único em julho de 2007 e juros de 10% a.a. pagáveis semestralmente em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano. Em 21 de maio de 1998, foi obtido o registro dos referidos títulos junto à SEC - Securities and Exchange Commission, nos Estados Unidos da América, de acordo com o "Securities ACT of 1933". Para estes títulos foram realizadas operações de swap, demonstradas no quadro anterior, além de aplicações em títulos cambiais, destinadas à redução da exposição líquida da dívida, conforme mencionado na nota 31.5. Em 7 de julho de 2005, como parte do processo de reorganização societária do grupo Energias do Brasil, R\$794.127 (US\$332,256,620) da dívida foram transferidos para a controladora EDP - Energias do Brasil S.A.

BNDES (Moeda nacional) - Contrato firmado em agosto de 2006, com repasse de recursos através do Banco ALFA, destinado ao programa de investimentos em subestações, transmissão e distribuição de energia elétrica. No exercício



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

de 2006 foram liberados recursos no montante de R\$17.320. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,8% ao ano + TJLP, exigíveis mensalmente a partir do dia 15 de outubro de 2006, juntamente com as prestações do principal e com vencimento final em 15 de setembro de 2010. A garantia pactuada é parte do faturamento mensal decorrente dos serviços de energia elétrica, no valor correspondente ao mínimo de 130% das prestações do principal e acessórios da dívida.

BNDES - Composição Tarifária Extraordinária - Contrato firmado em fevereiro de 2002, em consonância com o Acordo Geral do Setor Elétrico e Lei nº 10.438/02. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$166.226, equivalentes a 90% do valor da Perda de receita e Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela "A" de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001 (Nota 7). Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1% ao ano, acima da taxa média anual ajustada da SELIC. A parcela de crédito no valor original de R\$131.861 e respectivos juros estão sendo amortizados mensalmente desde março de 2002, em 59 parcelas mensais e sucessivas com vencimento final em 15 de janeiro de 2007. A parcela de crédito no valor original de R\$34.365 deverá ser amortizada em 11 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2007 e a última em 15 de dezembro de 2007 e, durante a carência, os juros estão sendo integralizados ao principal do empréstimo. Ambos apresentam garantia em conta bancária através de vinculação do valor equivalente a 5,75% do faturamento mensal da Companhia.

Eletróbrás

- (i) Programa Luz para Todos - 1ª etapa - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletróbrás. Contrato firmado em 21 de maio de 2004, sendo que em 2004 foram liberados recursos no montante de R\$10.720, em 2005, R\$7.147 e em 2006, R\$4.788, totalizando R\$22.655. Sobre o valor do principal incide juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1% ao ano, pagos mensalmente a partir do dia 30 de outubro de 2004. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de agosto de 2006 até 30 de julho de 2016 com garantia de vinculação da receita própria e Notas Promissórias.
- (ii) Programa Luz para Todos - 2ª etapa - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletróbrás. Contrato firmado em 20 de novembro de 2005, sendo que em 2006 foram liberados recursos no montante de R\$17.413. Sobre o

valor do principal incidem juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1% ao ano, pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2006. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de maio de 2008 até 30 de abril de 2018 com garantia de vinculação da receita própria e Notas Promissórias.

- (iii) Programa Reluz - Contratos diversos firmados com a Eletrobrás, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, para os Municípios de Vila Velha, Serra, Ibirajú e Aracruz, no valor contratado de R\$17.023. Sobre os contratos incidem juros de 5% e taxa de administração de 1% ao ano sobre o saldo devedor, incorporados mensalmente durante o período de carência. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do término da carência. Garantia de vinculação da receita própria e Notas Promissórias.

20.5 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Enersul

BNDES (Moeda estrangeira) - Contrato assinado em fevereiro de 2003, para financiamento de obras, no valor de R\$6.663, com recursos do BNDES, através do Banco ALFA como Líder e participação do Itaú BBA, a ser amortizado em 36 parcelas mensais e juros de 4% ao ano, indexado a Cesta de Moedas (UMBNDES + Taxa de Juros Variável + Imposto de Renda) e término em outubro de 2007, com garantias em Recebíveis e Nota Promissória.

European Invest Bank - Nº IE0.63/01 - Contrato assinado em abril de 2000, correspondente a linha de crédito de US\$15.000.000, repassada pelo Itaú BBA, destinada a financiamento de obras, a ser amortizado em 11 parcelas semestrais, com juros de Libor trimestral acrescida de 5% ao ano, atualizado pela taxa cambial e término em junho de 2008, com garantias em Nota Promissória e Aval da Controladora. **Nº OB1.63/01** - Contrato assinado em fevereiro de 2001, correspondente a linha de crédito de US\$1.200.000, repassada pelo Itaú BBA, destinada a financiamento de obras, a ser amortizada em 11 parcelas semestrais, com juros de Libor trimestral acrescida de 4% ao ano, atualizado pela taxa cambial e término em março de 2009, com garantias em Nota Promissória e Aval da Controladora.

Secretaria do Tesouro Nacional - STN - Dívida de Médio e Longo Prazo - DMPL - Contrato assinado em março de 1997, no valor de US\$14.615.864, objeto de obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimos de médio e longo prazos junto a credores externos, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções nºs 1.541/88 e 1.564/89, do Conselho Monetário Nacional e seus normativos, inclusive as parcelas com vencimentos posteriores a dezembro de 1993, objeto de permuta por

Bônus emitidos pela União, em conformidade com as Resoluções nºs 98/92, 90/93 e 132/93, com atualização pela variação da taxa de câmbio informada pelo SISBACEN PTAX-800, opção 1, juros variáveis pela Libor semestral acrescida de 7/8 e 13/16 de 1% ao ano e taxas fixas de 6% a 8% ao ano mais comissão de 0,2% ao ano, com amortizações semestrais e término em abril de 2024, com garantias em Aval do Governo do Estado, Receita Própria e Caução de parte da dívida.

BBA - FMO - (Netherlands Development Finance Company) - Contrato assinado em outubro de 2001, correspondente a linha de crédito de US\$6.500.000 repassada pelo Itaú BBA, destinada a financiamento de obras, a ser amortizada em 11 parcelas semestrais, com juros de 8,9% ao ano, atualizado pela taxa cambial. Para este empréstimo foi realizada operação de swap, para proteção contra riscos financeiros oriundos de variações de ativos e passivos, com juros de 0,95% ao ano mais CDI, com término em setembro de 2007 e com garantias em Nota Promissória e Aval da Controladora.

Eletróbrás

- (i) IRD's (Instrumento de Reconhecimento de Débito) - Recursos oriundos de repasse do Governo Federal, que constitui financiamento do Fundo Federal de Eletrificação à Concessionária, com amortização em 80 parcelas trimestrais iguais e taxa de juros de 8% ao ano e término em maio de 2022.
- (ii) Programa Luz no Campo - ECF-1975/00 - no valor de R\$25.608, com recursos para financiamento do Programa de Eletrificação Rural que integra o Programa Luz no Campo 1ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em 30 de julho de 2012. ECF-2162/02 - no valor de R\$1.500 relativo a 2ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em 30 de junho de 2015.
- (iii) Programa Luz para Todos - ECFS-024-B/2005 - no valor de R\$18.103, restando a liberação de R\$12.840, para financiamento do Programa Nacional de Eletrificação Rural, que integra o Programa de Universalização - "Luz para Todos" - MME - equivalente a 39,67% do custo total das obras, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e término em 30 de junho de 2016, com garantia em Receita e Nota Promissória. ECFS-097-A/06 Aditivo - no valor R\$41.714, sendo liberado R\$12.514, para financiamento da 2ª tranche do Programa Luz para Todos - equivalente a 45,3% do custo total das obras, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e término em 30 de novembro de 2017; ECF-2480/05 - no valor de R\$893, sendo liberado R\$89, com implementação do Programa Luz para Todos, através

da Adequação da Subestação de 138 kV da Fazenda Itamarati, para atender o Assentamento Itamarati, a ser amortizado em 60 parcelas mensais iguais e sucessivas, com juros de 7% ao ano e término em 30 de novembro de 2012. Todos os ECF's possuem garantia em Receita e Nota Promissória.

BNDES - Contrato nº 10/658260-5 - assinado em julho de 1999, no montante de R\$73.300, para financiamento de obras, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco UNIBANCO como Líder, com participação do Banco Itaú BBA e Banco ALFA, a ser amortizado em 78 parcelas mensais e juros de 3,85% ao ano, indexação da TJLP, e término em fevereiro de 2008, com garantia em Recebíveis. Contrato nº 1001325 - assinado em fevereiro de 2003, para financiamento de obras, no valor de R\$27.084 com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco ALFA como Líder e participação do Banco Itaú BBA, a ser amortizado em 36 parcelas mensais e juros de 4,00% ao ano, indexação da TJLP, e término em setembro de 2007, com garantia em Recebíveis e Nota Promissória. Contrato nº 1003035 - assinado em março de 2006, no montante de R\$29.184, para financiamento de obras, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco ALFA, a ser amortizado em 48 parcelas mensais e juros de 4,65% ao ano, indexação da TJLP, e término em novembro de 2010, com garantia em Recebíveis. Contrato nº 1003207 - assinado em agosto de 2006, para financiamento de obras, no valor de R\$17.130 com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco ALFA, a ser amortizado em 48 parcelas mensais e juros de 4,80% ao ano, indexação da TJLP, e término em outubro de 2010, com garantia em Recebíveis e Nota Promissória.

BNDES - Composição Tarifária Extraordinária - Contrato firmado em fevereiro de 2002, em consonância com o Acordo Geral do Setor Elétrico e Lei nº 10.438/02. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$100.767, equivalentes a 90% do valor da Perda de receita e Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela "A" de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001 (Nota 7). Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1% ao ano, acima da taxa média anual ajustada da SELIC. A parcela de crédito no valor original de R\$78.085 e respectivos juros foram amortizadas mensalmente desde março de 2002, e o saldo teve liquidação antecipada em outubro de 2006 e a parcela de crédito no valor original de R\$22.682 foi alongada para 25 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de dezembro de 2006 e a última em 15 de dezembro de 2008 juntamente com os juros do empréstimo, com garantia em conta bancária através de vinculação do valor equivalente a 3,63% do faturamento mensal da Companhia.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Fundação Enersul - Instrumento de Repactuação e Parcelamento de dívida consolidada até fevereiro de 1997, aditado em 8 de dezembro de 2006, cujo saldo devedor foi repactuado para quitação em 19 parcelas com início em 18 de janeiro de 2007 e término em 18 de julho de 2008, atualizados pelo Sistema de Amortização Constante - SAC, mantidas todas as cláusulas e condições do contrato inicial e garantia em Nota Promissória.

Banco do Brasil - FCO - Contrato assinado em novembro de 2001, para financiamentos de obras com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste, através do Banco do Brasil, sendo liberado R\$30.000, a ser amortizado em 108 parcelas mensais iguais consecutivas, com juros de 11,1987% ao ano e término em novembro de 2013, com garantias em Aval da Controladora e Interveniência Bancária.

Banco ALFA - Concessão de empréstimos - **COMPROR** - Valor de R\$25.000, com juros de 104,4% do CDI, com prazo de 90 dias para liquidação final.

Cédulas de Crédito Bancário - Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006, no valor total de R\$46.400, sendo R\$23.200 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$23.200 junto ao Banco Santander Banespa S.A. Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais, sendo a 1ª em 7 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vencíveis a partir de 5 de junho de 2007 a 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece "Covenant" da relação dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendida até o momento. As condições contratuais são idênticas para ambas instituições financeiras.

20.6 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Enerpeixe

O saldo de empréstimos e financiamentos decorre de apoio financeiro do BNDES, no valor total de R\$670.000, aprovado nos termos da Decisão de Diretoria do BNDES, número 691/2003, de 10 de novembro de 2003, e contratado em 21 de maio de 2004, sendo R\$335.000 diretamente e R\$335.000 através de agentes financeiros, conforme quadro a seguir:

Subcrédito	Parcela direta		Parcela indireta				Total	Total
	BNDES	Itaú BBA	Banco do Brasil	Bradesco	Unibanco	Total		
"A"	26.184	7.855	6.546	6.546	5.237	26.184	52.368	
"B"	235.671	70.701	58.917	58.917	47.134	235.669	471.340	
"C"	7.314	2.195	1.829	1.829	1.463	7.316	14.630	
"D"	65.831	19.749	16.458	16.458	13.166	65.831	131.662	
	335.000	100.500	83.750	83.750	67.000	335.000	670.000	

As principais condições do financiamento são:

- (i) Carência até fevereiro de 2007;
- (ii) Amortização:

- 107 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2007 e a última em 15 de janeiro de 2016;

- (iii) Encargos:

- Para os subcréditos "A" e "C", taxa variável reajustada trimestralmente com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de 4,5% ao ano, durante o prazo em que vigorar a fiança da controladora indireta EDP - Energias de Portugal S.A.;
- Para os subcréditos "B" e "D", índice Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescido de 4,5% ao ano, durante o prazo em que vigorar a fiança da EDP - Energias de Portugal S.A.;
- Os spreads acima mencionados passam a ser de 6% ao ano a partir da data em que vigorar a fiança da

controladora direta EDP - Energias do Brasil S.A., em substituição à fiança da EDP - Energias de Portugal S.A. Esta taxa poderá ser reduzida para 5% ao ano, caso a EDP - Energias do Brasil S.A. apresente índice de capitalização mínimo de 38% e a Enerpeixe apresente índice de cobertura do serviço da dívida de 1,3.

- (iv) Garantias e obrigações:

- Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, defidos pela Energias do Brasil S.A.;
- Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros, os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às companhias Bandeirante Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Empresa Energética de Mato

Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT e as garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVEs;

- Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização, juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização; e
- Carta de fiança da EDP Energias de Portugal S.A., regida pelas leis portuguesas, que será substituída pela fiança da EDP Energias do Brasil S.A., mediante o cumprimento de obrigações contratuais.

20.7 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Investco

BNDES - Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos Acionistas da Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R\$180.000, com taxa de juros de 4% ao ano acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002.

Contrato de Abertura de Crédito mediante Repasse de Empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R\$120.000, com taxa de juros de 4% ao ano acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência e mensalmente durante o período de amortização, com as prestações do principal, com prazo de carência de 24 meses, que vem sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002. Como garantias, foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Investco S.A., nota promissória e cessão de direitos de contratos.

BASA - Contratos com o Banco da Amazônia S.A., celebrado em 30 de setembro de 1999, com interveniência, na qualidade de fiadores, da EEPV, CEMAT, CEB, CPEE, CELPA, CELTINS e a Energest, amortizado mensalmente com vencimento final em 10 de outubro de 2009, no montante total de R\$50.000, com juros de 14% ao ano, exigíveis mensalmente, e no período de carência exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos, e os 50% restantes capitalizados e incorporados

ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Como garantia desse empréstimo foram dadas em caução receitas de empresas controladas pela Rede Empresas de Energia Elétrica S.A. (controladora da Rede Lajeado Energia S.A.) e a alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.

Contrato de Financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000 com o BASA, com interveniência, na qualidade de hipotecantes, da CELPA, CELTINS e Agro Pastoral Lajeado Ltda. ("Agro Pastoral") e, na qualidade de fiadores, os Acionistas da Investco, com vencimento em 10 de janeiro de 2011, no montante total de R\$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 14% ao ano, exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Como garantia a esse empréstimo foram dadas em caução receitas e hipoteca de três pequenas centrais hidrelétricas - PCH, de propriedade de empresas controladas pela Rede Empresas de Energia Elétrica S.A.

Os valores são consolidados na EDP Lajeado proporcionalmente pelo seu percentual de participação de 23,0576% (26,7047% em 2005).

20.8 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Cesa - Castelo Energética S.A.

BNDES - Contrato firmado em fevereiro de 2002, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH's, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$39.280 e em 2004, R\$17.565. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% ao ano + TJLP, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de julho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCH's; e, (ii) e do penhor de ações ordinárias nominativas, que compreendem a totalidade da participação da ENERGEST S.A. na Sociedade.

20.9 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Energest

BNDES - Contrato firmado em outubro de 2001, com repasse de recursos através dos Bancos Itaú (líder), Alfa e Sudameris, destinado a investimentos na instalação da 4ª unidade



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

geradora na UHE Mascarenhas. No exercício de 2001 foram liberados recursos no montante de R\$24.102. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 3,5% ao ano + TJLP (moeda nacional) e 3,5% a.a. + UMBNDES (moeda estrangeira), exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de outubro de 2010.

A garantia pactuada é a vinculação das receitas oriundas da prestação de serviços de energia elétrica, no valor equivalente a no mínimo 1,4 (um inteiro e quatro décimos) vezes o valor da maior prestação devida pela beneficiária.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a partir de 1º de janeiro de 2002, as Companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento NPC nº 26, do IBRACON.

Para atendimento à essa exigência, as Companhias que concedem benefícios pós-emprego, quais sejam Bandeirante, Escelsa, Enersul e Energest, contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado. As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2006	2005
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	entre 12,0% a 2,45% a.a.	entre 12,0% a 12,45% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Crescimento dos custos médicos	de 10,0 a 5,5% a.a.	de 10,0 a 5,5% a.a.
Inflação	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Fator de capacidade - Salários e benefícios	100%	100%

Demográficas

Tábua de mortalidade	RP 2000 Geracional	G A M - 83
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disability	RP 2000 Disability
Tábua de entrada em invalidez	T A S A 27	T A S A 27
Tábua de rotatividade	(1)	(1)

(1) T-1 Service Table, exceto para Enersul que é nula e para Bandeirante que é nula a partir do 3º ano de filiação ao plano de benefícios.

20.10 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Costa Rica

Eletróbrás-Financiamento ECF-1568/97 - Contrato assinado pela Enersul, em 4 de novembro de 1997, no valor de R\$5.375, para financiamento da construção da Usina Hidroelétrica de Costa Rica, com recursos do Fundo de Investimentos da Eletróbrás - FINEL com juros de 6,5% a.a., término em 31 de maio de 2014, amortização em 180 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com garantia em receita e nota promissória. Contrato repassado para Costa Rica Energética, através do "Contrato Particular de Promessa de Liberação de Devedor".

20.11 - Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal + encargos)

Vencimento	Controladora	Consolidado		Total
	Tipo de moeda	Tipo de moeda		
	Estrangeira	Nacional	Estrangeira	
Circulante				
2007	55.913	279.333	512.682	792.015
Não circulante				
2008		166.443	101.636	268.079
2009		179.182	38.664	217.846
2010		173.453	21.833	195.286
2011		154.365	20.283	174.648
2012		148.672	5.818	154.490
2013		121.211	648	121.859
2014		97.550	324	97.874
Após 2014		214.065	12.926	226.991
Total	55.913	1.254.941	202.132	1.457.073
		1.534.274	714.814	2.249.088

21 - Benefícios pós-emprego

Empresa/Benefício	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Bandeirante				
BSPS - Reservas a amortizar	13.669	13.148	84.346	88.157
Programas Assistenciais	5.004	4.436		
Escelsa				
Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA			6.150	7.896
Assistência Médica e Seguro de Vida	5.399	3.447	30.871	29.907
Energest				
Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA			221	215
Assistência Médica e Seguro de Vida	30	122	837	671
Total	24.102	21.153	122.425	126.846

21.1 - Bandeirante

A Companhia é patrocinadora da FUNDAÇÃO CESP, entidade multipatrocinada e fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através do Plano de Benefício Suplementar Saldado - BSPS e do Plano de Benefícios Misto, com as seguintes principais características a saber:

- (i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998. O valor de R\$98.015, apurado em 31 de dezembro de 2006, de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano. O déficit está sendo liquidado financeiramente em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima.

Este plano esteve vigente até 31 de março de 1998, possui a característica do tipo Benefício Definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é da Companhia.

- (ii) Planos de Benefícios Misto - BD e CD
- Plano BD - Vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a Companhia e os participantes.

- Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição Definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a poder gerar responsabilidade atuarial à Companhia.

Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes do Plano:

	<u>2006</u>
Participantes ativos	1.151
Participantes assistidos	
Com benefícios diferidos	175
Aposentados e pensionistas	341
	516
Total	<u>1.667</u>

Na qualidade de patrocinadora, a Bandeirante contribuiu com R\$17.326 (R\$16.819 em 2005), visando o saldamento de parcelas do contrato de ajuste de reservas do Plano saldado (BSPS), bem como para o custeio mensal dos atuais planos.

A avaliação atuarial demonstrou que nos Planos do tipo Benefício Definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, e das perdas atuariais não reconhecidas, apresenta-se deficitário conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2006</u>	<u>31/12/2005</u>
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(391.882)	(348.630)
Valor justo dos ativos	224.990	184.479
	(166.892)	(164.151)
Valor das perdas atuariais não reconhecidas	68.877	62.846
Déficit	<u>(98.015)</u>	<u>(101.305)</u>

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões da Bandeirante - PSAP/Bandeirante, a ser reconhecida no resultado de 2007, terá a seguinte composição:

	<u>2007</u>
Custo do serviço corrente	1.350
Custos dos juros	41.579
Rendimentos esperados dos ativos	(28.047)
Amortização de perdas atuariais não reconhecidas	1.559
Contribuições esperadas dos empregados	(2.772)
Total	<u>13.669</u>

No exercício de 2006, foi registrado o valor de R\$3.290 a crédito do resultado (R\$3.715 em 2005), em contrapartida ao Passivo Não circulante, face a indicação de redução do passivo atuarial pelo laudo, com impacto líquido no resultado correspondente às despesas, no montante de R\$9.858.

21.2 - Escelsa

A Companhia possui as seguintes responsabilidades com benefícios pós-emprego:

- Patrocinadora dos planos de suplementação de aposentadoria e Pensões - Planos I e II;
- Outros benefícios pós-emprego, compostos por Assistência Médica, Seguro de Vida e Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA.

21.2.1 - Planos de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora da FUNDAÇÃO ESCELSA DE SEGURIDADE SOCIAL - ESCELSON, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo "benefício definido" e o Plano de Benefícios II, do tipo "contribuição definida", convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia. Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de Plano:

	<u>Plano I</u>	<u>Plano II</u>	<u>Total</u>
Participantes ativos	3	1.103	1.106
Participantes assistidos			
Aposentados	607	273	880
Pensionistas	126	13	139
	733	286	1.019
Total	<u>736</u>	<u>1.389</u>	<u>2.125</u>

Na qualidade de patrocinadora, a Escelsa contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da Fundação Escelsos, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício, a Escelsa contribuiu com R\$3.063 (R\$3.105 em 2005).

A avaliação atuarial demonstrou que, nos Planos Previdenciários I e II, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2006</u>	<u>31/12/2005</u>
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(119.591)	(113.167)
Valor justo dos ativos	198.889	178.395
	79.298	65.228
Valor dos ganhos atuariais não reconhecidos	(20.555)	(17.447)
Superávit	<u>58.743</u>	<u>47.781</u>

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia.

A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

21.2.2 - Outros benefícios pós-emprego

Ainda nos termos dessa avaliação atuarial, foram mensuradas as seguintes obrigações com outros benefícios pós-emprego:

- Assistência Médica e Seguro de Vida - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados, de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia;
- Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996.

A avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2006 demonstrou que nos planos de Assistência Médica,

Seguro de Vida e AIA, o valor presente das obrigações atuariais, líquido das perdas não reconhecidas, monta em R\$42.420, registrado no Passivo Circulante e Não Circulante, composto como segue:

	<u>31/12/2006</u>	<u>31/12/2005</u>
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(66.826)	(58.834)
Valor justo dos ativos	24.406	17.584
Total	<u>(42.420)</u>	<u>(41.250)</u>
Circulante	5.399	3.447
Não circulante	37.021	37.803
Total	<u>42.420</u>	<u>41.250</u>

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais, está sendo amortizado anualmente, pelo período correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do Plano.

A despesa líquida com esses benefícios, a ser reconhecida no resultado de 2007, terá a seguinte composição:

Custo do serviço corrente	777
Custos dos juros	6.758
Amortização de perdas atuariais	1.485
Total	<u>9.020</u>

21.3 - Enersul

A Companhia é patrocinadora da FUNDAÇÃO ENERSUL, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios Inicial, do tipo "benefício definido" e o Plano de Benefícios II, do tipo "contribuição definida", convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de Plano:

	<u>Plano Inicial</u>	<u>Plano II</u>	<u>Total</u>
Participantes ativos		719	719
Participantes assistidos			
Aposentados	248	22	270
Pensionistas	77	5	82
	325	27	352
Total	<u>325</u>	<u>746</u>	<u>1.071</u>



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Na qualidade de patrocinadora, a Enersul contribui com uma parcela mensal proporcional a contribuição realizada pelos participantes da Fundação Enersul, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício a Enersul contribuiu com R\$1.910 (R\$1.680 em 2005).

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a partir de 1º de janeiro de 2002 as Companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento NPC nº 26, do IBRACON. Para atendimento à essa exigência a Enersul contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2006 demonstrou que, nos planos previdenciários I e II, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2006	31/12/2005
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(67.088)	(63.297)
Valor justo dos ativos	139.059	119.697
	71.971	56.400
Valor dos ganhos atuariais não reconhecidos	(31.733)	(26.918)
Superávit	40.238	29.482

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será a ela reembolsado no futuro.

21.4 - Energest

A Companhia possui as seguintes responsabilidades com benefícios pós-emprego:

- Patrocinadora do plano de suplementação de aposentadoria e pensão - Plano II;
- Outros benefícios pós-emprego, compostos por Assistência Médica, Seguro de Vida e Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA.

21.4.1 - Plano de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora da FUNDAÇÃO ESCELSA DE SEGURIDADE SOCIAL - ESCELSOS e da FUNDAÇÃO ENERSUL, entidades fechadas de previdência privada, sem fins lucrativos, que têm por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor

dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo "benefício definido" e o Plano de Benefícios II, do tipo "contribuição definida", convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes:

	Total
Participantes ativos	61
Participantes assistidos	
Total	61

Na qualidade de patrocinadora, a Energest contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da Fundação ESCELSOS e Fundação Enersul de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício de 2006 a Energest contribuiu com R\$193 (R\$71 em 2005).

A avaliação atuarial demonstrou que, em ambas Fundações, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2006	31/12/2005
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(114)	(660)
Valor justo dos ativos	463	959
	349	299
Valor dos ganhos atuariais	(157)	(44)
Superávit	192	255

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

21.4.2 - Outros benefícios pós-emprego

Ainda nos termos dessa avaliação atuarial, foram mensuradas as seguintes obrigações com outros benefícios pós-emprego:

- Assistência Médica e Seguro de Vida - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados, de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia;
- Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio cujo valor

foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996.

A avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2006 demonstrou que nos planos de Assistência Médica, Seguro de Vida e AIA, o valor presente das obrigações atuariais, líquido das perdas não reconhecidas, monta em R\$1.088, registrado no Passivo Circulante e Não circulante, composto como segue:

	31/12/2006	31/12/2005
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	(1.658)	(1.237)
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas	570	229
Total	(1.088)	(1.008)

22 - Obrigações estimadas com pessoal

INSS e FGTS
Folha de Pagamento
Total

	31/12/2006	31/12/2005
Circulante	30	122
Não circulante	1.058	886
Total	1.088	1.008

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais, está sendo amortizado anualmente, pelo período correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do Plano.

A despesa líquida com esses benefícios, a ser reconhecida no resultado de 2007, terá a seguinte composição:

Custo do serviço corrente	31
Custos dos juros	124
Amortização de perdas atuariais	12
Benefícios pagos pela empresa	(87)
Total	80

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
INSS e FGTS	190	188	5.496	6.659
Folha de Pagamento	462	530	60.859	36.999
Total	652	718	66.355	43.658

A rubrica Folha de Pagamento inclui, basicamente, a provisão de férias, 13º salário e respectivos encargos sociais, a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício, além dos efeitos do Programa de Desligamento Voluntário - PDV, concluído em 31 de maio de 2006.

O PDV prevê a realização de desligamentos de forma escalonada entre os anos de 2006 e 2007, respeitando a implementação de outros programas de eficiência em curso na empresa. O número de adesões ao PDV alcançou 651 colaboradores, dos quais 397 desligaram-se até 31 de dezembro de 2006.

O impacto no exercício de 2006 com os desligamentos do PDV é de R\$51.674, dos quais destacam-se os provisionamentos de custos futuros, no valor de R\$21.056.

23 - Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2006	31/12/2005
Quota de reserva global de reversão - RGR	3.637	3.399
Quota da conta de consumo de combustível - CCC	38.665	1.169
Conta de desenvolvimento energético - CDE	15.518	12.668
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	3.658	1.523
Encargos tarifários (ECE/EAEEE)	14.456	26.020
Pesquisa e desenvolvimento	46.292	
Programa de eficiência energética	46.947	54.784
Taxa de fiscalização - ANEEL	805	584
Total	169.978	100.147



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

24 - Provisões para contingências - Circulante e Não circulante

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As Administrações da Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora							
	Passivo				Ativo			
	Saldo em 31/12/2005	Adições	Baixas Pagamentos	Reversão	Saldo em 31/12/2006	Depósito judicial 31/12/2006	31/12/2005	
Fiscais	4.796	25.242			30.038	2.546	2.546	
Outros						2.080	127	
Total	4.796	25.242			30.038	4.626	2.673	
Circulante						2.080	127	
Não circulante	4.796				30.038	2.546	2.546	
Total	4.796				30.038	4.626	2.673	

	Consolidado							
	Passivo				Ativo			
	Saldo em 31/12/2005	Adições	Baixas Pagamentos	Reversão	Saldo em 31/12/2006	Depósito judicial 31/12/2006	31/12/2005	
Trabalhistas	34.020	14.689	(7.319)	(1.460)	39.931	35.421	33.358	
Cíveis	70.834	9.811	(3.862)	(4.051)	72.732	9.096	7.552	
Fiscais	164.858	63.580		(29.100)	199.338	171.666	132.533	
Outros	50			(50)		2.080	127	
Total	269.762	88.080	(11.181)	(34.661)	312.001	218.263	173.570	
Circulante	3.704				4.189	4.733	174	
Não circulante	266.058				307.812	213.530	173.396	
Total	269.762				312.001	218.263	173.570	

24.1 - Trabalhistas

24.1.1 - Bandeirante

Ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Subseqüentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da Bandeirante, ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada Companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual

dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão. Incluem diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2006 é de R\$7.813 (R\$5.962 em 2005).

24.1.2 - Escelsa, Enersul, Energest e Cesa

Diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração. O saldo provisionado no exercício é de R\$31.833 (R\$27.588 em 2005).

24.2 - Cíveis

24.2.1 - Bandeirante, Escelsa e Enersul

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. Incluem também pleitos referentes a danos morais e materiais. O saldo provisionado no exercício é de R\$67.025 (R\$65.362 em 2005).

24.2.2 - Enertrade

Ação judicial ajuizada pela Enertrade, questionando a constitucionalidade do pagamento do encargo Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. O saldo provisionado no exercício é de R\$3.589 (R\$3.589 em 2005).

24.3 - Fiscais

24.3.1 - Bandeirante

(i) COFINS - A Companhia está questionando judicialmente as alterações na COFINS advindas da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Em 1º de julho de 1999, obteve liminar possibilitando o recolhimento desse tributo, até o mês de dezembro de 1999, na forma da legislação anterior, ou seja, 2% sobre o faturamento, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 1999. O saldo provisionado referente ao adicional de 1%, em 31 de dezembro de 2006 é de R\$50.713 (R\$50.025 em 2005). Para esta ação a Companhia possui depósito judicial no valor de R\$14.520.

Com relação ao alargamento da base de cálculo da COFINS, na qual a Companhia obteve êxito em ação transitada em julgado em 25 de maio de 2006, foi protocolado junto à Secretaria da Receita Federal o pedido de habilitação do crédito e aguarda-se a sua homologação para reconhecimento desse direito. Face ao julgamento favorável, a Companhia procedeu a reversão da provisão constituída no valor de R\$2.816, bem como registrou créditos compensáveis sobre os valores recolhidos no período de janeiro de 2000 a janeiro de 2004, no montante de R\$28.536, sendo R\$16.400 referente a valores históricos e R\$12.136 de atualização monetária pela taxa SELIC, ambos contabilizados a débito do Ativo circulante na rubrica de Impostos e contribuições sociais e a crédito na rubrica de Resultado financeiro.

- (ii) Imposto de renda - Contestação da indedutibilidade da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na apuração do Imposto de Renda dos exercícios de 2001 e 2002. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2006 é de R\$7.750 (R\$7.104 em 2005).
- (iii) ICMS - Liminar - Base de cálculo por dentro - Refere-se à autuação pela Fazenda do Estado de São Paulo, que pleiteia o recolhimento complementar relativo à diferença na forma de apuração do ICMS, em decorrência de cassação de liminar obtida pela antecessora Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., para alguns municípios pertencentes à área de concessão da Bandeirante, para o período de janeiro a setembro de 2001. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2006 é de R\$20.012.

24.3.2 - Escelsa

- (i) Notificações promovidas pelo INSS que exigem o recolhimento de contribuições sobre prestadores de serviços de natureza contínua, equiparados a contratos com vínculo empregatício. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2006 é de R\$16.150 (R\$16.150 em 2005).
- (ii) Questionamento judicial feito pela Companhia sobre a constitucionalidade da aplicação do Seguro de Acidentes do Trabalho - SAT. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2006 é de R\$7.066 (R\$7.066 em 2005).
- (iii) Auto de infração exigindo o pagamento de diferença de CSLL, por não ter adicionado na sua base de cálculo, relativa ao lucro apurado no exercício de 1995 e nos meses de janeiro a abril de 1996, a despesa correspondente aos encargos de depreciação, amortização ou do custo do bem baixado, correspondentes à diferença, em 1990, entre o IPC e o Bônus do Tesouro Nacional - BTNF. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2006 é de R\$8.323 (R\$8.323 em 2005).

Em decorrência do trânsito em julgado com sentença favorável à Companhia, referente à ação de contestação do alargamento da base do PIS e COFINS sobre outras receitas, a Companhia procedeu à reversão das respectivas provisões no montante de R\$17.940 no mês de novembro de 2006. A Companhia também adotou, face ao julgamento favorável, o procedimento de atualizar os correspondentes depósitos judiciais, reconhecendo assim os efeitos da atualização no montante de R\$15.651 no resultado do exercício.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

24.3.3 - Enersul

A Enersul questionou judicialmente a inconstitucionalidade da cobrança do PIS sobre o faturamento, tendo em vista o disposto no parágrafo 3º do artigo 155 da Constituição Federal. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2006 é de R\$46.130 (R\$48.086 em 2005).

Em decorrência do trânsito em julgado com sentença favorável à Companhia, referente à ação de contestação do alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS sobre outras receitas, a Companhia procedeu à reversão das respectivas provisões no montante de R\$6.838 no mês de novembro de 2006. A Companhia também adotou, face ao julgamento favorável, o procedimento de atualizar os correspondentes depósitos judiciais, reconhecendo assim os efeitos da atualização no montante de R\$5.514 no resultado do exercício.

24.3.4 - EDP - Energias do Brasil

A Companhia questionou judicialmente a cobrança do PIS e COFINS incidentes sobre receita de Juros sobre capital próprio - JCP, referente aos exercícios de 2005 e 2006, obtendo liminar suspendendo sua exigibilidade. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2006 é de R\$25.242.

24.4 - Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2006	31/12/2005
Trabalhistas	16.670	11.409
Cíveis	6.340	12.761
Fiscais	59.232	54.723
Total	82.242	78.893

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

24.4.1 - Bandeirante

Auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal, decorrente de auditoria na DCTF - Declaração de débitos e créditos tributários federais, por suposta falta de recolhimento de imposto de renda e respectivos acréscimos moratórios, referente ao 2º, 3º e 4º trimestres de 1998, no valor de R\$11.704.

24.4.2 - Escelsa

- Imposto de renda - A Receita Federal pleiteia a exigência do pagamento de imposto de renda, relativo ao lucro apurado entre dezembro de 1995 e abril de 1996, oriunda de Auto de Infração FM 00505, que questiona a adequação em que a Companhia adotou para deduzir na base de cálculo do imposto de renda os valores de encargos de depreciação, amortização ou custo dos bens baixados, relativos ao valor da diferença de correção monetária, no período-base de 1990, entre o IPC e o BTNF. O montante estimado para esse risco é de R\$15.955.
- INSS - A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança do tributo previdenciário versando sobre a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Escelsa. Essas notificações importam em R\$7.409.
- Tributos municipais - diversas prefeituras - Pleito de cobrança de ISSQN, no período de janeiro de 1991 a agosto de 1995, supostamente incidente sobre os serviços de emissão de segunda via de conta, reaviso, entre outros. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos totalizam o montante de R\$4.580.

24.4.3 - Enersul

- PASEP e COFINS - Ação judicial movida pela União com objetivo de receber os débitos de PASEP e de COFINS, compensados pela Companhia com créditos de Finsocial, durante os meses de janeiro a abril de 1994 e de dezembro de 1993 a janeiro de 1994, respectivamente, sob o argumento de que a compensação seria admitida somente com o mesmo tributo, com risco estimado em R\$4.700.
- FINSOCIAL - Ação judicial movida pela União com o objetivo de receber o valor da diferença de Finsocial, por entender que a Companhia deveria ter aplicado a alíquota progressiva e portanto superior em relação ao percentual de 0,5%, utilizado para os recolhimentos efetuados durante o período de agosto de 1991 a janeiro de 1992, cujo valor estimado é de R\$3.000.

24.4.4 - EDP - Energias do Brasil

A principal causa refere-se à ação movida pela Companhia para afastamento da incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico, efetuadas por conta da reorganização societária ocorrida no exercício de 2005, no valor de R\$2.660.

25 - Patrimônio líquido

25.1 - Capital Social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2006, 30 de setembro de 2006 e em 31 de dezembro de 2005 estão demonstradas a seguir:

Acionista	31/12/2006		30/09/2006		31/12/2005		Acionista controlador
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
Energias de Portugal Investments and Services, Sociedad Limitada * (1)	38.234.188	23,17%	38.234.188	23,17%	38.234.188	23,17%	Sim
Balwerk - Consult. Econômica e Particip., Soc. Unipessoal Ltda. * (1)	23.545.820	14,27%	23.545.820	14,27%	23.545.820	14,27%	Sim
EDP - Energias de Portugal, S.A. * (1)	39.739.013	24,08%	20.130.902	12,20%	20.130.902	12,20%	Sim
Electricidade de Portugal Internacional, SGPS, S.A.	-	0,00%	19.621.852	11,89%	19.621.852	11,89%	Sim
Herald Securities Inc. *	1.383.094	0,84%	1.383.094	0,84%	1.383.094	0,84%	Sim
Outros **	62.114.489	37,64%	62.100.748	37,63%	62.100.748	37,63%	
	165.016.604	100,00%	165.016.604	100,00%	165.016.604	100,00%	

(1) acionista com mais de 5% de ações com direito a voto.

* Empresa de controle estrangeiro.

** Há 62.114.409 ações em circulação do total de 165.016.604, ou seja, cerca de 37,64% do total de ações.

Há 58 ações em poder dos administradores sendo 19 do Conselho de Administração e 39 dos Diretores.

Desde a Oferta Pública Inicial ocorrida em 13/07/2005, o Conselho Fiscal não foi instalado, cenário este que persiste até o momento.

A criação do Comitê de Auditoria foi aprovada através da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 14/09/2005, tendo sido realizada sua primeira reunião em 25/10/2005.

Cálculo da quantidade de ações em circulação:

	31/12/2006		30/09/2006		31/12/2005	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
Quantidade de ações controladores	102.902.115	62,36%	102.915.856	62,36%	102.915.856	62,37%
Quantidade de ações participação recíproca					24.913	
Quantidade de ações tesouraria	22		22		22	
Quantidade de ações de conselheiros e diretores	58		58		153	
Total de ações que não estão em circulação	102.902.195		102.915.936		102.940.944	
Total de ações	165.016.604		165.016.604		165.016.604	
Total de ações em circulação	62.114.409	37,64%	62.100.668	37,63%	62.075.660	37,62%



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.2 - Destinação do lucro

De acordo com a política de distribuição de dividendos adotada pela Companhia, o Conselho de Administração recomendará à Assembléia Geral de Acionistas a distribuição de dividendos, em cada exercício, em valor mínimo equivalente a 40% do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia. Aos dividendos a serem distribuídos, poderá ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio.

	Controladora	
	31/12/2006	31/12/2005
Lucro líquido apurado no exercício	394.120	439.406
Ajuste de exercício anterior	(28.364)	(41.390)
Outros		(14)
	365.756	398.002
Constituição de reserva legal - 5%	(18.287)	(19.900)
Lucro líquido ajustado	347.469	378.102
Dividendos oriundos do lucro líquido ajustado	169.914	151.241
Dividendos intermediários - JSCP	169.914	96.061
Dividendos a pagar		55.180
Destinação para reserva de retenção de lucros	177.555	226.861
Dividendos por lote de mil ações - em Reais	1.029,68	916,52

Em 21 de dezembro de 2006, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no valor bruto de R\$169.914, imputados aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data a ser deliberada para pagamento dos dividendos, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido conforme Deliberação CVM nº 207/96.

25.3 - Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o art. 196 da Lei 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembléias Gerais Ordinárias.

25.4 - Ajuste de exercícios anteriores

Em atendimento à Resolução Normativa nº 219, de 11 de abril de 2006, que aprovou o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, as controladas Bandeirante, Escelsa e Enersul reconheceram no Patrimônio líquido, em 30 de junho de 2006, o ajuste no montante de R\$28.364, tendo como contrapartidas: (i) R\$14.566 na rubrica Obrigações vinculadas à concessão, no grupo Imobilizado como descrito na nota 3.1.h, correspondente aos valores aplicados até 31 de dezembro de 2005 em investimentos vinculados ao programa, e (ii) R\$13.794 no Passivo circulante, na rubrica Encargos regulamentares e setoriais, pelos valores não aplicados até 31 de dezembro de 2005, apurados desde o início do programa.

26 - Dividendos - Ativos e Passivos

	Controladora				Consolidado	
	Ativo		Passivo		Passivo	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Escelsa	38.595	131.710			51	58
Energest	2.896	35.036				
Cesa		38.073				
Pantanal		14.760				
Enersul	24.483	141.225			21	21
Enertrade	8.325	66.697				
Bandeirante	43.567	25.835			777	777
Enerpeixe	6.434					
EDP Lajeado	11.453	10.184				
Eletrobrás					10.377	16.261
Furnas					4.288	
Acionistas - EDP Energias			147.388	134.475	147.388	134.475
EDP Produção					188	188
Total	135.753	463.520	147.388	134.475	163.090	151.780

27 - Receita operacional líquida

	Consolidado					
	Nº de Consumidores *		MWh *		R\$ mil	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Fornecimento de energia elétrica						
Residencial	2.638.467	2.523.718	4.836.662	4.553.289	1.990.232	1.827.939
Industrial	23.240	23.087	4.488.404	6.111.792	1.203.239	1.448.372
Comércio, serviços e outras atividades	231.753	227.539	2.956.541	2.758.353	1.122.101	1.004.259
Rural	193.105	172.807	834.252	757.140	193.828	163.986
Poder público	21.586	20.432	560.710	515.726	217.352	187.678
Iluminação pública	2.438	1.873	679.396	676.606	150.396	144.803
Serviço público	2.536	2.474	497.447	489.951	123.704	114.424
Consumo próprio	365	424	20.868	21.800		
Total do fornecimento faturado	3.113.490	2.972.354	14.874.280	15.884.657	5.000.852	4.891.461
(-) Recomposição tarifária extraordinária (líquida de ICMS)						
Residencial					(40.146)	(39.424)
Industrial					(73.079)	(85.092)
Comércio, serviços e outras atividades					(62.843)	(58.904)
Rural					(4.895)	(4.135)
Poder público					(13.237)	(11.654)
Iluminação pública					(3.365)	(3.276)
Serviço público					(6.957)	(6.703)
					(204.522)	(209.188)
(-) ICMS						
Residencial					(418.310)	(381.795)
Industrial					(236.848)	(291.031)
Comércio, serviços e outras atividades					(224.020)	(198.867)
Rural					(19.073)	(16.181)
Poder público					(32.964)	(28.013)
Iluminação pública					(29.572)	(28.136)
Serviço público					(25.287)	(22.935)
					(986.074)	(966.958)
Total do fornecimento faturado líquido da RTE e ICMS					3.810.256	3.715.315



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado					
	Nº de Consumidores*		MWh*		R\$ mil	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Fornecimento faturado comercialização (líquido de ICMS)					236.957	115.691
Fornecimento não faturado					29.317	(16.591)
Fornecimento não faturado - diferimento tarifário					(52.421)	71.328
Devolução tarifária					80.452	21.653
PIS e COFINS das geradoras					(16.604)	9.610
Outras receitas regulatórias					4.735	7.202
Redução de receita - baixa renda					41.549	37.195
Recomposição tarifária					(6.610)	
Suprimento convencional	2	3	336.378	302.317	36.690	30.790
Suprimento comercialização					127.200	110.642
Suprimento outros					80.516	37.484
ECE e EAEEE					3.038	128.828
(-) ICMS s/ECE e EAEEE					(601)	(24.528)
					4.374.474	4.244.619
Disponibilidade do sistema de distribuição e transmissão						
Disponibilidade da rede elétrica	112	101	8.737.522	6.874.271	701.230	511.347
(-) ICMS sobre disponibilidade da rede elétrica					(139.247)	(95.004)
Encargo de conexão					640	530
					562.623	416.873
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo					78.565	30.242
Serviços taxados e outros					46.837	63.312
					125.402	93.554
					5.062.499	4.755.046
(-) Deduções da receita						
RGR					(40.288)	(42.101)
PIS/COFINS					(457.966)	(284.644)
ECE e EAEEE - repasse para CBEE					(2.378)	(104.299)
ISS					(469)	(776)
					(501.101)	(431.820)
Total	3.113.604	2.972.458	23.948.180	23.061.245	4.561.398	4.323.226

* Não auditado.

28 - Gastos operacionais

	Controladora			
	2006		2005	
	Despesas Operacionais			
	Gerais e administ.	Outras	Total	Total
Gerenciáveis				
Pessoal e administradores	11.754		11.754	16.175
Material	541		541	
Serviços de terceiros	9.094		9.094	13.244
Depreciação e amortização	14.484		14.484	9.941
Aluguéis e arrendamentos	766		766	1.408
Outras	1.165	7.597	8.762	12.372
Total	37.804	7.597	45.401	53.140

	Consolidado						
	2006			2005			
	Custo do serviço		Despesas operacionais				
Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administ.	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							379.923
Contratos iniciais							552.693
Itaipu	539.388					539.388	299.185
Leilão	566.178					566.178	23.832
PROINFA	23.832					23.832	
Energia de curto prazo - CCEE	29.832					29.832	6.862
Outros supridores	442.382					442.382	368.635
Efeito líquido da CVA	(147.896)					(147.896)	3.427
	1.453.716	-	-	-	-	1.453.716	1.610.725
Encargos de uso da rede elétrica							
Encargo de uso e conexão	506.128					506.128	482.661
Encargo de serviços do sistema	11.044					11.044	14.367
Efeito líquido da CVA	40.657					40.657	107.921
	557.829	-	-	-	-	557.829	604.949
Quota CCC/CDE							
CCC		304.019				304.019	229.582
CDE		186.212				186.212	152.026
Efeito líquido da CVA		24.351				24.351	62.244
	-	514.582	-	-	-	514.582	443.852
Taxa de fiscalização		10.327				10.327	9.240
Compensações financeiras		14.183				14.183	7.631
Eficiência energética e Pesquisa e desenvolvimento					62.052	62.052	14.134
	2.011.545	539.092	-	-	-	62.052	2.612.689
							2.690.531



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						
	2006			2005			
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Total	
Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administ.	Outras	Total	Total
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidades de previdência privada	162.148	582		176.348		339.078	267.968
Material	30.787	2.281		3.530		36.598	36.209
Serviços de terceiros	153.043	1.185	51.508	91.051		296.787	239.282
Depreciação e amortização	245.365			42.085		287.450	239.824
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas			87.471			87.471	53.079
Provisões para contingências	36			39	19.344	19.419	16.366
Aluguéis e arrendamentos	15.027			6.339		21.366	37.288
Outras	38.958	157	1.418	7.740	26.116	74.389	69.897
	645.364	4.205	140.397	327.132	45.460	1.162.558	959.913
Total	2.011.545	1.184.456	4.205	140.397	327.132	107.512	3.775.247

29 - Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	21.981	30.698	49.693	65.534
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida			77.885	73.647
Operações de swap e hedge	(8.513)		31.280	13.833
Atualizações monetárias de ativos regulatórios			85.856	84.782
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(13.363)	(11.855)	(13.417)	(13.007)
Variações monetárias moeda nacional	852	23.883	5.941	15.894
Variações monetárias moeda estrangeira			(316)	(456)
Ganho na alienação de títulos cambiais			8.841	
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	2.804	1.786	3.964	4.232
Descontos obtidos	2		6.159	3.579
Juros sobre capital próprio	144.464	128.426		
SELIC sobre COFINS (alargamento de base)			33.301	
Outras receitas financeiras	18.867	227	18.805	8.818
	167.094	173.165	307.992	256.856
Despesas financeiras				
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada			(1.366)	(211)
Encargos de dívidas	(4.265)	(35.329)	(316.429)	(357.126)
Variações monetárias moeda nacional	4.048	(76)	(5.318)	(22.229)
Variações monetárias moeda estrangeira	(1)	66.794	51.555	215.203
Encargos sobre contingências fiscais	(231)		(27.553)	(8.035)
Juros e multa sobre ICMS			(5)	
Reversão da COFINS (alargamento de base)			43.992	
Operações de swap e hedge	(959)	(15.065)	(142.029)	(168.174)
Atualizações monetárias de passivos regulatórios			(50.028)	(11.746)
CPMF	(1.418)	(7.194)	(34.259)	(35.407)
Provisão para desvalorização de títulos e valores mobiliários				(10.607)
Juros sobre capital próprio	(169.914)	(96.061)	(181.091)	(96.061)
Outras despesas financeiras	(9.712)	(28.686)	(23.281)	(41.625)
	(182.452)	(115.617)	(685.812)	(536.018)
Total	(15.358)	57.548	(377.820)	(279.162)

30 - Encargos financeiros e variações monetárias capitalizadas

De acordo com a Instrução Contábil nº 10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o Ativo imobilizado em curso os seguintes valores:

	Consolidado	
	2006	2005
Encargos de dívidas contabilizados no resultado	373.565	436.412
Transferência para o imobilizado em curso	(57.136)	(79.286)
Efeito líquido no resultado	316.429	357.126
Variações monetárias e cambiais contabilizadas no resultado	56.940	227.489
Transferência para o imobilizado em curso	(5.385)	(12.286)
Efeito líquido no resultado	51.555	215.203
Operações de swap contabilizadas no resultado	110.749	154.733
Transferência para o imobilizado em curso		(392)
Efeito líquido do resultado	110.749	154.341
Total capitalizado	(62.521)	(91.964)

31 - Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Lucro antes do IR e CSLL	368.670	472.067	368.670	472.067	398.801	452.472	398.801	452.472
Adições	68.611	78.813	66.918	77.129	908.046	1.791.191	901.938	1.772.582
Exclusões	(437.392)	(549.600)	(437.392)	(549.600)	(734.938)	(1.438.034)	(707.944)	(1.386.097)
	(111)	1.280	(1.804)	(404)	571.909	805.629	592.795	838.957
Compensação 30% (até limite do prejuízo)					(130.064)	(213.816)	(136.409)	(224.211)
	(111)	1.280	(1.804)	(404)	441.845	591.813	456.386	614.746
Alíquotas Nominiais de IR e CSLL	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Provisão de IR e CSLL		(320)			(110.461)	(147.953)	(41.075)	(55.327)
Incentivos fiscais					2.120	1.847		
Diferimento tributação sobre RTE					(12.365)			(4.398)
Outros		24			(639)	(4.008)	20	(1.480)
IR e CSLL - correntes	-	(296)	-	-	(108.980)	(162.479)	(41.055)	(61.205)
IR e CSLL - diferidos					3.218	82.588	(1.691)	38.486
Total	-	(296)	-	-	(105.762)	(79.891)	(42.746)	(22.719)

32 - Remuneração dos administradores

Foi aprovada em Assembléa Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de março de 2006, a remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês funcionais da EDP - Energias do Brasil S.A. de até R\$5.500, para o período de abril de 2006 a março de 2007.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

33 - Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	Consolidado
	31/12/2006
Subestações	673.530
Usinas (inclui danos materiais)	882.957
Almoxarifados	35.798
Prédios e conteúdos (próprios)	44.589
Prédios e conteúdos (terceiros)	8.688
Risco operacional	58.912
Transportes (materiais)	9.600
Responsabilidade civil	43.956
Transportes (veículos)	27.069
Acidentes pessoais	138.804

34 - Instrumentos financeiros

34.1 - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e operações envolvendo taxas de juros, como diretriz da Administração, tem por objetivo proteger a Companhia das variações no câmbio de moedas estrangeiras em relação ao Real, nas suas operações ativas e passivas.

A Administração avalia que, nas aplicações financeiras de suas disponibilidades, os riscos são mínimos, pois não existe concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez.

34.2 - Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se os empréstimos e financiamentos e operações de *hedge* (Nota 20).

Os valores de mercado, quando aplicável, foram calculados conforme o valor presente desses instrumentos financeiros, considerando taxas de juros praticadas pelo mercado para operações de riscos e operações similares.

34.3 - Risco de crédito

Outro instrumento financeiro capaz de expor, principalmente, as empresas controladas Bandeirante, Escelsa e Enersul, ao risco de crédito, é representado por contas a receber, que no entanto é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada. Adicionalmente, os valores da CCEE também representam risco, no contexto descrito na nota 6.1, e o relacionado aos valores em discussão com a Ampla, conforme mencionado na nota 6.3.

34.4 - Operações de Hedge

Com o intuito de eliminar a exposição de todas as suas dívidas em dólar às oscilações da taxa de câmbio, as empresas do grupo EDP - Energias do Brasil possuem em 31 de dezembro de 2006 as operações de *hedge* apresentadas na nota 20.

35 - Universalização do serviço público de energia elétrica

Através da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Universalização de acesso à Energia Elétrica a todos que possuem carga até 50 kW sem nenhum ônus.

Como forma de antecipar o atendimento a parcela da população de menor renda da área rural, o Governo Federal instituiu através do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, o Programa - "Luz para Todos", visando proporcionar o acesso ao serviço público de energia elétrica até 2008.

Para operacionalizar o programa, foram assinados Termos de compromisso entre o Ministério de Minas e Energia, governo do estado e as distribuidoras Bandeirante, Escelsa e Enersul, com interveniência da Eletrobrás e ANEEL, para viabilizar o atendimento a:

- Na Bandeirante, inicialmente 6.217 domicílios na área rural de concessão da empresa, até o final do ano de 2006, com financiamento de 65% de recursos da RGR (financiamento), 10% recursos de subvenção econômica

(CDE), 15% agente executor e 10% governo do estado. O total do investimento contemplando a participação do agente executor até 31 de dezembro de 2006 foi de R\$17.632 para atendimento a 6.351 novos clientes.

- Na Escelsa, 22.984 domicílios com atendimento efetivo de 35.855 novos na área rural e 101.792 na área urbana de concessão da empresa, e investimentos de R\$115.046 e R\$11.262, respectivamente, perfazendo um total de R\$126.308, dos quais 65% financiados com recursos da RGR, 10% recursos de subvenção econômica CDE (fundo perdido), 15% agente executor e 10% governo do estado.
- Na Enersul, 19.326 domicílios com atendimento efetivo de 19.347 novos na área rural e 78.636 na área urbana de concessão da empresa, e investimentos de R\$171.046 e R\$10.600, respectivamente, perfazendo um total de R\$181.646, dos quais 35% financiados com recursos da RGR, 40% recursos de subvenção econômica CDE (fundo perdido), 15% agente executor e 10% governo do estado.

36 - Reajustes tarifários de 2006

36.1 - Bandeirante

Na reunião pública da diretoria da ANEEL, ocorrida em 19 de outubro de 2006, foi deliberado o índice de reajuste das tarifas - IRT da Bandeirante de, em média, 13,44%, para o período de 23 de outubro de 2006 a 22 de outubro de 2007, englobando todas as classes de consumo.

O IRT concedido contempla decisão da ANEEL acerca do pedido de reconsideração interposto pela Bandeirante relativo à Resolução nº 226, de 18 de outubro de 2005, a qual homologou o resultado definitivo da primeira revisão tarifária periódica da Bandeirante e, por extensão, seus efeitos sobre o IRT do ano de 2005, aumentando, em caráter provisório, o valor da Base de Remuneração Regulatória - BRR da Bandeirante de R\$998 milhões para R\$1.026 bilhão, referido à data-base de 30 de setembro de 2003, cujo reconhecimento contábil impactou positivamente o resultado do exercício em R\$23.518. Apesar da BRR mencionada estar homologada em definitivo, concedeu-se ainda a possibilidade de a ANEEL deliberar sobre parte remanescente do pleito de reconsideração da BRR não abrangido por esta decisão de outubro último, cujos eventuais efeitos, caso acatados pelo regulador, serão devidamente reconhecidos no próximo evento tarifário no ano de 2007.

Considerando os efeitos conjuntos da revisão da BRR e dos ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Bandeirante, associados à recuperação relativa a períodos passados o reajuste tarifário médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de 15,41%, os quais foram aplicados de forma diferenciada para os diversos grupos de clientes devido à política de realinhamento tarifário promovido pelo Governo Federal, ou seja, eliminação gradual do subsídio cruzado existente entre as classes consumidoras representando índices médios de 13,18% para os consumidores de baixa tensão e 17,81% para os consumidores de alta tensão.

36.2 - Escelsa

A ANEEL, em reunião pública ocorrida em 3 de agosto de 2006, aprovou o relatório que autoriza o reajuste médio das tarifas da Escelsa, em 16,67% para o período entre agosto/06 a julho/07, englobando todas as classes de consumo.

Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Escelsa, associados a recuperações relativas a períodos passados, cujo reconhecimento contábil impactou positivamente o resultado do exercício em aproximadamente R\$27.600, o reajuste tarifário médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de 11,4%, aplicado de forma diferenciada para os diversos grupos de clientes, devido à política de realinhamento tarifário promovido pelo Governo Federal para eliminação gradual do subsídio cruzado existente entre as classes consumidoras.

Dessa forma, a ANEEL informou que os consumidores de alta tensão (essencialmente grandes consumidores, comerciais e industriais) tiveram índices de reajuste de, em média, 15,28%, superiores aos consumidores de baixa tensão de, em média, 8,29%.

No processo de reajuste tarifário, a ANEEL considera a variação de custos que as empresas experimentaram no decorrer de doze meses anteriores. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis, sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X, e custos não gerenciáveis, como energia comprada de geradoras, Conta de consumo combustível (CCC), Reserva global de reversão (RGR), Taxa de fiscalização e Encargos de transmissão, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros instrumentos.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

36.3 - Enersul

Através da Resolução Homologatória nº 311, de 6 de abril de 2006, a ANEEL fixou o reajuste anual das tarifas da Enersul de, em média, 16,75%, sendo 11,46% relativo ao reajuste tarifário anual e 5,29% relativo aos componentes financeiros externos ao reajuste anual, englobando todas as classes de consumo.

Considerando-se os ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Enersul, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, o reajuste tarifário médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de 10,33%.

O índice de reajuste tarifário foi aplicado de forma diferenciada para os diversos grupos de clientes, devido à política de realinhamento tarifário do Governo Federal, ou seja, eliminação gradual do subsídio cruzado existente entre as classes consumidoras. Esta política foi determinada pelo Poder Concedente e tem implementação prevista para o período 2003 a 2007. Dessa forma, a ANEEL informou que os consumidores de alta tensão (essencialmente grandes consumidores, comerciais e industriais) tiveram índices de reajuste de em média 13,25%, superiores aos dos consumidores de baixa tensão de em média 9,30%.

37 - Revisão tarifária periódica - fato relevante

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes gerais a serem observadas pelas concessionárias do serviço público de energia elétrica por ocasião das revisões tarifárias periódicas, previstas nos termos da legislação.

Em conseqüência, as principais alterações introduzidas foram:

- Blindagem da Base de Remuneração Regulatória - BRR aprovada no ciclo anterior (BRR anterior);
- Expurgo de baixas e consideração das adições e dos efeitos da depreciação acumulada, ocorridas entre as datas-base do 1º e 2º ciclos para Bandeirante e Enersul e, entre 3º e 4º ciclos para a Escelsa;
- Atualização dos valores remanescentes da BRR anterior pelo IGP-M.

Destaque-se, também, o tratamento fixado ao saldo da conta Obrigações vinculadas à concessão (Nota 17), que passarão a ser amortizadas às mesmas taxas de depreciação dos demais ativos em serviço, mediante a utilização de uma taxa média, a partir da próxima revisão tarifária periódica, de forma que tal depreciação passe a anular os efeitos da depreciação dos bens a ela vinculados, incorporados ao Imobilizado em Serviço, e não será considerada na formação da tarifa a partir do próximo ciclo revisional, como ocorria no passado.

A taxa de remuneração dos ativos remuneráveis, definida com base no custo médio ponderado de capital (WACC), foi revista, passando de 11,26% para 9,98%, em termos reais, já descontada a inflação e os impostos.

As Companhias encontram-se avaliando detalhadamente os impactos dessa normatização em seus negócios, razão pela qual, neste momento, não procedeu à estimativa dos efeitos sobre as demonstrações financeiras vindouras.

Parecer dos Auditores Independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
EDP - Energias do Brasil S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da EDP - Energias do Brasil S.A. e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da controlada indireta em conjunto, Investco S.A. em 31 de dezembro de 2006 e 2005, foram examinadas por outros auditores independentes, cujos relatórios nos foram fornecidos e a nossa opinião, no que diz respeito aos valores dos investimentos e dos resultados decorrentes dessa controlada indireta em conjunto, assim como dos ativos e passivos proporcionais incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas está baseada no parecer desses auditores.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP - Energias do Brasil S.A. e a posição patrimonial e financeira dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2006 e 2005, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras acima referidas, tomadas em conjunto.

16 de fevereiro de 2007

KPMG

Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2



Créditos

Edição

EDP - Energias do Brasil S.A.

Coordenação

Diretoria de Relações com Investidores,
Diretoria de Sustentabilidade e Meio
Ambiente e Superintendência Empresarial
de Comunicação Institucional e
Responsabilidade Social

Texto

Editora Contadino

Projeto gráfico e revisão

Biocomm Comunicação

Fotos

Ana Paula Nogueira
Cacalos Garrastazu
Damião A. Francisco
Gastão Guedes
Gladstone Campos
Márcio Di Prieto
Paulo Jandalha
Samira Gastarine
Tarica
Vanessa Rodrigues
William Charles

Pré-impressão e impressão

Pancrom Indústria Gráfica

Papel

Papel reciclado Evergreen White 100% reciclado pós-consumo

Capa: 270g/m²

Miolo do Relatório Anual: 118g/m²

Miolo das Demonstrações Financeiras: 118g/m²

Luva: 118g/m²

Tiragem

900 Exemplares

Copyright © 2006 EDP - Energias do Brasil S.A.

EDP - Energias do Brasil S.A.

Rua Bandeira Paulista, 530

04532-001 - Chácara Itaim - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (55 11) 2185-5900

www.energiasdobrasil.com.br





energias do brasil
